

FACULDADE CÁSPER LÍBERO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

**Mobilização antirracista e representatividade pós George Floyd:  
um estudo de caso sobre a inédita bancada negra do programa  
jornalístico Em Pauta**

Regina Augusto da Silva Lucas

São Paulo  
2022

Regina  
Augusto  
da Silva  
Lucas

Mobilização antirracista e representatividade pós George Floyd:  
um estudo de caso sobre a inédita bancada negra do programa  
jornalístico Em Pauta

2022

REGINA AUGUSTO DA SILVA LUCAS

**Mobilização antirracista e representatividade pós George Floyd:  
um estudo de caso sobre a inédita bancada negra do programa  
jornalístico Em Pauta**

Dissertação apresentada para a obtenção de  
título de Mestre em Comunicação pela  
Faculdade Cásper Líbero. Linha de Pesquisa:  
Jornalismo, Imagem e Entretenimento.

Orientadora: Profa. Dra. Marli dos Santos

São Paulo  
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Prof. José Geraldo Vieira

Lucas, Regina Augusto da Silva

Mobilização antirracista e representatividade pós George Floyd: um estudo de caso sobre a inédita bancada negra do programa jornalístico em pauta / Regina Augusto da Silva Lucas. -- São Paulo, 2022.

139 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade Cásper Líbero, 2022.

Orientador: Profa. Dra. Marli dos Santos.

1. Narrativa jornalística. 2. Racismo. 3. Participação. 4. Gatewatcher. 5. GloboNews em pauta. I. Santos, Marli dos. II. Faculdade Cásper Líbero, Mestrado em Comunicação. III. Título.

CDD 305.5

*Bibliotecária responsável: Ligia Cristina dos Santos Nunes - CRB 8/6923*

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

AUTORA: REGINA AUGUSTO DA SILVA LUCAS

“MOBILIZAÇÃO ANTIRRACISTA E REPRESENTATIVIDADE PÓS GEORGE FLOYD: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A INÉDITA BANCADA NEGRA DO PROGRAMA JORNALÍSTICO EM PAUTA”

*Lia Vainer Schucman*

---

Profa. Dra. Lia Vainer Schucman  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

*Carolina*

---

Profa. Dra. Carolina Frazon Terra  
Faculdade Cásper Líbero - FCL

*Marli dos Santos*

---

Profa. Dra. Marli dos Santos  
Faculdade Cásper Líbero - FCL

Data da Defesa: 25 de abril de 2022

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é fruto de uma jornada imersiva e enriquecedora em busca de respostas que, embora continuem abertas, trouxeram reflexões transformadoras na maneira como enxergo a relação entre jornalismo e questões raciais. Ao longo do caminho, o trabalho de pesquisa abriu portas que me colocaram em contato com novos conceitos e proporcionou um resgate ancestral sobre minha origem afrodescendente, sobre a forma como fui educada sob o manto da democracia racial e sobre a minha recente consciência racial. E esse percurso ficou ainda mais marcante com o compartilhamento e a participação de pessoas queridas, às quais tenho imensa gratidão.

Em primeiro lugar, um agradecimento especial ao Prof. Cláudio Novaes Coelho, meu orientador até o final de 2021, pela suave e constante presença e pela confiança depositada em mim. Sempre que surgiam pedras no caminho, Coelho, com generosidade e solidez intelectual, me ajudou a afastá-las e seguir.

Também sou imensamente grata à Prof.<sup>a</sup> Marli dos Santos, pelas aulas inspiradoras, pelos comentários e luzes na banca de qualificação, e finalmente por assumir minha orientação, já na fase final da minha jornada de pesquisadora, sempre tecendo contribuições sempre tão assertivas.

À professora Lia Vainer Schucman, de quem sou profunda admiradora, agradeço primeiro por ter aceitado compor a banca de defesa e também pelas inestimáveis e generosas contribuições na banca de qualificação.

À professora Ana Luiza Coiro, pelas orientações iniciais no começo do meu percurso como pesquisadora.

À professora Michele Prazeres, pelas trocas constantes e tão ricas e por fazer parte da minha banca.

À Andrea Dotti, diretora de comunicação do Grupo Globo, pela ajuda na intermediação das entrevistas com os profissionais da empresa, tão importantes para minha pesquisa.

Aos professores do Mestrado, que mesmo de forma virtual tornaram minha volta à Cásper Líbero tão prazerosa. Aos amigos e colegas que me acompanham de perto na constante busca pelo conhecimento, e a valorizam na vida pessoal e no mercado de trabalho. Aos companheiros do grupo de pesquisa Comunicação, Cultura e Sociedade do Espetáculo, que complementam a experiência e o aprendizado da trajetória.

À minha amada família, meu marido Tim Lucas e meus filhos Theodoro e Candy, que me apoiam e sempre estão por perto para ajudar em todas as aventuras em que resolvo me engajar, e desta vez não foi diferente. Obrigada pela paciência e pela compreensão com as ausências e a falta de tempo.

À minha saudosa mãe, Julita Izabel da Silva, que está sempre por perto e que, quando éramos crianças, ao ter que racionar os poucos recursos que tinha, optou por nos dar livros ao invés de bonecas, escolha que fez toda a diferença na minha formação educacional.

*O tipo de luz sob a qual examinamos nossas vidas influencia diretamente o modo como vivemos, os resultados que obtemos e as mudanças que esperamos promover através dessas vidas. É nos limites dessa luz que formamos aquelas ideias pelas quais vamos em busca de nossa mágica e a tornamos realidade.*

Audre Lorde



## RESUMO

Esta pesquisa investiga o processo contemporâneo de transformação da cobertura jornalística sobre questões raciais que se estabeleceu em 2020, sob a luz dos protestos contra a morte de George Floyd. O objeto de estudo é a inédita decisão da GloboNews de formar uma bancada totalmente composta por jornalistas negros no programa Em Pauta na cobertura dos protestos contra o assassinato de Floyd no dia 3 de junho em resposta a duas postagens de telespectadores no Twitter críticas ao fato do programa, na noite anterior, ter apenas participantes brancos comentando sobre racismo. As postagens ganharam forte repercussão e rapidamente viralizaram. A decisão editorial do programa Em Pauta não tem precedentes no telejornalismo brasileiro e é emblemática de um movimento de mudança na narrativa até então vigente na cobertura de questões raciais por parte da imprensa brasileira. Cobranças sociais em torno dessa questão basilar da formação da nossa identidade já vinham sendo feitas de forma consistente há vários anos por parte de grupos organizados da sociedade civil. Dessa forma, foi se construindo um contexto que propiciou a criação de um ambiente no qual as inquietações em torno do assunto e as pressões por maior representatividade nos espaços de poder, como a mídia, deixaram de ser latentes para se manifestarem como movimento. Os objetivos da pesquisa giram em torno de problematizar de que forma a força e a pressão dos movimentos da sociedade civil de resistência ao racismo estrutural estão provocando uma mudança com ampliação da representatividade racial na cobertura jornalística e, por consequência, na formação de novas narrativas sobre a discussão em torno do racismo. Vinculada à linha de pesquisa Jornalismo, Imagem e Entretenimento, esta dissertação também analisa as novas dinâmicas comunicacionais à luz da mudança significativa na hierarquia de poder provocada pelas redes sociais e a influência que elas permitiram a partir do surgimento de outras formas de participação do público na produção de conteúdo informativo, abordando, ainda, como esse redimensionamento do fazer jornalístico evoluiu o papel da mídia do modelo de *gatekeeper* para o de *gatewatcher*. Como procedimento metodológico, na jornada investigativa deste estudo, foi realizada revisão bibliográfica para embasar uma contextualização sobre o racismo como processo histórico e político, sobre identidades negras, bem como as representações midiáticas e os estereótipos, entendendo o espaço social da mídia como parte estruturante do racismo ao criar subjetividades. Em seguida, foi feita análise de conteúdo da cobertura sobre a edição histórica do jornal Em Pauta na imprensa e, por fim, foram realizadas três entrevistas em profundidade com profissionais da GloboNews envolvidos no episódio. Embora, ainda haja uma compreensão simplista do racismo por parte da direção de jornalismo, a pesquisa confirma uma pressão por mudança de posicionamento editorial do Grupo Globo sobre questões raciais e a crescente influência das redes sociais no processo de produção do telejornalismo.

**Palavras-chave:** Narrativa jornalística. Racismo. Participação. Representatividade. Gatewatcher. GloboNews Em Pauta.

## ABSTRACT

This research investigates the contemporary process of transformation of journalistic coverage on racial issues that was established in 2020, in light of the protests against the death of George Floyd. The object of study is the unprecedented decision by GloboNews on the show Em Pauta to form a panel fully formed by black commentators in the coverage of the protests against the murder of Floyd on June 3 in response to two viewers' Twitter posts critical of the previous night's show having only white participants commenting on racism. The posts gained strong repercussions and quickly went viral. The editorial decision of the show Em Pauta has no precedent in Brazilian television journalism and is emblematic of a movement of change in the narrative until then prevailing in the coverage of racial issues by the Brazilian press. Social demands around this fundamental issue of the formation of our identity had already been made consistently for several years by organized civil society groups. In this way, a context was built that provided the creation of an environment in which concerns around the subject and pressures for greater representation in spaces of power, such as the media, ceased to be latent to manifest themselves as a movement. The research objectives revolve around questioning how the strength and pressure of civil society movements of resistance to structural racism are causing a change with the expansion of racial representation in journalistic coverage and, consequently, in the formation of new narratives about the discussion around racism. Linked to the research line Journalism, Image and Entertainment, this dissertation also analyzes the new communicational dynamics in the light of the significant change in the hierarchy of power caused by social networks and the influence that they allowed from the emergence of other forms of public participation in the production of informative content and how this resizing of doing Journalism evolved the role of the media from the gatekeeper to the gatewatcher model. As a methodological procedure, in the investigative journey of this study, a bibliographic review was carried out to support a contextualization about racism as a historical and political process, about black identities, as well as media representations and stereotypes, understanding the social space of the media as a structuring part of the racism by creating subjectivities. Then, a content analysis of the coverage of the historical edition of the Em Pauta in the press was carried out and, finally, three in-depth interviews were carried out with GloboNews professionals involved in the episode. Although there is still a simplistic understanding of racism on the part of the journalism management, the research confirms a pressure for a change in the editorial position of Grupo Globo on racial issues and the growing influence of social networks in the production process of TV journalism.

**Keywords:** Journalistic narrative. Racism. Participation. Representation. Gatewatcher. GloboNews Em Pauta.

## LISTA DE IMAGENS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Distribuição da população brasileira por cor ou raça	32
Figura 2 - Post do telespectador Irlan Simões	95
Figura 3 - Painel composto pelos jornalistas negros	97
Figura 4 - Distribuição das matérias no Tier 1	103
Figura 5 - Quadro com matérias do Tier 1	104
Figura 6 - Quadro com matérias do Tier 2	105

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1 RACISMO COMO PROCESSO HISTÓRICO E POLÍTICO</b> .....	<b>21</b>
1.1 PROJETOS RACIAIS E PROCESSOS DE RACIALIZAÇÃO .....	25
1.2 RACISMO ESTRUTURAL .....	28
1.3 A IDENTIDADE NEGRA.....	31
1.4 O PAPEL DAS AÇÕES AFIRMATIVAS .....	37
<b>2 A MÍDIA COMO PARTE ESTRUTURANTE DO RACISMO</b> .....	<b>46</b>
2.1 REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS E ESTEREÓTIPOS.....	50
2.2 POLÍTICA DE COTAS E A VISÃO DA MÍDIA .....	54
2.3 DEMOCRACIA, RACISMO E MÍDIA.....	62
2.4 VIOLÊNCIA POLICIAL COMO FENÔMENO MIDIÁTICO.....	66
2.5 REPRESENTATIVIDADE E DEBATE PÚBLICO.....	71
<b>3 JORNALISMO PARTICIPATIVO E A FORÇA DAS NARRATIVAS NAS REDES SOCIAIS</b> .....	<b>76</b>
3.1 NOVOS CAMINHOS DO PROCESSO INFORMATIVO: O TWITTER COMO MEDIADOR.....	80
3.2 JORNALISMO PARTICIPATIVO E MOBILIZAÇÕES SOCIAIS .....	83
3.3 “EU NÃO CONSIGO RESPIRAR”: O FENÔMENO GEORGE FLOYD.....	88
3.4 O IMPACTO DA RECIRCULAÇÃO NO FAZER JORNALÍSTICO .....	92
<b>4 CASE BANCADA NEGRA DO GLOBONEWS EM PAUTA</b> .....	<b>94</b>
4.1 “RAPAZIADA... O ASSUNTO É RACISMO” .....	98
4.2 E QUANDO O ASSUNTO NÃO É RACISMO? .....	100
4.3 REPERCUSSÃO NA MÍDIA: AMPLIFICANDO O DEBATE.....	101
4.3.1 <i>Atenção dos grandes veículos</i> .....	103
4.3.2 <i>Reexibição no Globo Repórter</i> .....	106
4.3.3 <i>A pioneira Gloria Maria</i> .....	108
4.3.4 <i>Resposta à polêmica da falta de representatividade</i> .....	110
4.3.5 <i>Análise mais aprofundada sobre mídia e questões raciais</i> .....	111
4.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS .....	113
4.4.1 <i>Mudança de posicionamento editorial sobre questões raciais</i> .....	114
4.4.2 <i>Influência das redes sociais no processo de produção do telejornalismo</i> .....	116
4.4.3 <i>Entendimento simplista do racismo</i> .....	117
4.4.4 <i>Experiência inédita</i> .....	118
4.4.5 <i>Trajetórias pessoais atravessadas pelo racismo</i> .....	119
4.4.6 <i>Resposta à mudança de postura da sociedade sobre questões raciais</i> .....	120
4.4.7 <i>Maior representatividade nas redações – a visão das jornalistas</i> .....	121
4.4.8 <i>Maior representatividade nas redações – a visão da direção</i> .....	123
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>124</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>128</b>

## INTRODUÇÃO

A imagem do ex-policial Derek Chauvin pressionando seu joelho contra o pescoço de George Floyd até levá-lo à morte, no dia 25 de maio de 2020, gerou protestos deflagrados pelo movimento Black Lives Matter não apenas nos Estados Unidos, mas em escala planetária. Os memoriais e murais que surgiram em homenagem a Floyd colocaram a pressão sobre legisladores e departamentos policiais, estimulando o debate sobre como promover mudanças em suas políticas e abordagens. Meses depois, os Estados Unidos assistiram ao julgamento de Derek Chauvin e por fim ficaram aliviados com o veredito: culpado<sup>1</sup>. Enquanto muitos comemoravam o resultado, a apenas 16 quilômetros do tribunal de Minneapolis eclodiram protestos após mais um vídeo vir à tona – desta vez, de Daunte Wright, outro afro-americano a morrer nas mãos da polícia<sup>2</sup>. Foi um momento de frustração, pois alguns esperavam que o país tivesse chegado a um ponto de inflexão em relação à reforma da justiça. Ao longo de 2020, os EUA viram suas forças policiais resistirem aos pedidos de reforma, à medida que mais vídeos apareciam mostrando policiais abusando de seu poder por meio de força desnecessária contra afro-americanos.

Aqui no Brasil, casos como o de George Floyd, infelizmente, são comuns. Ao longo do processo desta pesquisa, outras barbáries vieram a acontecer envolvendo abordagem policial ou de segurança privada contra pessoas negras, como o caso de João Alberto Freitas<sup>3</sup>, espancado por um funcionário de uma empresa terceirizada de segurança dentro de uma unidade da rede de supermercados Carrefour em Porto Alegre, em 19 de novembro de 2020, véspera do Dia da Consciência Negra. Novos protestos tomaram as ruas e as redes sociais. Seis meses depois e sob influência direta dos protestos contra a morte de George Floyd, o caso Beto Freitas, como ficou conhecido, mostrava que alguma mudança sobre a forma como a mídia até então cobria casos de racismo e a questão racial, propriamente dita, estava em curso. Em comum, as situações tinham as imagens dos abusos, gravadas por câmeras de celular, divulgadas em redes sociais, funcionando

---

<sup>1</sup> Policial que matou George Floyd é condenado. DW. 21 abr. 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/policial-que-matou-george-floyd-é-considerado-culpado-em-tribunal-nos-eua/a-57270644> . Acesso em: 12 nov. 2021.

<sup>2</sup> Morte de jovem negro pela polícia gera protesto nos EUA. DW. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/morte-de-jovem-negro-pela-pol%C3%ADcia-gera-protestos-nos-eua/a-57173239>. Acesso em :12 nov. 2021.

<sup>3</sup> CAMARGO, Cristina; SPERB, Paula. Homem negro morre após ser espancado por segurança do Carrefour em Porto Alegre. Folha de S. Paulo. 20 nov. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/homem-negro-morre-apos-ser-espancado-por-seguranca-do-carrefour-em-porto-alegre.shtml> . Acesso em 12 nov. 2021.

como um rastilho de pólvora para galvanizar a explosão dos protestos. Essas imagens são elementos centrais em um processo de transformação que tem contribuído para maior conscientização da sociedade sobre policiamento e as relações raciais, funcionando como ferramentas de mobilização.

Esta pesquisa tem como objeto o exemplo mais bem acabado desse processo de mudança na forma como o jornalismo brasileiro aborda questões raciais a partir da mobilização da sociedade em torno da pauta antirracista, especialmente nas redes sociais: a edição do programa Em Pauta, da GloboNews, do dia 3 de junho de 2020, durante as coberturas dos protestos contra a morte de George Floyd. Na noite anterior à edição, a bancada de apresentadores do programa, como sempre ocorreu, era toda formada por jornalistas brancos. Duas postagens de telespectadores na rede social Twitter ganharam forte repercussão e rapidamente viralizaram. Na primeira delas, uma foto da tela com os comentaristas tinha como legenda: “Rapaziada... O assunto é racismo...”. No programa do dia 3 de junho, o apresentador do Em Pauta, Marcelo Cosme, abriu a edição fazendo uma autocrítica inédita para um telejornal brasileiro ao reconhecer que havia algo de errado em um programa jornalístico que coloca um time de brancos para discutir o racismo do qual os negros são vítimas. Antes de dizer essas palavras, Cosme não se esquivou de mostrar na própria tela um dos comentários em tom crítico do telespectador nas redes sociais. “Nós entendemos o recado”, disse ele. Após essa introdução, o jornalista “cedeu” seu lugar a Heraldo Pereira, então apresentador do Jornal das Dez, que passou a apresentar a bancada composta totalmente por comentaristas negras: Maria Julia Coutinho, que então apresentava o Jornal Hoje; Aline Midlej, que na ocasião era apresentadora do Edição das Dez da Manhã da Globonews; Flávia Oliveira, comentarista de Economia; Lilian Ribeiro, repórter e apresentadora da GloboNews; e Zileide Silva, repórter em Brasília e ex-correspondente da Globo em Nova York. Cada uma relatou suas próprias experiências, para alguns, surpreendentes de racismo. A iniciativa não tem precedentes no telejornalismo brasileiro.

A decisão editorial do programa Em Pauta é emblemática de um movimento de transformação da narrativa até então vigente na cobertura da pauta racial por parte do jornalismo brasileiro. Cobranças sociais em torno dessa questão basilar da formação da nossa identidade já vinham sendo feitas de forma consistente há vários anos por parte de grupos organizados da sociedade civil. Dessa forma, foi se construindo um contexto que propiciou a criação de um ambiente no qual as inquietações em torno do assunto deixaram de ser latentes para se

manifestarem como movimento. A atitude da GloboNews chama a atenção também pois representa uma mudança de posicionamento editorial do Grupo Globo, que perdurou por anos, em não assumir a existência do racismo estrutural e de ser crítico com relação à promoção de ações afirmativas relacionadas à questão racial. O exemplo mais evidente dessa postura se deu em torno do debate sobre a política de cotas raciais em universidades públicas, que ocupou boa parte das pautas jornalísticas na primeira década deste século. Levantamento feito pelo Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (GEMAA), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sobre o tratamento dispensado às políticas de ação afirmativa raciais pelo jornal O Globo entre 2001 e 2009 detectou que a publicação foi crítica à política pública. O auge desse posicionamento foi a publicação do livro *Não Somos Racistas* (2006) por Ali Kamel, então diretor-adjunto de jornalismo da TV Globo e hoje diretor geral de jornalismo do Grupo Globo. Na obra, Kamel sustenta a ideia de que não somos racistas no Brasil e de que poderíamos nos tornar com a criação das cotas. Embora o debate em torno das cotas seja um assunto superado e sua implementação tenha se mostrado um dos mais importantes programas oficiais de diminuição de desigualdade social brasileira, a cobertura do Grupo Globo sobre assuntos relacionados a temas ligados às questões raciais e suas consequências na sociedade é recente.

Neste contexto, o problema da pesquisa é investigar o contexto que levou a essa mudança de posicionamento do ponto de vista interno, uma vez que externamente, tem crescido a pressão por parte da sociedade. Essa mudança de abordagem em relação à cobertura sobre assuntos relacionados à questão racial foi apenas uma resposta pontual a essa pressão externa ou representa de fato uma mudança de posicionamento editorial?

Os objetivos da pesquisa giram em torno de problematizar de que forma a força e a pressão dos movimentos da sociedade civil de resistência ao racismo estrutural estão provocando uma mudança com ampliação da representatividade racial na cobertura jornalística e, por consequência, na formação de novas narrativas sobre a discussão em torno do racismo.

Ao tornar visível a importância da representatividade racial como elemento imprescindível na cobertura jornalística de forma geral, e na abordagem de questões raciais em particular, a histórica edição do programa Em Pauta também jogou luz de forma substantiva nas narrativas contemporâneas no cenário da comunicação e da informação a partir de sua forte influência pelas mais diversas audiências, que ganharam força, voz e poder por meio das plataformas digitais. Neste sentido, a pesquisa dialoga também com uma nova dinâmica que se

estabelece na contemporaneidade a partir da maior possibilidade de participação da sociedade no processo produtivo do conteúdo jornalístico. Afinal, o motivador da decisão editorial da GloboNews foi o tuíte de um telespectador crítico ao fato de a discussão sobre racismo ter sido protagonizada apenas por jornalistas brancos na edição anterior do programa.

Como jornalista, mulher e que se descobriu negra já adulta, pois sou de uma geração que nasceu e cresceu em uma sociedade construída em torno do mito da democracia racial e em uma família inter-racial, o episódio de junho de 2020 da GloboNews me impactou profundamente por seu ineditismo. Ao tornar visível a importância da representatividade racial como elemento imprescindível para a construção de narrativas jornalísticas mais plurais, refletindo a diversidade da população brasileira, o programa Em Pauta abriu um precedente histórico importante. Em um país com 56,2% de sua população negra (soma de pretos e pardos) de acordo com o IBGE<sup>4</sup>, que historicamente negou haver racismo na sua composição social e com pouquíssimos jornalistas negros em posições de protagonismo na mídia, a abordagem da GloboNews sobressai. O momento de pandemia em que o episódio ocorreu, a crise econômica e o esgarçamento das desigualdades sociais forçam um novo olhar e uma agenda mais crítica e combativa ao preconceito racial.

Uma das premissas na busca dos referenciais teóricos primários desta pesquisa foi a intencionalidade em dialogar mais com autoras e autores negros para manter uma coerência com o tema e o objeto de estudo. O ponto de partida foi um mergulho nos conceitos sobre raça, à luz da desmistificação da democracia racial, concepção analítica que embasou a construção ideológica de boa parte das classes dominantes logo após a abolição da escravatura e ao longo de todo o século 20. Questões históricas, como a sociedade colonial fundada, desenvolvida e consolidada a partir da dominação dos brancos sobre os não brancos (primeiro os indígenas e depois os homens e mulheres vindos de terras africanas) estão na origem desse processo. Kabengele Munanga, em sua vasta obra sobre a construção identitária do Brasil, chama a atenção para a questão da repressão nessa constituição de poder:

A sociedade colonial teme a ruptura da ordem e do equilíbrio estabelecidos em seu favor. Para que isso não ocorra, encastela-se, intocável, explorando e pilhando a maioria negra, utilizando-se de mecanismo repressivos diretos (força bruta) e indiretos (preconceitos

---

<sup>4</sup> SILVEIRA, Daniel. Com alta crescente de autodeclarados pretos e pardos, população branca tem queda de 3% em 8 anos, diz IBGE. *G1*. 6 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/06/com-alta-crescente-de-autodeclarados-pretos-e-pardos-populacao-branca-tem-queda-de-3percent-em-8-anos-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 12 ago. 2021.



raciais e outros estereótipos). (1998, p. 23)

Mais tarde, o mito da democracia racial deslegitimou as violências sofridas pela população negra e passou a fundamentar a crença da harmonia entre as raças (FERNANDES, 2008). Por outro lado, nos espaços de poder reinava uma minoria branca e nas telas dos programas de TV o padrão de beleza europeu era o ideal, fatos que conseqüentemente influenciaram na construção identitária dos brasileiros. A aceitação das pessoas negras foi pautada no conceito de humanidade definido pelo ideal de ego branco e na negação da negritude por meio do embranquecimento forjado nas relações inter-raciais e a ascensão na estrutura de classes. Para ser digno de respeito, o negro precisou se submeter ao padrão branco (SANTOS, 1983). Diz o autor: “A história da ascensão social do negro brasileiro é, assim, a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais” (Ibidem, p. 23).

Segundo Silvio Almeida (2018), o racismo, sob a perspectiva estrutural, faz parte de processos políticos e históricos. O autor destaca três tipos de concepção do racismo – a individual, a institucional e a estrutural – e ressalta a importância de reconhecer o problema como parte de uma estrutura social:

[...] o racismo é definido por seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. (2018, p. 24)

No racismo institucional, o domínio se dá por meio do estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial dominante no comando das instituições sociais (ALMEIDA, 2018). Isso, segundo o autor, faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim também, o domínio de homens brancos em instituições públicas (p. 28).

De acordo com Djamila Ribeiro, o racismo é um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato da vontade de um indivíduo, sendo, portanto, necessário reconhecê-lo como um problema “que está em constante processo de atualização” (2019, p. 8). A filósofa também faz apontamentos sobre o equívoco de entender o racismo a partir de uma perspectiva individual.

O que está em questão não é um posicionamento moral, individual, mas um problema estrutural. A questão é: o que você está fazendo ativamente para combater o racismo? Mesmo que uma pessoa pudesse se afirmar como não racista (o que é difícil, ou mesmo impossível, já que se trata de uma estrutura social enraizada), isso não seria suficiente — a inação contribui para perpetuar a opressão. (Ibidem, p. 7)

Muniz Sodré (1999) utiliza o termo “síndrome de vampiro” para denominar o fato de os negros, de um modo geral, não conseguirem enxergar sua imagem no espelho da mídia. Para o autor, uma análise das propagandas, produções cinematográficas e, principalmente, da TV pode comprovar esse panorama. Ele ainda reforça que a mídia exerce um importante papel para a criação de imagens e estereótipos, processo que visualiza como um “signo presente de um passado ausente”. Esse signo é entendido como “um conector histórico, uma espécie de fio intergeracional que preserva os valores éticos de um passado pronto a ser narrado” (SODRÉ, 1999, p. 118).

À luz dos estudos sobre representação, estereótipos e imagens de controle, respectivamente de Hall (2016), hooks (2019) e Hill Collins (2016), pode-se recorrer a exemplos de representações midiáticas para ilustrar as múltiplas camadas com que a mídia, como parte estruturante do racismo, define o imaginário social, suas nuances e complexidades. A representação do negro pela mídia tem sido construída historicamente por meio de estereótipos que, em geral, ajudam a reforçar imagens negativas sobre essa população. Dentro dessa perspectiva, o conceito de poder simbólico de Bourdieu (2002) nos dá elementos para definir o funcionamento dessas práticas da mídia como mecanismos de violência simbólica. Como essas práticas se dão no contexto da violência policial, a cobertura jornalística sobre esse tema é a que mais constrói os mecanismos de reprodução do racismo. Constitui-se dessa forma em elementos importantes para a conceituação de que os mecanismos de repressão e controle reproduzidos por meio das forças policiais, ao usarem majoritariamente o expediente por meio de abordagens racistas, sobretudo a jovens negros, funcionam como aparelhos ideológicos (ALTHUSSER, 1985).

Ao analisar o grande motivador da mudança editorial do programa Em Pauta, dois posts críticos no Twitter de telespectadores, há nesta pesquisa também uma análise em torno da participação da audiência no processo produtivo das redações e da conversação mediada pelas redes sociais. No cenário de midiatização da sociedade e das práticas sociais, a visibilidade e a legitimação das organizações e instituições ganham novos contornos. A relevância e a complexidade desses processos são amplificadas com a introdução de mídias que expandem as possibilidades de manifestação e de presença (BARICHELO, 2004; HJARVARD, 2014;

SODRÉ, 2012). As novas dinâmicas comunicacionais à luz dessa mudança significativa na hierarquia de poder e a influência que as redes sociais permitiram a partir do surgimento de outras formas de participação do público na produção de conteúdo informativo configuram um redimensionamento do fazer jornalístico.

A ascensão da cultura da internet trouxe consigo novas camadas de complexidade e transformou a teoria do *gatekeeping*, conceito que, na sua forma clássica, foi resultado do sistema de produção, distribuição e consumo das notícias que existia durante o apogeu da época da mídia de massa. O pesquisador australiano Axel Bruns (2011) nos lembra que as práticas de *gatekeeping* eram simplesmente uma necessidade prática por conta da limitação de espaço das plataformas de mídia analógicas. Com a possibilidade trazida pela mídia on-line de que seus usuários possam driblar as publicações noticiosas para se conectar diretamente com as organizações, as instituições e os indivíduos que lhes interessam, essa relação ganha novos contornos (BRUNS, 2011). Esses usuários ativos podem atualmente compartilhar com outros aquilo que observam em tempo real através de uma ampla gama de plataformas, variando das ferramentas colaborativas para marcar livros, passando pelos blogs pessoais e coletivos até os sites da mídia social, lá encontrando e conectando com outros usuários com interesse em temas semelhantes. No âmago dessas mudanças, que deixam o *gatekeeping* para trás, está uma prática que Bruns descreve como *gatematching*. Uma parte importante do processo de *gatematching* é a transformação no processo de publicação da notícia. Se em um momento anterior às plataformas digitais o ciclo de uma matéria praticamente terminava quando ela era publicada ou ia ao ar, na contemporaneidade, ela tem nesse ponto um novo começo, transformando-se a partir de sua repercussão, republicação, de comentários e compartilhamentos.

Como procedimento metodológico, na jornada investigativa deste estudo, foi realizada revisão bibliográfica para embasar uma contextualização sobre o racismo como processo histórico e político, sobre identidades negras, bem como as representações midiáticas e os estereótipos, entendendo o espaço social da mídia como parte estruturante do racismo ao criar subjetividades. Uma retrospectiva da visão da mídia hegemônica sobre a política de cotas, na primeira metade do século 20, e da violência policial como fenômeno midiático também faz parte da contextualização teórica, que é complementada por duas outras etapas. Na primeira delas, há análise de conteúdo (conforme concepção de Bardin) da cobertura sobre a edição histórica do jornal Em Pauta do dia 3 de junho de 2020 na imprensa. Essa análise possibilitou um retrato dos aspectos mais citados,

permitindo a inferência por meio da identificação objetiva de características das mensagens contidas nessas matérias.

E, por fim, na terceira fase da pesquisa, foram realizadas três entrevistas em profundidade seguindo o conceito de Duarte e Barros, de que se trata de “uma técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las de forma estruturada” (DUARTE; BARROS, 2014, p. 62). Os autores reiteram que esse tipo de entrevista não busca a quantificação ou representação estatística. Em outras palavras, não permite dar tratamento quantitativo e estatístico às informações, tampouco testar hipóteses, mas seu objetivo está relacionado ao fornecimento de elementos para compreensão de uma situação ou estrutura de um problema. Para eles, por se tratar de um estudo qualitativo, a entrevista narrativa tende a substituir a ideia de hipótese, típica da pesquisa experimental, pela noção de pressuposto, “um conjunto de conjecturas antecipadas que orienta o trabalho de campo” (DUARTE; BARROS, 2014, p. 63).

Trata-se assim de um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer para posteriormente serem interpretadas e reconstruídas pelo pesquisador, em diálogo inteligente e crítico com a realidade (Ibidem, 2014, p. 62).

Martino complementa e explica que a técnica da entrevista é utilizada quando “o objeto de pesquisa são opiniões, vivências ou experiências de pessoas a respeito de um tema ou uma situação” (2018, p. 114). O autor explica que entrevistas semiabertas ou semiestruturadas são mais adequadas quando o objetivo é conhecer o pensamento do entrevistado sobre determinado assunto, dando uma margem de liberdade para suas próprias considerações e mudanças de rumo, mas sem perder o recorte específico da pesquisa (MARTINO, 2018, p. 115).

Foram entrevistados o diretor geral de jornalismo do Grupo Globo, Ali Kamel, e duas das jornalistas protagonistas do programa Em Pauta objeto desta pesquisa: Lilian Ribeiro e Zileide Silva. Os entrevistados responderam ao roteiro de perguntas semiestruturado detalhado no Apêndice 2. Com o primeiro, o objetivo foi compreender o contexto de uma mudança de posicionamento do Grupo Globo em relação a temas ligados à pauta racial, os fatores que levaram à decisão editorial de mudar a bancada do programa e o posicionamento institucional da GloboNews e do Grupo Globo em relação à maior representatividade nas equipes. Já com as duas jornalistas, o foco está em coletar relatos e informações sobre suas trajetórias pessoais e

profissionais e sobre o maior protagonismo de jornalistas negros na empresa, processo recente e do qual são expoentes. As entrevistas foram realizadas por e-mail em outubro e novembro de 2021.

O conteúdo da dissertação está estruturado em quatro capítulos. O capítulo 1 mostra o racismo como processo histórico e político fundante da sociedade brasileira, introduzindo o conceito de racismo estrutural. Há também reflexão sobre identidades negras e projetos raciais dialogando com autores como Silvio Almeida, Adilson Moreira, Frantz Fanon, Kabengele Munanga, Michael Omi e Howard Winant. O capítulo traz ainda um levantamento cronológico do papel das políticas de ações afirmativas na luta antirracista desde o processo de redemocratização brasileiro.

No capítulo 2, me debruço a problematizar a instituição mídia como um pilar estruturante do racismo a partir de sua constituição formada por famílias pertencentes a uma elite econômica e social. Também procuro construir uma ponte entre o papel que os meios de comunicação ocupam na discussão sobre identidades, uma vez que eles disseminam, reforçam, constroem e desconstroem as representações hegemônicas. Há ainda um retrospecto histórico sobre a cobertura da mídia das políticas de cotas na primeira década deste século e, por fim, uma abordagem sobre a crescente pressão por representatividade por parte dos movimentos antirracistas. Aqui, os principais autores com os quais dialogo são Muniz Sodré, Stuart Hall, bell hooks, Patricia Hill Collins, Sueli Carneiro e Nancy Fraser.

Já o capítulo 3 tem como foco a análise das novas dinâmicas comunicacionais à luz dessa mudança significativa na hierarquia de poder e da influência que as redes sociais permitiram, a partir do surgimento de outras formas de participação do público na produção de conteúdo informativo. Abordo, também, como esse redimensionamento do fazer jornalístico evoluiu o papel da mídia do modelo de *gatekeeper* para o de *gatewatcher* (BRUNS, 2011). Aqui os principais autores de referência são Axel Bruns, Henry Jenkins, Gabriela Zago e Raquel Recuero.

Por fim, o capítulo 4 investiga o contexto que levou à decisão editorial do programa Em Pauta, de convocar uma bancada totalmente formada por jornalistas negros na semana seguinte ao assassinato de George Floyd, ainda sob efeito da dimensão inédita dos protestos que se seguiram após sua morte. Como parte dessa investigação, há uma análise das matérias publicadas na imprensa sobre o assunto dada sua alta repercussão. Também são detalhadas as entrevistas feitas com profissionais envolvidos no episódio e com a direção de jornalismo do Grupo Globo

sobre representatividade, posicionamento editorial sobre questões raciais e a cobertura editorial em relação ao tema.

O debate e a cobertura jornalística sobre racismo e questões raciais têm ganhado mais espaço nos últimos anos por pressão social devido à conquista de mais voz e protagonismo dos movimentos negros, que desde a redemocratização e, principalmente, a partir da Constituição de 1988, pavimentaram o caminho para avanços importantes em termos de políticas reparatórias. No entanto, em 2020, essa temática foi alçada a uma posição inédita de destaque na mídia. O interesse desta pesquisa se dá a partir do que simbolizam as mudanças promovidas no programa Em Pauta, no episódio de 3 de junho de 2020: uma certa ruptura no silenciamento da mídia sobre a cobertura de questões raciais e um passo importante no processo de transformação em direção à maior representatividade de negros e negras no jornalismo da emissora e do Grupo Globo.

## 1 RACISMO COMO PROCESSO HISTÓRICO E POLÍTICO

O conceito de raça não é algo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Fenômenos racistas de exclusão, discriminação e extermínio são efetivamente desencadeados por projetos políticos. No Brasil, é por demais conhecida a história excludente e racialmente orientada, que produz contemporaneamente desigualdades expressas nas estatísticas alarmantes, crescentes e inaceitáveis de empobrecimento, mortalidade e encarceramento da população negra. Ao assumir diversas formas em diferentes lugares e momentos históricos, o racismo tem o mesmo objetivo: preservar e legitimar um sistema de privilégios raciais, o que depende da circulação contínua de estereótipos que representam minorias raciais como pessoas incapazes de atuar de forma competente na esfera pública.

Este primeiro capítulo da dissertação mostra o racismo como processo histórico e político fundante da sociedade brasileira, introduzindo o conceito de racismo estrutural. Há também reflexão sobre identidades negras e projetos raciais dialogando com autores como Silvio Almeida, Adilson Moreira, Frantz Fanon, Michael Omi e Howard Winant. Traz ainda um levantamento cronológico do papel das políticas de ações afirmativas na luta antirracista desde o processo de redemocratização brasileiro.

Uma chave fundamental na discussão sobre o racismo na história brasileira é revisitar o conceito de democracia racial, concepção analítica que durante muito tempo descreveu as relações raciais brasileiras. Devido a certas especificidades no seu desenvolvimento histórico e à sociabilidade aqui estabelecida, supostamente o Brasil teria escapado da discriminação racial e do racismo. Nesse sentido, os brasileiros não enxergariam uns aos outros por lentes raciais, não sendo a raça um fator relevante capaz de impossibilitar o acesso à cidadania plena, nem mesmo a mobilidade social. Dentre os intelectuais que partilhavam dessa concepção, destaca-se o sociólogo Gilberto Freyre, tendo sido seu grande idealizador.

Do ponto de vista de Freyre, a família patriarcal do nordeste do Brasil era o grande fator da colonização e o princípio único de autoridade, obediência e coesão. Vista por esse ângulo, essa família podia integrar harmoniosamente a sociedade brasileira, pondo, assim, fim à persistente angústia da heterogeneidade racial, e oferecendo ainda o alívio da democracia racial. Sua obra *Casa grande e senzala* representa um marco na mudança de mentalidade de como a ciência e o pensamento social e político brasileiro encaravam os povos africanos e seus descendentes. Freyre

introduziu um conceito antropológico de cultura cujo discurso residia na contribuição positiva dos povos africanos à civilização brasileira.

Ao transformar a mestiçagem num valor não negativo sob o aspecto de degenerescência, Freyre permitiu completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada. Dessa forma, consolidou o mito originário da sociedade brasileira configurada num triângulo cujos vértices são as raças negra, branca e índia. Foi assim que surgiram as misturas. As três raças trouxeram também suas heranças culturais paralelamente aos cruzamentos raciais, o que deu origem a uma outra mestiçagem no campo cultural. Da ideia dessa dupla mistura, brotou lentamente o mito da democracia racial, de que “somos uma democracia porque a mistura gerou um povo sem barreiras, sem preconceito” (ORTIZ, 1994, p. 54).

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão de que são vítimas na sociedade (MUNANGA, 2004). Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são “expropriadas”, “dominadas” e “convertidas” em símbolos nacionais pelas elites dirigentes (SKIDMORE, 1993).

Ao instalar no Brasil o “consenso racial democrático”, o mito da democracia racial não se dissociou do projeto de branqueamento do povo brasileiro. Como afirma o economista e sociólogo Marcelo Paixão:

[...] a tão decantada mestiçagem vem ser o elegante modo pelo qual a elite euro-descendente compreendeu o processo de transição étnico-demográfica do povo brasileiro, rumo a uma sociedade totalmente livre da mancha negra e indígena [...]. A partir desse entendimento, cada um estaria devidamente limpo de suas marcas, físicas e culturais, negras ou indígenas, mais ostensivas. (2006, p. 21)

Paixão (2006) retrata como o mito da democracia racial forjou a ideia de nacionalidade, o que veio eliminar qualquer possibilidade de afirmação cultural dos negros. As supostas relações harmoniosas do ponto de vista racial que correspondem caracteristicamente à democracia racial



foram processualmente formadas ao longo do tempo a partir de alguns elementos específicos da sociabilidade brasileira. Na argumentação de Freyre, dentre os múltiplos fatores que fazem do Brasil uma democracia racial destacam-se: os laços estreitos entre escravizados e seus senhores antes da abolição e o tipo singular de dominação portuguesa que supostamente teria impossibilitado o surgimento de categorias racistas rígidas.

Essa perspectiva acabou reforçando a concepção de que os problemas que a população negra enfrenta não são muito diferentes dos da maioria dos pobres que existem no Brasil. Não é um problema de racismo e discriminação, como o existente nos Estados Unidos, mas da falta de inserção dessa população em condições de trabalho e vida melhores. Contrapondo-se a Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e toda uma geração de pesquisadores marcou profundamente a reflexão sobre as relações raciais no Brasil. A tese fundamental de Fernandes (1978) pode ser resumida da seguinte forma: a sociedade pós abolição não criou as condições necessárias para a absorção do elemento negro. O negro não estava preparado social e psicologicamente para se tornar um trabalhador livre. O legado de nossas relações escravistas marcaria profundamente a população negra, dificultando sua inserção no mercado de trabalho e perpetuando condições de anomia no seu meio social.

Para Fernandes (1978), a integração econômica e o domínio das técnicas sociais de uma sociedade de classes por parte dos negros levariam à erosão do legado de nossas relações raciais de matriz escravista. Observa-se que, para o autor, o racismo e a discriminação são resquícios do legado do escravismo, arcaísmos do passado. A visão de Fernandes é vista por alguns autores mais contemporâneos como de certa forma otimista, uma vez que o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade de classes reforçaria o racismo e não o contrário.

Kabengele Munanga é outro autor que se destacou na desmistificação da democracia racial. Seus estudos foram responsáveis por romper a visão eurocêntrica da antropologia. O avanço dos estudos sobre a genética humana provou biológica e cientificamente que as raças não existem. No entanto, para Munanga (2005):

[...] a sociedade atribuíra uma escala de valores entre as raças, onde os indivíduos da raça “branca” foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela” e, estabelecia relações entre o caráter biológico (da raça negra) e as qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que desembocava na hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores, nascendo daí o racismo ligado ao conceito de raça. (p. 5)

Assim, se biologicamente o conceito de raça não existe, culturalmente e socialmente ele deve ser considerado não só para desvendar, enfocar e desconstruir o racismo, mas para legitimar diferentes culturas, o que muitas vezes é feito através do conceito de etnia. Apesar do fim da escravidão, os pretos e pardos continuam a ser marginalizados e excluídos da sociedade em consequência do preconceito racial. A luta dos negros contra essa eterna “escravidão” levou à fundação de inúmeros movimentos de valorização à cultura negra no país.

No século XX, parte da antropologia constitui-se a partir do esforço de demonstrar a autonomia das culturas e a inexistência de determinações biológicas ou culturais capazes de hierarquizar a moral, a cultura, a religião e os sistemas políticos. A constatação é a de que não há nada na realidade natural que corresponda ao conceito de raça (CHAVES, 1971). Os eventos da Segunda Guerra Mundial e o genocídio perpetrado pela Alemanha nazista reforçaram o fato de que a raça é um elemento essencialmente político, sem qualquer sentido fora do âmbito socioantropológico.

Ainda que hoje seja quase um lugar-comum a afirmação de que a antropologia surgida no início do século XX e a biologia – especialmente a partir do sequenciamento do genoma – tenham há muito demonstrado que não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre seres humanos, o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários (GUIMARÃES, 1999).

Como processo sistêmico, o racismo influencia a organização da sociedade, depende do poder político. Caso contrário, seria inviável a discriminação sistemática de grupos sociais inteiros. Para Silvio Almeida (2018), a politicidade do racismo apresenta-se basicamente em duas dimensões:

a. Dimensão institucional: por meio da regulação jurídica e extrajurídica, tendo o Estado como o centro das relações políticas da sociedade contemporânea. Somente o Estado pode criar os meios necessários – repressivos, persuasivos ou dissuasivos – para que o racismo e a violência sistêmica que ele engendra sejam incorporados às práticas cotidianas;

b. Dimensão ideológica: como manter a coesão social diante do racismo? A política não se resume ao uso da força. [...] É fundamental que as instituições sociais, especialmente o Estado, sejam capazes de produzir narrativas que acentuem a unidade social, o racismo e o sexismo. É parte da dimensão política e do exercício do poder a incessante apreensão de um imaginário social de unificação ideológica, cuja criação e recriação será papel do Estado, das escolas, das universidades, dos meios de comunicação de massa, e agora, também das redes sociais e seus algoritmos. (p. 54)

## 1.1 Projetos raciais e processos de racialização

O caráter mutante dos conceitos de raça e de racismo nos coloca diante de muitas questões, motivo pelo qual alguns autores, em tempos recentes, preferiram abandonar teorias genéricas sobre esses temas para analisar os processos que garantem a constante presença de mecanismos de dominação racial, apesar da luta permanente contra ele. Em função dessas questões, Michael Omi e Howard Winant propuseram o conceito de projeto racial. Para esses autores, o racismo é uma ideologia e uma prática que está em constante transformação, razão pela qual ele pode assumir diferentes formas em momentos históricos distintos. Observamos, em todas as suas manifestações, como diferenças de status cultural e status material se reforçam mutuamente na reprodução da marginalização de minorias raciais.

Todo projeto racial atribui sentidos específicos à raça, e ela possuirá significados particulares a partir da forma de domínio que se pretende construir (OMI; WINANT, 2014). Se em alguns momentos históricos ela indicava o lugar que os grupos humanos ocupam no processo evolutivo, hoje ela tem sido definida como uma categoria sem relevância, posição central dos sistemas de dominação racial que procuram impedir que ela se torne um critério de mobilização política. Sendo o racismo um tipo de dominação social que procura manter o poder nas mãos do grupo social dominante, suas formas de legitimação precisam também se modificar, pois suas práticas excludentes são sempre questionadas.

O aspecto dinâmico do projeto racial permite que seus meios de operação sejam encobertos, de modo que relações hierárquicas possam ser explicadas a partir das características dos membros de minorias raciais e não a partir de estratégias de dominação (Ibidem). A necessidade da raça na vida dos indivíduos indica a necessidade de adotarmos outra perspectiva para pensarmos as consequências concretas dessa classificação social. É por isso que o termo racialização é utilizado para classificar os mecanismos a partir dos quais os sentidos culturais são atribuídos a certas características físicas para que um grupo seja visto como diferente. A racialização seria uma forma de construção e de diferenciação dos indivíduos, prática que possui um objetivo específico: a raça é uma marca que representa as relações de poder presentes em dada sociedade (GARNER, 2010).

Assim, devemos entender a raça como uma construção social que procura validar projetos de dominação baseados na hierarquização entre grupos com características físicas distintas. Ao se

construir minorias raciais como grupos com traços morais específicos, membros do grupo racial dominante podem justificar um sistema de dominação que procura garantir a permanência de oportunidades sociais em suas mãos (LOPEZ, 1994).

O que se convencionou chamar de branquitude e de negritude são duas formas de identidades historicamente produzidas a partir de alguns fatores importantes. A primeira tem origem na hegemonia que a cultura europeia passou a ter ao longo dos últimos séculos em função da escala mundial do projeto colonial. Esse processo permitiu que o sistema econômico, os valores religiosos, a estrutura política e a tradição cultural de uma elite dominante dos países europeus se tornassem parâmetros universais. Embora todos esses aspectos sejam aparentemente impessoais, estão associados a um grupo racial específico. Ao serem alçados a perspectivas universais, eles tornaram pessoas brancas parâmetros implícitos da representação do que seja o humano, embora isso permaneça encoberto. Ser branco situa as pessoas em um lugar específico dentro das hierarquias sociais em função das significações que o pertencimento ao grupo racial dominante possui no mundo contemporâneo. À identidade racial branca estão associados diversos predicados positivos, como superioridade cultural, beleza estética, integridade moral, sucesso econômico e sexualidade sadia (PAINTER, 2010).

Por sua vez, o conceito de negritude nasce de um sentimento de frustração dos intelectuais negros por não terem encontrado no humanismo ocidental todas as dimensões de sua personalidade. Para Munanga, é uma reação, uma defesa do perfil cultural do negro:

Representa um protesto contra a atitude do europeu em querer ignorar outra realidade que não a dele, uma recusa da assimilação colonial, uma rejeição política, um conjunto de valores do mundo negro, que devem ser reencontrados, defendidos e mesmo repensados. Resumindo, trata-se de proclamar a originalidade da organização sociocultural dos negros, para depois defender sua unidade através de uma política de contra-aculturação, ou seja, desalienação autêntica. (1998, p. 59)

Em função de seu caráter discursivo, produzido por sentidos culturais, um projeto racial permite a construção de narrativas que determinam as manifestações do senso comum sobre a relevância da raça e do racismo em uma sociedade. Portanto, mais do que criar e legitimar representações culturais, um projeto racial influencia a percepção do significado da raça, o que determina a percepção dos vários agentes sociais na vida cotidiana. Dessa forma, o conceito de transcendência racial, aspecto central das narrativas raciais brasileiras, demonstra como as pessoas percebem a questão racial: muitas delas reproduzem a noção de que raça não tem

importância no nosso país (MOREIRA, 2019).

Nossa capacidade de interpretar relações raciais decorre das percepções dos significados da raça, o que adquire sentido dentro das narrativas culturais sobre ela em uma comunidade. Mais do que isso, os sentidos culturais da raça também organizam o funcionamento das instituições públicas e privadas e determinam o tratamento dispensado a minorias. Ao se falar sobre racismo se faz necessário diferencia-lo de outras categorias que também aparecem associadas à ideia de raça: preconceito e discriminação. Silvio Almeida (2018) afirma que racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. Embora haja relação entre os conceitos, o racismo difere do preconceito racial e da discriminação racial. O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertencem a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias (ALMEIDA, 2018). Considerar negros violentos, judeus avaros e orientais “naturalmente” preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos.

A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados (ALMEIDA, 2018). Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. O racismo – que se materializa como preconceito racial – é definido pelo seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas.

O racismo se articula com a segregação racial, a divisão espacial de raças em localidades específicas – bairros, guetos, periferias etc. – e/ou a definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos – como escolas e hospitais – como de frequência para membros de determinados grupos raciais, como são exemplos os regimes segregacionistas dos Estados Unidos, o apartheid sul-africano e, para autoras como Michelle Alexander (2017) e Angela Davis (2003), o atual sistema carcerário estadunidense.

## 1.2 Racismo estrutural

A concepção institucional significou um importante avanço teórico no que concerne ao estudo das relações raciais. Sob esta perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça. As instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social. Desse modo, se é possível falar de um racismo institucional, significa a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição e de alguma forma vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes –, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura.

Para Almeida (2018), essas instituições são apenas materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Segundo o autor, o conceito de racismo estrutural começa a orientar a opinião pública, dando a dimensão do modo como a questão racial impacta na construção de desigualdades:

A visibilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica. Porém, o uso do termo 'estrutura' não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis; ou ainda, que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. Dizer isso seria negar os aspectos social, histórico e político do racismo. O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina reprodutora de desigualdade racial. (2018, p. 50-51)

A ênfase da análise estrutural do racismo não exclui os sujeitos racializados, mas os concebe como parte integrante e ativa de um sistema que, ao mesmo tempo que torna possíveis suas ações, é por eles criado e recriado a todo momento. O propósito desse olhar mais complexo é afastar análises superficiais ou reducionistas sobre a questão racial que, além de não contribuírem para o entendimento do problema, dificultam em muito o combate ao racismo.

A substituição do racismo científico e do discurso da inferioridade das raças pelo

“relativismo cultural” e pelo “multiculturalismo” não se explica por uma “revolução interior” ou por uma “evolução do espírito”, mas por mudanças na estrutura econômica e política que exigem formas mais sofisticadas de dominação (ALMEIDA, 2018). O incremento das técnicas de exploração econômica é acompanhado de uma evolução das técnicas de violência e opressão, dentre as quais o racismo.

Como afirma Frantz Fanon:

[...] a evolução das técnicas de produção, a industrialização, aliás limitada, dos países escravizados, a existência cada vez mais necessária de colaboradores impõem ao ocupante uma nova atitude. A complexidade dos meios de produção, a evolução das relações econômicas, que, quer se queira ou não, arrasta consigo a das ideologias, desequilibram o sistema. O racismo vulgar na sua forma biológica corresponde ao período de exploração brutal dos braços e pernas do homem. A perfeição dos meios de produção provoca fatalmente a camuflagem das técnicas de exploração do homem, logo, das formas de racismo. (1980, p. 39)

Em uma sociedade que se apresenta como globalizada, multicultural e constituída de mercados livres, “o racismo já não ousa se apresentar sem disfarces” (Ibidem, p. 39). É desse modo que o racismo passa da destruição das culturas e dos corpos com ela identificados para a domesticação de culturas e corpos. Por constituir-se de incerteza e indeterminação, é certo que o racismo pode, a qualquer momento, descambar para a violência explícita, a tortura e o extermínio (ALMEIDA, 2018). Porém, assim que a superioridade econômica e racial é estabelecida pela desumanização, o momento posterior da dinâmica do racismo é o enquadramento do grupo discriminado em uma versão de humanidade que pode ser controlada, na forma que podemos denominar sujeito colonial. Em vez de destruir a cultura, é mais inteligente determinar qual seu valor e seu significado.

Para Fanon, nesse estágio, “o rigor do sistema torna supérflua a afirmação cotidiana de uma superioridade” (1980, p. 61). O que Fanon chama de “rigor” pode ser entendido como a capacidade do sistema econômico e político de absorver de modo cada vez mais eficiente os conflitos, inclusive os raciais. Mesmo que possam ser consideradas perigosas, pois oferecem possibilidades contestadas de leitura do mundo e da ordem social vigente, as culturas negra e indígena, por exemplo, não precisam ser eliminadas, desde que seja possível tratá-las como “exóticas”.

O exotismo confere valor à cultura, cujas manifestações serão integradas ao sistema na forma de mercadoria. Desse modo, o cinema, a literatura, a música e as artes plásticas não

precisam negar a existência do racismo; pelo contrário, produções artísticas de grande repercussão tratam do racismo e do sofrimento por ele provocado de modo direto. Não é apenas extirpando a cultura que o racismo se apresenta, mas “desconfigurando-a” para que a desigualdade e a violência apareçam de forma “estilizada”, como “tema de meditação” ou “peça publicitária” (FANON, 1980).

A permanência do racismo exige, em primeiro lugar, a criação e a recriação de um imaginário social em que determinadas características biológicas ou práticas culturais sejam associadas à raça e, em segundo lugar, que a desigualdade social seja naturalmente atribuída à identidade racial dos indivíduos ou, de outro modo, que a sociedade se torne indiferente ao modo com que determinados grupos raciais detêm privilégios. Ao se compreender o racismo como a dominação de um determinado grupo racial sobre outro, é necessário analisar em que circunstâncias essa dominação acontece. O conceito de hegemonia e as teorias críticas sobre branquitude nos dão importantes pistas nessa questão. Lia Vainer Schucman assim define branquitude:

[...] uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. (2015, p. 56)

A supremacia branca é uma forma de hegemonia, ou seja, uma forma de dominação que é exercida não apenas pelo exercício bruto do poder, pela pura força, mas também pelo estabelecimento de mediações e pela formação de consensos ideológicos. A dominação racial é exercida pelo poder, mas também pelo complexo cultural em que as desigualdades, a violência e a discriminação racial são absorvidas como componentes da vida social, como “uma rede na qual os sujeitos brancos estão conscientes ou inconscientemente exercendo-o em seu cotidiano por meio de pequenas técnicas, procedimentos, fenômenos e mecanismos que constituem efeitos específicos e locais de desigualdades raciais” (Ibidem, p. 56).

O fato de parte expressiva da sociedade considerar ofensas raciais como “piadas”, como parte de um suposto espírito irreverente que grassa na cultura popular em virtude da democracia racial, é o tipo de argumento necessário para que o judiciário e o sistema de justiça em geral resistam em reconhecer casos de racismo, e que se considerem racialmente neutros. Por outro lado, ser branco é também o resultado de uma construção social que materialmente se expressa



na dominação exercida por indivíduos considerados brancos ou na supremacia branca. Para Achille Mbembe, o branco é “uma categoria racial que foi pacientemente construída no ponto de encontro entre o direito e os regimes de extorsão da força de trabalho” (2018, p. 28). A admiração e a valorização das características físicas e dos padrões de “beleza” dos povos europeus é também um indicador de quais indivíduos e grupos são considerados os ocupantes naturais de lugares de poder e destaque.

Na análise de Maria Aparecida Bento, o racismo funciona como uma espécie de “pacto narcísico” entre brancos em que as condições de privilégio racial não são colocadas em questão. Diz a autora:

O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vêm acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana. (2002, p. 31)

Tanto o “ser branco” quanto o “ser negro” são construções sociais. O negro é produto do racismo “sobredeterminado pelo exterior” (FANON, 2008). O negro faz-se humano com a negritude e com consciência negra (BIKO, 1987), que constituem a reação intelectual e política contra as condições impostas a ele pelo racismo. Assim como o privilégio faz de alguém branco, são as desvantagens sociais e as circunstâncias histórico-culturais, e não somente a cor da pele ou o formato do rosto, que fazem de alguém negro. Características físicas ou práticas culturais são apenas dispositivos materiais de classificação racial que fazem incidir o mecanismo de distribuição de privilégios e de desvantagens políticas, econômicas e afetivas.

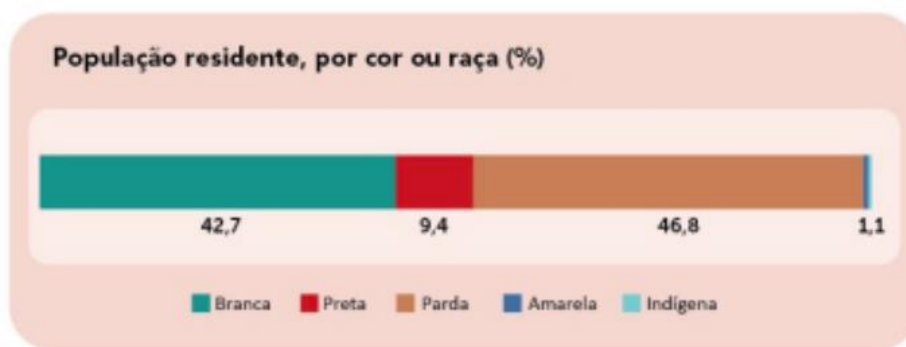
### **1.3 A identidade negra**

No Brasil, a cor ou raça é autodeclarada: ao responder ao Censo Demográfico do IBGE ou a outras pesquisas, cada pessoa diz se é preta, parda, branca, amarela ou indígena. Essa identidade normalmente se relaciona à cor da pele e a outras características físicas, não à ancestralidade. É comum, por exemplo, que um filho de pai ou mãe negra, mas que tem a pele mais clara, se autodeclare branco. Em outros contextos, que não o da pesquisa, assumir a negritude

é um ato político: trata-se de tomar para si a história e cultura do grupo, suas raízes, suas lutas.

De acordo com o último dado disponível, de 2019, a população que se autodeclara branca no Brasil encolheu – consequência do contínuo aumento do número de pessoas que se reconhecem pardas ou pretas, grupos que somados constituem os negros. Segundo esses dados, 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas<sup>5</sup>, como se vê na Figura 1:

**Figura 1 – Distribuição da população brasileira por cor ou raça**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua 2-12-2019.

Desde 2012, quando teve início a série histórica da pesquisa, somente em 2014 a população que se autodeclara preta se manteve estável no país. Nos demais anos, ela cresceu. Enquanto em 2012 os pretos representavam 7,4% de toda a população do país, em 2019 ela passou a representar 9,4%. Já a população parda aumentou em todos os anos da pesquisa. Foi em 2015 que essa parcela da população passou a ser maioria entre os brasileiros, ultrapassando a de brancos. Em 2019, os pardos eram 46,8% da população brasileira, enquanto os brancos somavam 42,7%. Em números absolutos, em 2019 havia no país 98,1 milhões de pessoas pardas, 89,4 milhões de pessoas brancas e 19,8 milhões de pessoas pretas. A decisão de agrupar pretos e pardos como negros pelo IBGE é resultado do trabalho dos sociólogos Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, que nos anos 1970 utilizaram dados do censo para produzir estáticas sobre a desigualdade racial no Brasil chegando à conclusão de que pretos e pardos estavam em pior situação socioeconômica do que brancos (CAMPOS, 2014). Nessas pesquisas, os dois sociólogos

<sup>5</sup> SILVEIRA, Daniel. **Com alta crescente de autodeclarados pretos e pardos, população branca tem queda de 3% em 8 anos, diz IBGE**. *Gl*. 6 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/06/com-alta-crescente-de-autodeclarados-pretos-e-pardos-populacao-branca-tem-queda-de-3percent-em-8-anos-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 12 ago. 2021.

separaram a população em “brancos” e “não brancos”, essa última categoria juntando pretos e pardos.

Para alguns militantes negros, esses dados provam que o brasileiro que se declara “pardo” é visto pelos outros como “negro”, e por isso mesmo é vítima de racismo. Portanto, haveria no Brasil uma vergonha de ser negro que impediria as pessoas que assim são percebidas de se enxergarem como tal. E é justamente por isso que as discriminações raciais tenderiam a ser identificadas pelas suas vítimas como expressões do elitismo ou preconceito social e não racial. Esse processo acabaria contribuindo para a baixa consciência da questão racial no país. Contra essa “vergonha da negritude”, o Movimento Negro Unificado (MNU) começou já na década de 1980 a demandar políticas capazes de promover o “orgulho negro” e, assim, inverter o sentido negativo dessa categoria de classificação racial (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2000). A instituição da Fundação Palmares pelo governo Sarney pode ser vista como consequência dessa articulação que demandava uma política de valorização da negritude e de suas articulações culturais logo no início do processo de redemocratização brasileira.

Após as publicações de Hasenbalg e Silva, praticamente todos os estudos sobre desigualdade racial no Brasil passaram a reunir pretos e pardos sob uma mesma categoria, mas denominando-a “não brancos” ou “pretos e pardos”. A posterior denominação “negro” se deve a uma intensa mobilização do MNU. Ainda que os dados trabalhados por Hasenbalg e Silva tenham contribuído de maneira expressiva para sustentar essa conclusão do MNU, há aqui uma sutil mudança de nomenclatura e de diagnóstico. Enquanto os sociólogos preferiam respeitar as categorias do censo, falando em “não brancos” ou simplesmente em “pretos” e “pardos”, o MNU defende que todos os “não brancos” sejam chamados de “negros”.

A consagração acadêmica do modelo de classificação racial do MNU (que opõe “brancos” e “negros”) se dá apenas na metade da década de 1990. É nessa época que um grupo de pesquisadores ligados ao governo federal começa a se dedicar ao estudo das desigualdades raciais brasileiras (CAMPOS, 2013). Esse reenquadramento promovido pelos pesquisadores do IPEA foi central durante os preparativos para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância organizada pela ONU e realizada em 2001 na cidade sul-africana de Durban. Foi a partir da Conferência de Durban que o movimento negro se articulou de forma mais sólida para demandar políticas compensatórias (ALVES, 2002; SANTOS, 2009). Foi durante o evento que a delegação brasileira declarou oficialmente a intenção do governo federal em implantar políticas de ações afirmativas raciais no Brasil (ALVES, 2002).

Se atualmente o grupo identificado como negro – soma de pretos e pratos – representa 56,2% da população brasileira, há nessa trajetória uma longa jornada de luta, resistência e construção de identidades. Esse percurso, afirma Ronsini, gera “processos simbólicos de pertencimento em relação a referentes variados como cultura, nação, classe, gênero ou grupo étnico” (2003, p. 7). As identidades negras e suas relações com a modernidade e a globalização remontam à discussão acerca da diáspora negra. Paul Gilroy sugere que a “cultura negra” e as “identidades negras” são criadas e redefinidas através de uma troca triangular entre o continente africano, o Novo Mundo e a diáspora negra na Europa. Para o autor, esses processos de reelaboração cultural são efetivados através de uma “conexão que deriva tanto da transformação da África pelas culturas da diáspora como da filiação das culturas da diáspora à África e dos traços africanos encerrados nessas culturas da diáspora” (GILROY, 2001, p. 79). O que se destaca na argumentação de Gilroy é, justamente, a ênfase na capacidade de “identidades negras”, formadas a partir da diáspora, em dialogarem com a modernidade. Isso implica afastar a discussão sobre “identidade negra” de sua associação com a tradição e com essencialismos, como costuma ser associada em muitas interpretações (SANSONE, 2003).

A “identidade negra”, como qualquer outra “identidade”, é extremamente dinâmica e plural. Dentro de uma perspectiva brasileira, resultante de um projeto histórico e político de racismo, o negro foi considerado o principal símbolo de atraso e degradação, ou uma ameaça à configuração da nova sociedade que emergia sucessora da escravocrata. A solução para esse impasse se encontraria numa proposta eugenista que visava não só o branqueamento nacional – na sua forma biológica, através da miscigenação – mas também o estabelecimento de uma cultura unificada, através da hegemonia cultural em conformidade com os padrões civilizatórios provenientes da Europa.

Tentou-se absorver membros de grupos étnico-raciais distintos no segmento étnico-racial socialmente dominante, buscando-se a homogeneidade por intermédio da miscigenação e da assimilação cultural. Em suma, buscou-se unificar diferentes identidades presentes na “identidade nacional”, em construção, obedecendo-se ao ideário do branqueamento. O que se almejou foi o embranquecimento físico e cultural do povo brasileiro e, simultaneamente, a extinção do contingente populacional negro (NASCIMENTO, 1978). Embora esse projeto de nação tenha sido abandonado em meados do século 20, a ideologia que o influenciou foi internalizada pela população brasileira, acarretando acentuadas repercussões na atualidade, sobretudo no que diz respeito ao desejo de muitos mestiços de ingressar na identidade branca, tida, historicamente,

como superior. Essa problemática atuaria então negativamente sobre a construção de uma identidade política mobilizadora em defesa da cidadania plena da população negra, bem como na sua marginalização, ou mesmo exclusão, das esferas mais importantes da vida social.

A própria noção de “identidade negra” também não é uma identidade fixa, mas sim um processo. Na perspectiva de Stuart Hall, pode-se dizer que se trata de uma identificação ou de um processo identitário. Para o autor, as identidades culturais na pós-modernidade são fragmentadas em função do processo de globalização que deslocou as estruturas e os processos centrais das sociedades modernas. Assim, os quadros de referência, ou as paisagens culturais, que antes sustentavam o indivíduo no mundo social, são deslocadas, fazendo com que as identidades sejam movidas por mudanças. Nesse sentido, é praticamente impossível afirmar que alguém possui uma identidade fixa, visto que todos passam, no decorrer da vida, por uma identificação passível de mudança e transformação. Para Hall, toda identidade é móvel e, justamente por isso, ele sugere a utilização da expressão identificação para o entendimento das representações que constroem e modificam as culturas, os sujeitos e os espaços (2006, p. 39).

A “identidade negra” pode ser compreendida como uma forma de estabelecer um sentido de pertencimento ao grupo social negro através de sua história e cultura, com o objetivo primordial de mobilizar essa identidade para fins políticos. De acordo com Munanga:

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico, sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (1998, p. 177-178)

Um ponto crucial na obra de Munanga, no que diz respeito à importância da construção da “identidade negra”, é o fato de os negros pertencerem a um grupo social prejudicado devido às perversas consequências do racismo. Nesse sentido, no que se refere à identidade atribuída pelo “outro”, a população negra é marcada por estigmas que impactam todas as esferas de sua vida social: trabalho, educação, habitação, representatividade, entre outras. A ideia que o indivíduo faz de si mesmo, porém, revela-se como um processo igualmente complexo, interior e exterior, no qual a identidade é construída progressivamente, tendo como fio condutor as especificidades sociais, históricas e culturais de determinado grupo social.

Assim, a articulação etnia/raça torna-se sócio-historicamente mais inserida e abrangente e condizente com a multiplicidade identitária que compõe a população afro-brasileira deste país. Atende melhor aos propósitos devido ao maior distanciamento dos biologismos do passado, que ainda mantêm seus resquícios no imaginário popular e também se apresenta mais abrangente em acolher a diversidade de expressões das identidades negras e dos dispositivos de base africana que dinamicamente se expandiram no Brasil. Atende à colocação de Munanga (2001) de multiplicidade das etnias oriundas da África e sua complexa diversidade na existência atual brasileira, o que leva à postura teórica de tratarmos de etnias e identidades negras, considerando como eixo destas os dispositivos de base africana, presentes em suas constituições.

As identidades são imbricadas, portanto, na semelhança a si próprio e na identificação e diferenciação com o outro, constituindo-se em foco central nas relações sociais. São continuamente construídas a partir de repertórios culturais e históricos de matrizes africanas, e das relações que se configuram na vivência em sociedade, sendo que sua existência tem as marcas das relações processadas ao longo dos séculos de exploração do escravismo. Assim, as identidades têm um caráter histórico e cultural, caráter este que demarca o conceito de afrodescendência, imbricado na trajetória histórica dessa população em relação a outros grupos. As formulações de Sodré acerca do reconhecimento social na construção da identidade dos sujeitos reforçam a complexidade da identidade negra:

Dizer identidade é designar um complexo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, constituído pela intersecção de sua história individual com a do grupo onde vive. Cada sujeito singular é parte de uma continuidade histórico-social, afetado pela integração num contexto global de carências naturais, psicossociais e de relações com outros indivíduos, vivos e mortos. A identidade de alguém, de um “si mesmo”, é sempre dada pelo reconhecimento do “outro”, ou seja, a representação que o classifica socialmente. (SODRÉ, 1999, p. 34)

Sodré estabelece um contexto relacional simbólico que vai além dos preceitos do etnocentrismo de um modelo branco-europeu. Ao mesmo tempo que centra sua dinâmica de constituição identitária nas referências ancestrais, ao referir-se à ação destes nas relações concretas, enfatiza a relevância do reconhecimento social na construção da identidade dos sujeitos. Na sociedade brasileira, parece que a desmistificação do discurso da democracia racial e da ideologia do branqueamento trouxe avanços políticos relevantes, o que leva a uma melhor explicitação das identidades. Assim, as problematizações sobre identidades se articulam com a

luta por políticas específicas de redução das desigualdades para a população negra, tais como os debates e intervenções no campo das políticas de ação afirmativa, a inclusão de temáticas relacionadas à história e cultura de base africana nos currículos escolares, entre outras iniciativas.

#### **1.4 O papel das ações afirmativas**

A discussão da pluralidade cultural se insere no contexto polêmico da contemporaneidade, no qual se vivencia uma crise do paradigma moderno. Como afirma Hall:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Em vez disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2004, p. 13)

Por outro lado, é inquestionável também que a globalização e a política neoliberal hegemônica são o combustível que alimenta a problematização da diferença, ao incendiar o contexto social com a ampliação da desigualdade e da discriminação. A questão multicultural, portanto – embora tenha se construído teoricamente em outros espaços –, apresenta em seu debate reflexões intimamente relacionadas à realidade e às necessidades brasileiras e de outras partes do mundo. O multiculturalismo trouxe à tona a discussão dos direitos das minorias, da identidade e de seu reconhecimento, promovendo, numa perspectiva cultural, o debate em torno de questões identitárias, de uma forma geral, e do racismo, em particular.

As políticas de ações afirmativas desempenham papel central nesse processo. Como resultado de diversas discussões éticas e jurídicas contemporâneas, essas ações foram orientadas a partir de uma série de eventos históricos importantes, entre os quais o fim da Segunda Guerra Mundial e a vitória sobre o nazismo, o processo de descolonização da Ásia e da África, a intensificação dos fluxos migratórios, sobretudo do Sul em direção ao Norte, e o surgimento de novas correntes de pensamento nas ciências sociais, como o culturalismo e o multiculturalismo. Esses acontecimentos históricos intensificaram o questionamento do racismo assim como a reconceitualização de termos “ocidentalizados” como tradição, modernidade, cultura, etnicidade,

raça, cor. O negro deixa de ser objeto de “curiosidade” para as ciências sociais e passa a ser visto como um ator social, enredado em relações que, na grande maioria das vezes, o desqualificam somente em razão de sua condição racial.

É em meio a essa intensificação das redes globais que o pressuposto do multiculturalismo surge questionando a visão eurocêntrica de termos fundamentais, como cultura, justiça, direitos e cidadania (SANTOS; NUNES, 2010). O multiculturalismo como princípio emancipatório preza pelo princípio de reconhecimento da diversidade, visando resistir à lógica de homogeneização cultural. O nascimento do multiculturalismo é determinante para a emergência das ações afirmativas, por considerar que as culturas minoritárias são frequentemente discriminadas, percebidas como movimentos particulares.

Se por um lado foi a intensificação das trocas globais que favoreceu o surgimento de novos pensamentos e perspectivas, não se pode ocultar que a globalização é um evento do qual muitos são ainda excluídos, sobretudo no que diz respeito ao acesso e divulgação de informação. Evidentemente, existe no mundo globalizado uma assimetria na distribuição de informação e, conseqüentemente, de poder, o que torna a maneira e a intensidade com que o indivíduo recebe e lida com a informação um indicador do seu nível de “capital informacional” ou “capital cultural” (BOURDIEU, 1992).

Entende-se também que as ações afirmativas no Brasil não são meramente uma assimilação, mas produto de diversas referências mundiais. A maneira pela qual o Brasil irá interpretar e aplicar essas políticas, assim como os resultados posteriores, só pode ser compreendida se abarcada a idiossincrasia brasileira de como a questão racial foi tratada por nós ao longo da história e como tem sido desenvolvida na literatura crítica a respeito. Assim, as ações afirmativas brasileiras seriam resultado de uma “globalização”: processam-se localmente e a partir de uma lógica estrutural própria as influências culturais e políticas globais. Local e global podem ser conceitualmente opostos, mas na realidade são extremamente ramificados e interdependentes (ROUDOMETOF, 2005).

No plano das políticas internacionais, os contatos com a África tiveram um aumento significativo a partir da década de 1970. Com o processo de descolonização africana em curso, o governo brasileiro começou a desenvolver uma política de presença na África (TELES DOS SANTOS, 2000 apud SANSONE, 2006, p. 97). De fato, nesse período o governo procurou estreitar laços com diversos países então denominados de Terceiro Mundo, na intenção de ganhar



maior aceitação internacional como nação. Também foi durante a década de 1970 que dois institutos brasileiros de pesquisa, consagrados à temática africana e negra, receberam maior apoio do governo: o Centro de Estudos Afro-orientais da Universidade Federal da Bahia, criado em 1959, e o Centro de Estudos Afro-asiáticos da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, fundado em 1974 (SANSONE, 2006, p. 97). É dessa década também o já citado trabalho de Hasenbalg, que abre uma nova estrada interpretativa para o poder público sobre a relação entre desigualdades socioeconômicas e racismo a partir de dados estatísticos.

Em 1978, o já citado Movimento Negro Unificado (MNU) foi fundado, e o engajamento político negro retornou com força no cenário brasileiro, buscando atacar de maneira contundente o discurso nacional que apregoava a democracia racial (GUIMARÃES, 2008, p. 75). Os novos ventos de redemocratização impulsionaram o discurso crítico contra a democracia racial, cada vez mais articulado e propiciando um novo panorama político, em que organizações como o MNU pudessem cada vez mais ganhar espaço e voz. O MNU não somente golpeia a “democracia racial” como também reintroduz a ideia de raça, reivindicando uma origem africana para identificar os negros (Ibidem, p. 75). O vocabulário político se estende para incluir as ideias de antepassados, de ancestrais e de raça, demarcando e reconhecendo a história negra daqueles brasileiros que seriam seus herdeiros. Ganha ainda mais proeminência, nesse período, a mensagem do orgulho negro, da consciência negra e da negritude, criando-se uma demanda renovada por informações e símbolos africanos para recriar o conceito de cultura negra no Brasil (SANSONE, 2004).

A Constituição Federal de 1988 torna oficial toda a expectativa brasileira pelo estabelecimento da democracia. Além de reconhecer, pela primeira vez, que a sociedade brasileira é multirracial, a Constituição de 1988 também reconhece as diferentes “raízes” de grupos sociais, raciais e étnicos que devem ter sua forma de viver respeitada. Outro avanço que deve ser considerado é a concessão, por parte do governo, de títulos de propriedades aos descendentes de comunidades quilombolas, ou seja, às comunidades sobreviventes da escravidão e originalmente formadas por escravos fugitivos (WADE, 1999). Além disso, na Constituição de 1988, a prática do racismo é reconhecida e devidamente criminalizada.

Considerando as influências externas para as mudanças na abordagem da questão racial no Brasil, percebe-se que grandes organizações internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial, a ONU e a Fundação Interamericana (IAF) estão amplamente envolvidas no estudo e financiamento de pesquisas dos afrodescendentes na América

Latina, a partir de meados do século 20 (WADE, 1999). E, ainda, algumas fundações estrangeiras como Ford, Rockefeller, Interamerican, Novib, MacArthur e Icco tornam-se presentes no financiamento de projetos sociais, inclusive os de viés racial. Tanto essas fundações como as ONGs internacionais passam a formar uma rede global de importação e exportação de várias expressões mercantilizadas de negritude e se articulam intensivamente com os ativistas negros (SANSONE, 2006, p. 125).

De acordo com Wade (1999), deve-se considerar que os governos latino-americanos começam a adotar novas políticas destinadas às populações negras tanto por um desejo interno e democrático de luta contra a exclusão social, como por serem pressionados externamente por essas organizações internacionais que propunham projetos sociais e financiamentos expressivos. Atendendo a essas pressões externas, o discurso sobre as minorias políticas locais se amplifica e se apropria dos princípios dos direitos humanos, resultando intencionalmente num caráter internacional das demandas internas e se alinhando às propostas internacionais.

O significado das classificações de cor passa diretamente pela visão de quem o utiliza, isto é: para compreender a mudança ocorrida na forma de declarar a cor da pele no Brasil, é preciso saber quem emprega esse termo. A mobilização do conceito de raça pelo movimento negro não reflete senão o fato de que a raça continua a ser importante nas interações sociais, só que, na maioria das vezes, não aparece nomeada. Nomear seria então a tentativa política de evidenciar o problema do racismo. Além disso, o movimento negro utiliza o conceito de raça não somente como elemento de mobilização, mas também de mediação de reivindicações políticas, organizando os negros em torno de um projeto comum de ação (DOMINGUES, 2007).

As ações afirmativas tendem a denunciar que a isonomia é meramente ideológica, pois somos todos diferentes e ao longo da vida essas diferenças podem ser reforçadas no intuito de se garantir a manutenção das estruturas de poder e distinção social. É preciso ter em mente, no entanto, que as ações afirmativas são programas e medidas muito mais abrangentes e que não se restringem somente à discriminação positiva, ou seja, à política de cotas. Segundo Edward Kellough (2006), uma variedade de políticas tem sido baseada nos princípios das ações afirmativas. As ações afirmativas assumem igualmente diferentes abordagens e têm sido empregadas amplamente para discutir a não-discriminação e a igualdade de direitos. Kellough ressalta que, evidentemente, trabalho e educação têm sido as áreas onde mais se emprega esse tipo de política, visto que visam, acima de tudo, à inserção social das minorias.

O recrutamento de minorias e as intervenções nos moldes das atuais ações afirmativas brasileiras tiveram sua primeira expressão oficial na década de 1960, nos Estados Unidos, década marcada pelas lutas pelos direitos civis e pela igualdade racial. Desde então, o princípio geral de igualdade perante a lei é posto em questão e cresce a ideia de que o Estado, ao invés de somente reprimir a discriminação, numa atitude negativa, deveria atuar positivamente nas relações socioeconômicas, garantindo dignidade humana àqueles que socialmente são oprimidos por um sistema simbólico que os desvaloriza.

O enfrentamento da questão racial ganha novo impulso a partir da década de 1990, tendo como marco a mobilização civil durante a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, realizada em 20 de novembro de 1995, que contou com a participação de dezenas de milhares de pessoas em homenagem ao tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares<sup>6</sup>. Além de chamar a atenção da sociedade civil para essa data comemorativa e marcar a importância histórica do personagem de Zumbi, a comissão organizadora da Marcha tinha também um objetivo político prático: evidenciar a situação desigual na qual a população negra vivia. Assim, foi entregue um documento ao então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, contendo informações sobre a situação do negro no Brasil, assim como propostas de ação para a superação do racismo e das desigualdades raciais. Em função de tal manifestação, o presidente instituiu na mesma data, por decreto, o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (GTI População Negra), ligado ao Ministério da Justiça. Nos moldes sugeridos pelo manifesto, o GTI População Negra ficava responsável por propor ações integradas de combate à discriminação racial, visando ao desenvolvimento e à participação social da população negra (FIGUEIREDO, 2007). Como prioridade, deveria desenvolver e incentivar pesquisas orientadas para o desenvolvimento social e econômico dessa população, para que as medidas e decisões políticas estivessem adequadas à realidade da população negra e das relações raciais no país.

Em um dos materiais elaborados pelo GTI População Negra, o objetivo da ação afirmativa é descrito como uma política que visa “eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas

---

<sup>6</sup> Dados fazem parte do Boletim de Análise Político-Institucional, Edição Temática - Implementação de Ações Afirmativas para Negros e Negras no Serviço Público: Desafios e Perspectivas. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/201203\\_proposta\\_chamada\\_publica\\_bapi\\_acoes\\_afirmativas\\_n\\_o\\_servico\\_publico\\_divulgacao.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/201203_proposta_chamada_publica_bapi_acoes_afirmativas_n_o_servico_publico_divulgacao.pdf). Acesso em: 24 mai. 2021.

pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros” (SANTOS, 1999, p. 25). O GTI População Negra era formado por um colegiado de oito representantes da sociedade civil oriundos do Movimento Negro e dez representantes governamentais. O racismo e a discriminação tornaram-se, assim, pauta de discussão pública na década de 1980, culminando na elaboração da Constituição Federal de 1988 que os criminaliza. Entretanto, o tipo de abordagem do tema proposto nesse momento é diferente, visto que a criação do GTI População Negra admite a existência no país de um racismo institucionalizado (SILVÉRIO, 2002) – isto é, um racismo legitimado pelo Estado e profundamente arraigado às estruturas sociais –, devendo ser objeto de estudo por parte do Governo Federal, com o objetivo final de propor ações para corrigir esse problema social. E essa nova diretriz será a base para as formulações de políticas de ações afirmativas a partir desse momento.

O ano de 2001 foi um marco para o debate público das questões raciais no país. Como já citado nesta dissertação, foi a partir da participação brasileira na Conferência de Durban que as históricas reivindicações de políticas compensatórias por parte do movimento negro ganharam musculatura. Visando a preparação para o evento, foi formado o Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira, envolvendo representantes governamentais e não governamentais. As propostas apresentadas e aprovadas em assembleia constituíram o documento chamado Plano Nacional de Combate ao Racismo e Intolerância – Carta do Rio (SANTOS, 2007). Entre as propostas contidas nesse documento, havia uma que posteriormente suscitou muita discussão pública e resistência por boa parte das camadas intelectuais: o estabelecimento de cotas para negros nas universidades públicas (SANTOS, 2008).

Em 2002, foi lançado o II Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que amplificou a importância da valorização da população negra e definiu formalmente o termo afrodescendente, que se consagrou como oficial e ocupou o lugar proeminente no vocabulário daqueles que elaboram e promovem as políticas raciais no Brasil. No II PNDH, estabelecem-se metas para melhorar as condições de vida da população negra, no plano econômico e no social, incluindo projetos de ação nas áreas de justiça, trabalho, educação e cultura. Fica reconhecido também que os males da escravidão impactariam ainda hoje a vida dessa população e que suas condições de desigualdade social seriam resultado do processo de exclusão social em razão do racismo.

Ainda em 2002, mais precisamente em 13 de maio daquele ano, dia em que se

completavam 114 anos da Abolição da Escravatura, foi finalmente criado o Programa Nacional de Ações Afirmativas (Brasil, 2002)<sup>7</sup>, o qual visava implementar medidas para ampliar a participação de afrodescendentes, mulheres e pessoas com deficiência na administração pública federal. A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça ficou a cargo da implementação do programa. A questão racial começa então a ganhar espaço na mídia com as discussões em torno da adoção do sistema de cotas, por algumas universidades públicas, para garantir e favorecer o acesso da população negra. Ainda no ano de 2001, no estado do Rio de Janeiro, foi instituída pelo então governador Anthony Garotinho a Lei nº 3.708, que estabelecia o sistema de cotas de até 40% para as populações negra e parda em duas instituições: Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Contudo, somente no vestibular de 2003 a cota passou a ser realidade e, apesar de incidir sobre o total das vagas oferecidas, teria que ser preenchida por candidatos que fossem oriundos do Sistema de Acompanhamento do Desempenho dos Estudantes do Ensino Médio (SADE).

Apesar de as medidas para adoção das políticas de ação afirmativa terem sido iniciadas oficialmente ainda durante o governo Fernando Henrique Cardoso, foi no mandato de Luiz Inácio Lula da Silva que a questão racial ficou mais evidente e ganhou corpo através da crescente discussão pública, em âmbito nacional. Desde o dia de sua posse, em 1º de janeiro de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já anunciava em seu discurso oficial o compromisso com a valorização da diversidade étnico-racial brasileira, colocando ênfase nas novas políticas governamentais que pretendia implementar a fim de combater a discriminação, sobretudo a racial. É seguro afirmar que foi durante seu governo que o tema da igualdade racial ganhou mais terreno nas esferas institucionais e governamentais. De fato, como observou Márcia Lima (2010), foi durante a gestão de Lula que o movimento negro passou a ser um ator envolvido na formulação das políticas raciais, ocupando cargos públicos e se inserindo de forma inédita no aparato governamental.

No governo Lula, as políticas afirmativas destinadas à educação foram organizadas tanto em bases de demandas por reconhecimento com intuito valorativo/identitário, quanto com intuito redistributivo. A atuação foi no sentido da correção dos resultados e das oportunidades desiguais

---

<sup>7</sup> Parte do Decreto no 4.228, que integra ações nas áreas de educação, saúde, trabalho, juventude, mulheres, entre outras. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4228.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4228.htm). Acesso em: 28 mai. 2021.

para suprir as carências socioeconômicas dos membros do grupo em questão. Entre as políticas afirmativas destinadas à educação, as que se destacam são: a Lei nº 10.639, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática da História e Cultura Afro-brasileira – de reconhecimento com intuito valorativo/identitário –, o Programa Universidade Para Todos (ProUni) e o apoio às ações afirmativas nas universidades públicas – de reconhecimento com intuito redistributivo.

No governo da presidente Dilma Rousseff houve o prosseguimento das políticas afirmativas amplamente firmadas no governo Lula e que tiveram sua coroação pela aprovação da Lei nº 12.711, que institui a obrigatoriedade da adoção de ações afirmativas raciais e sociais nas universidades federais, em agosto de 2012. Alguns meses antes, em abril de 2012, o STF decidia de forma unânime pela constitucionalidade das cotas raciais e do programa ProUni após o partido dos Democratas (DEM) ter proposto a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº. 186, que alegava que essa política feria preceitos fundamentais da Constituição Federal, como o princípio de não discriminação, do repúdio ao racismo e da dignidade humana (CAMPOS et al., 2012, p. 9). A lei federal nº 12.711/2012, que regulamenta as cotas, institui reserva de 50% das vagas nas universidades federais do país para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, incluindo também percentuais para negros e indígenas na proporção da população de cada estado. O quinto artigo esclarece da seguinte maneira essa resolução:

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>8</sup>.

Pesquisas do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Gema/Iesp) da UERJ, às vésperas da sanção presidencial da lei, indicavam que 64% das universidades já praticavam algum tipo de ação afirmativa. Se consideradas tanto as esferas federais e estaduais, esse percentual totalizava mais de 71% das

---

<sup>8</sup> BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=77463D972C199F3333C4ECF42EE0D307.node2?codteor=1063512&filename=LegislacaoCitada+-PL+5112/2013](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=77463D972C199F3333C4ECF42EE0D307.node2?codteor=1063512&filename=LegislacaoCitada+-PL+5112/2013). Acesso em: 25 jul. 2021.

universidades públicas brasileiras<sup>9</sup>. Prestes a completar uma década de vigência de políticas de ações afirmativas nas universidades e faculdades públicas, o número de matrículas de estudantes pretos e pardos matriculados nessas instituições no Brasil ultrapassou, pela primeira vez, o de brancos. Em 2018, esse grupo passou a representar 50,3% dos estudantes do ensino superior da rede pública<sup>10</sup>, de acordo com o IBGE. O levantamento revela ainda que a população negra e parda está melhorando seus índices educacionais, tanto de acesso como de permanência. O abandono escolar diminuiu de 30,8%, em 2016, para 28,8% em 2018. Entre a população preta ou parda de 18 a 24 anos que estudava, o percentual de estudantes cursando ensino superior aumentou de 50,5%, em 2016, para 55,6% em 2018. Apesar do avanço, o percentual ficou bem abaixo do alcançado pelos brancos na mesma faixa etária, que é de 78,8%.

A melhoria dos índices educacionais dessa parcela da população na rede pública de educação deve-se, em grande parte, às políticas oficiais, como o sistema de cotas, que proporcionaram o acesso e permanência da população preta e parda no ensino superior. Esse importante indicador social é o pano de fundo de uma transformação sem precedentes na inserção inédita de profissionais negros e negras qualificados no mercado de trabalho, o que contribuiu simultaneamente para o aumento da percepção coletiva sobre o racismo e da elevação da autoimagem dessas pessoas. Como consequência, esse processo tem impacto direto no espaço que esses temas passam a ocupar na agenda da sociedade. Embora esse processo seja resultado de décadas de mobilização de diversos grupos ligados ao movimento negro e vá ao encontro da raiz das desigualdades sociais e econômicas do Brasil há séculos, há uma assimetria histórica de tratamento editorial por parte da mídia sobre o racismo e as questões raciais e a centralidade que essa pauta exerce como força motriz dos problemas nacionais.

---

<sup>9</sup> Íntegra do estudo A ação afirmativa no ensino superior brasileiro (2011). Disponível em: [http://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2013/11/files\\_Levantamento\\_2011C.pdf](http://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2013/11/files_Levantamento_2011C.pdf). Acesso em: 27 jul. 2021.

<sup>10</sup> Dados integrantes da pesquisa Desigualdades Sociais por Cor e Raça no Brasil, do IBGE. Relatório disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf)

## 2 A MÍDIA COMO PARTE ESTRUTURANTE DO RACISMO

A origem da comunicação publicitária no Brasil data da segunda metade do século 19 e tem como marco inaugural anúncios em jornais sobre fuga, venda e aluguel de negros, naqueles que são considerados os primórdios dos classificados impressos dos jornais. Analisando sob o prisma econômico, o negro era considerado uma mercadoria da qual seu proprietário fazia o uso que desejasse: a mão de obra escrava podia ser vendida ou alugada. Embora alguns jornais da época defendessem um discurso abolicionista, porém, paradoxalmente, devido a dificuldades de ordem econômica, divulgavam esse tipo de anúncio. De acordo com o historiador, escritor e militar Souza Docca (1884-1945), o jornal *A Discussão*, de Pelotas (RS), foi um jornal pioneiro no Brasil, ao deixar de publicar, em 1881, anúncios nos quais estivesse presente a figura do escravizado<sup>11</sup>.

A presença desses anúncios foi uma característica corrente nos jornais do país, por um longo período, a exemplo do *Correio Paulistano* que, no dia 15 de abril de 1874, publicou o seguinte anúncio de fuga de três escravos de uma fazenda:

### ***Escravos Fugidos***

*Fugiram em dias de Março do corrente anno, da fazenda de José Fernando d'Almeida Barros do município de Piracicaba, os escravos: Pantaleão, alto fulo, nariz afilado boa dentadura, bahiano, falla macia 30 annos. Fernando preto, baixo, corpulento, boa dentadura, bahiano 25 annos mais ou menos. Estes escravos foram trazidos a esta província ha pouco tempo pelo sr. Raphael Ascoli; levaram alguma roupa fina e blusa de baeta vermelha, e oferece-se uma boa gratificação a quem os prender e entregar ao seu senhor ou em São Paulo ao sr. José Alves de Sá Rocha (SILVA, 2017, p. 218).*

O Brasil foi o último país do continente americano a abolir a escravidão. Ao longo do tempo em que a prática ainda era legal, foram 'importados' 4,9 milhões de homens e mulheres

---

<sup>11</sup> COSTA LEITE, Carlos Roberto Saraiva da. **Anúncios de escravos: os classificados da época**. Portal Geledés. 12 Mai 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/anuncios-de-escravos-os-classificados-da-epoca/>. Acesso em: 28 set. 2021.



escravizados do continente africanos<sup>12</sup>, o que coloca o país na nada agradável primeira posição no ranking do tráfico negreiro. Para efeitos de comparação, os Estados Unidos importaram 389 mil escravos da África. Os dados hoje disponíveis só foram possíveis porque os escravos eram uma mercadoria, registrada na entrada e saída dos portos, sobre a qual incidia cobrança de impostos. A liberdade concedida, pela Lei Áurea de 13 de maio de 1888, a essa população escravizada, ocorreu sem um planejamento de inclusão social para homens e mulheres que, embora livres do jugo da escravidão, estavam despreparados para adentrar uma sociedade capitalista e competitiva, além de carregarem o estigma de terem sido escravizados.

Esse processo é apenas uma das indicações do inegável peso dessa herança na história da sociedade brasileira. Exatamente por essa força e influência, o processo de abolição tem ocupado recentemente a agenda de historiadores. Um dos estudos mais amplos nesse sentido é o da professora Angela Alonso (2015), para quem a abolição foi uma conquista do que considera o primeiro movimento social brasileiro<sup>13</sup>. Um dos pontos que a pesquisadora enfatiza em seu estudo é a conexão de parte do movimento abolicionista brasileiro com ativistas da causa no exterior. Segundo Alonso, “no âmbito externo, havia um ciclo de abolições pelo mundo e o Brasil se mantinha escravista, chamando a atenção internacional” (2015, p. 54). O processo tem o ponto de maior tensão em 1850, quando a Inglaterra impõe o tratado do fim do tráfico de escravos, embora o Brasil demore a efetivá-lo. O estudo joga luz a uma chave analítica corrente que deixa na sombra a efetividade dos escravizados ao longo de todo o processo. Um dos indicadores recentes dessa mudança, reconhecendo o protagonismo da população negra no processo abolicionista, é a data de 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi dos Palmares (1655-1695), feriado em muitas cidades brasileiras, em contraposição ao 13 de maio, cujo foco é na figura da Princesa Isabel.

O fato de um dos componentes estruturantes da comunicação social contemporânea, a publicidade, nascer no Brasil a partir da necessidade de anunciar práticas escravocratas diz muito sobre a relação entre mídia e racismo. A influência da mídia na vida pública e privada é implacável posto que é o campo de construção das subjetividades. Ainda que na

---

<sup>12</sup> Dados obtidos a partir da iniciativa The Trans Atlantic Slave Trade Database, um esforço internacional de dados sobre o tráfico de escravos - que inclui, entre outros, a Universidade de Harvard. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/>.

<sup>13</sup> Na obra *Flores, votos e balas – o movimento abolicionista Brasileiro (1868-1888)*, a autora divide o processo abolicionista em três fases, cada uma com sua especificidade: na das flores (1868-1878), o movimento se abre para o espaço público, na dos votos (1879-1885) atua nos espaços políticos, e na das balas (1885-1888), mergulha na clandestinidade. Ao apresentar as três fases, tem sempre presente as relações entre a campanha abolicionista e o sistema político.

contemporaneidade, com a plataformização da comunicação, a mídia hegemônica tenha assistido seu poder ser relativizado, ela ainda exerce uma importante influência em pautar assuntos e expor conteúdos, se constituindo como um dos pilares da democracia. No entanto, a partir de evidências explicitadas por meio de pesquisas e da produção de diversos autores com o objetivo de monitorar a influência da mídia no debate sobre racismo, ao longo das últimas décadas, há fortes indícios de que essa instituição se constitui, ao mesmo tempo, uma fonte propagadora do racismo no Brasil.

Neste capítulo da dissertação, me debruço a problematizar a instituição mídia como um pilar estruturante do racismo a partir de sua constituição formada por famílias pertencentes a uma elite econômica e social. Também procuro construir uma ponte entre o papel que os meios de comunicação ocupam na discussão sobre identidades, uma vez que eles disseminam, reforçam, constroem e desconstroem as representações hegemônicas. Há ainda um retrospecto histórico sobre a cobertura da mídia das políticas de cotas na primeira década deste século e, por fim, uma abordagem sobre a crescente pressão por representatividade por parte dos movimentos antirracistas.

A complexidade na associação entre o papel da mídia e a construção de representações reside no fato de que a constatação de tal realidade impõe a necessidade de rastreamento das práticas racistas que nem sempre se traduzem pelo ódio explícito à diferença racial. Seus dispositivos são acionados, muitas vezes, de modo automatizado, naturalizado, quase silencioso, dificultando a identificação e o combate ao fenômeno. Em outros casos, essa contribuição é evidenciada ao se identificar os variados caminhos utilizados por esses meios de comunicação para reforçar os estereótipos associados ao povo negro, que em geral ajudam a construir imagens prejudiciais sobre essas pessoas. A autora Suzana Varjão faz a seguinte observação sobre o assunto, ao definir a questão:

[...] não há evidência de vinculação mecânica, intencional, entre o noticiário negativamente discriminatório e as vítimas afrodescendentes, mas se pode estabelecer uma homologia entre a hierarquia noticiosa e a hierarquia racial [...]. Hierarquia que aprisiona o negro nas tramas de um processo que lhe é, a todos os títulos, desfavorável, com prejuízos permanentes a uma prática de cidadania. (VARJÃO, 2008, p. 168)

Ao assim se constituírem, essas práticas da mídia funcionam como mecanismos de violência simbólica. Dentro dessa noção desenvolvida por Pierre Bourdieu (2005), é considerada uma forma de violência qualquer instrumento de poder que legitime ou contribua para a subordinação e controle de um determinado grupamento humano pelo resto do conjunto social. Sendo assim, são exemplos de violência simbólica o não reconhecimento ou impedimento do acesso a direitos sociais básicos de um segmento da população caracterizado por certas condições socioeconômicas, estados sociobiológicos ou socioculturais, se inserindo nesse último as classificações raciais.

O mito da democracia racial exerce um grande papel desmobilizador na luta contra o racismo, a discriminação e o preconceito racial. Só será possível uma estratégia de luta que seja feita em função de uma ideologia que leve as populações negra e branca a se identificarem com o problema. Essa tem sido a linha de abordagem das recentes mobilizações antirracistas por parte de diferentes grupos da sociedade civil e que começam a influenciar o debate sobre representatividade nas esferas pública e privada. A percepção do racismo, do preconceito e da discriminação, bem como a estratégia de luta para enfrentá-los, tende a ser diferente conforme a posição social que a pessoa ocupa. As relações objetivas do mundo social levam a que alguns grupos tenham mais poder na obtenção e distribuição dos recursos sociais. Com isso, o poder resultante da posição ocupada objetivamente por um grupo social transforma-se em poder simbólico. O tratamento destinado a uma pessoa depende muito de como outro a classifica. Suponhamos que uma pessoa resolva comprar em uma determinada loja. Dependendo de seus trajes, da forma de falar e da profissão ocupada, ela receberá um determinado tratamento. Com certeza um médico será tratado de forma muito mais distinta que um trabalhador braçal. E, se este último for negro, há uma grande possibilidade de sofrer discriminação racial. Portanto, a posição da pessoa nas estruturas objetivas implicará um certo poder simbólico.

Para Bourdieu "sempre existem, numa sociedade, conflitos entre poderes simbólicos que visam impor a visão das divisões legítimas, isto é, construir grupos" (BOURDIEU, 2011b, p. 163). Caberia aqui considerar as relações entre o "campo social de lutas", espaço de poder simbólico, de posições sociais em que circulam diversos tipos de capital (econômico, cultural, social e simbólico), e o "campo do objeto de representação", o qual supõe um conteúdo estruturado de significações construídas nas comunicações entre grupos, com base em seus conhecimentos, e inseridas em uma dinâmica de influências envolvendo tomadas de posição que

refletem imagens ou modelos sociais. A posição social do grupo pode também revelar seu “capital simbólico” em relação a outros grupos. Nesse sentido, o racismo não se restringe a comportamentos, sendo, na verdade, parte constitutiva do sistema socioeconômico, enraizado nas estruturas da sociedade e normalizado pela dinâmica de funcionamento das instituições, dentre elas a própria mídia.

No Brasil, a mídia hegemônica tem na sua constituição empresas em grande parte lideradas por famílias com valores ideológicos bem definidos e bastante alinhados com princípios do capitalismo neoliberal. Esse alinhamento se reflete no produto midiático oferecido pelos veículos coordenados por essas empresas por meio da orientação editorial. Dessa forma, seu capital cultural e seu capital econômico se entrecruzam, fortalecendo sua posição e seu capital simbólico.

Com o poder de influenciar na política e no comportamento social, a mídia, ao longo das últimas décadas, pode ser considerada um importante pilar de sustentação do racismo no Brasil. Os preconceitos que servem de base para essas atitudes institucionais e padrões de comportamento social não se sustentariam sem um grande apoio dos veículos de comunicação. As ideologias e interesses econômicos de cada empresa que faz parte do seletivo grupo da grande mídia agem diretamente sobre o conteúdo veiculado que, por sua vez, participa intensamente da construção de identidades e padrões sociais, assim como os estereótipos assimilados pela população. Esses grupos estão imersos em uma sociedade racista e são também a própria expressão dela.

## **2.1 Representações midiáticas e estereótipos**

A mídia é uma das principais instâncias de consagração das identidades culturais e construção de subjetividades. Assim, o espaço midiático constitui-se como sendo o *locus* onde se desenvolve parte significativa das relações raciais brasileiras. As representações construídas e veiculadas pela mídia nos dão pistas para compreender como se produzem as identidades. Essas representações são entendidas como resultados de práticas discursivas, produtos de convenções sociais, de articulação da linguagem, que consolidam-se um meio transparente a partir do qual a realidade é refletida. Stuart Hall (2001) ressalta que os meios de comunicação são agentes

significantes, produtores de sentido que não apenas reproduzem a realidade, mas também a definem. Estudar as representações e as percepções acerca de um grupo social compreende pensar sobre construções que comumente são determinadas pelos interesses daqueles que as constroem, levando-se em conta que a linguagem é fruto de um processo de lutas pelo poder no qual as identidades são construídas. Isso significa que, ao refletir sobre o domínio do simbólico, estamos, conseqüentemente, referindo-nos ao domínio do político, do social.

Diante das representações midiáticas, faz-se necessário problematizar suas contradições e ambivalências, considerando que os discursos produzidos pela mídia não se restringem a espelhar uma suposta realidade preexistente, mas contribuem para a construção de aspectos das identidades dos atores sociais. Uma análise acerca das representações sobre os negros deixa explícita em que medida os espaços sociais por eles ocupados estão sendo estereotipados, além de observar sua representação como parte integrante da sociedade abrangente ou algo que está simbólica e efetivamente à margem desta.

No Brasil, o "espetáculo das raças"<sup>14</sup> orientou a construção do mito da democracia racial, que por sua vez elaborou a ideia de miscigenação e convivência racial pacífica para forjar o sujeito social mestiço denominado "brasileiro". Enquanto isso, violentamente produzia o apagamento sistemático e sistêmico da cultura e da identidade negras, o que ocorreu pari passu a uma política de exclusão dos negros (do trabalho e dos centros urbanos) no Brasil pós-abolição. O problema é que esses apagamentos e exclusões seguiram sendo reproduzidos – antes como política e violência e, ao longo do tempo, como discurso<sup>15</sup>. E em uma sociedade midiaticizada são as mídias de massa as principais responsáveis por isso. A característica da ambivalência é que dá ao estereótipo a garantia de "repetibilidade em conjunturas históricas e discursivas mutantes" (BHABBA, 2007, p. 106) e faz com que muitos estereótipos continuem a ser reproduzidos na mídia.

À luz dos estudos sobre representação de Hall (2016), podemos acrescentar também os realizados por bell hooks (2019) sobre estereótipos e por Patricia Hill Collins (2016) sobre imagens de controle. Eles nos possibilitam recorrer a exemplos de representações midiáticas para ilustrar as múltiplas camadas com que o racismo estrutura o imaginário social, suas nuances e

---

<sup>14</sup> Referência ao livro de mesmo nome de Lilia Moritz Schwarcz (1993), que conta a história de como a intelectualidade branca brasileira (e estrangeira que vinha para cá) elaborou os processos ideológicos (científicos) de branqueamento da sociedade no início do século XX.

<sup>15</sup> MIELKE, Ana Claudia. Negros e mídia: invisibilidades. *Le Monde Diplomatique*. 27 mar. 2017. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/negros-e-midia-invisibilidades/>. Acesso em: 23 fev. 2021.

complexidades. A relação dinâmica e móvel entre objeto, representante e interpretante configura-se como uma chave analítica para aprofundar os estudos sobre os processos de significação que estruturam os estereótipos, as imagens de controle e as representações. Isso se dá em função de a representação ser uma prática que está atrelada ao poder. Por isso Hall (2016), enquanto discorre sobre representação, vale-se da conceituação de Foucault que diz que a elaboração de conhecimento transpassa pelo poder e pelo corpo e que isso é válido também para o campo da representação. O poder está ligado ao discurso, o qual “produz um lugar para o sujeito onde seus significados e entendimentos específicos fazem sentido” (HALL, 2016, p. 100).

Quando o discurso se alia à imagem, há uma poderosa união que, em muitos casos, resulta em estereótipos. Um deles se trata da representação da mulher negra pela indústria cultural, em geral, e pela mídia, em particular. Mulheres negras, na maior parte das vezes, são vistas como o Outro em sociedades racistas, são tratadas como objetos – são estudadas, analisadas por quem detém autoridade – e não como sujeitos com agência produzindo suas narrativas. Nesse contexto, para hooks (2019), as narrativas sobre negros e negras necessitam passar por uma construção de novas representações e isso só será possível a partir do momento em que essas pessoas ocuparem posições de poder. A autora também afirma que pessoas negras precisam questionar as articulações que a cultura branca faz para enquadrar o homem negro dentro do machismo, da misoginia e do falocentrismo. Tais representações só contribuem para reforçar o ideal do homem negro bruto e estuprador. Ao considerarmos o papel fundamental que a mídia exerce sobre o imaginário popular, influenciando-o em sua interpretação do real, representações estereotipadas sobre a figura do homem negro são extremamente perigosas, refletindo inclusive nas justificativas para o assassinato, a criminalização e o encarceramento em massa de homens negros em sociedades como a estadunidense e a brasileira.

Para Patricia Hill Collins (2019), essas opressões só poderiam continuar a reverberar se tivessem como justificativa uma ideologia poderosa por trás, e, para tanto, ela aponta as imagens de controle como um fator chave desse sistema. Segundo Collins (2019), as imagens de controle incidem sobre todos os grupos sociais, porém são sempre nocivas às mulheres negras. Imagens de controle podem ser histórias, mitos etc. Os estereótipos, por exemplo, são resultados das imagens de controle para ditar a forma como a sociedade lerá essas mulheres negras e normatizar como elas devem se portar. Para a autora, eles assumem um caráter especial pois servem como forma de fazer com que as injustiças sociais que recaem sobre esse grupo pareçam “naturais, normais e inevitáveis

na vida cotidiana” (COLLINS, 2019, p. 136). Desse modo, elas são utilizadas como justificativa das opressões de raça, gênero e classe sobre essas mulheres, assim como uma forma de objetificar o grupo e manter “relações de superioridade e inferioridade” (Ibidem, p. 139).

Quando falamos em jornalismo, é necessário destacar que se trata de um campo que mobiliza vários tipos de discursos, mas se apoia na notícia enquanto moderna centralidade conceitual. Em termos absolutos, a notícia não pressupõe “do apelo à carga emocional contida nos estereótipos que derivam das ficcionalização ou dos resíduos míticos” (SODRÉ, 2009, p. 15-16). O fluxo noticioso, segundo Sodré (2009), é uma articulação ideológica técnica e valorativa, capaz de destilar estereótipos sobre o diverso ou sobre o que é considerado como o padrão de saúde para a cidadania pela normalização da vida social. Embora a imprensa não tenha uma homogeneidade discursiva, até hoje a corporação jornalística tem sido, na sua predominância social, uma espécie de intelectual orgânico e coletivo das classes dirigentes.

Dessa maneira, a imprensa tem como tarefa, levada a cabo a “mitologia do liberalismo”, encobrir o jogo do poder que preside à constituição do discurso jornalístico. Inerente ao nascimento da imprensa moderna, o discurso jornalístico é a forma de homogeneizar a edição dos acontecimentos e os discursos sociais a partir de uma mesma cultura: eurocêntrica e colonial. Esse discurso é assim definido por Sodré:

[...] o discurso atua nos níveis macros como nos registros da integração e da cognição. A mídia funciona num nível macro como um gênero discursivo capaz de catalisar expressões políticas e institucionais sobre as relações inter-raciais, em geral estruturadas por uma tradição intelectual elitista que, de uma maneira ou de outra, legitima a desigualdade social pela cor da pele. (1999, p. 243)

A mídia pode ser considerada como uma forma de poder simbólico, e o jornalismo, que inicialmente era uma atividade amadora, passou a ser gerenciado tal como uma empresa que visa lucros. Desde o monopólio dos grupos de comunicação, as técnicas de produção da notícia remontam o fato tendenciosamente, de acordo com seus interesses. As elites “logotécnicas” atuais podem reproduzir o racismo nos estereótipos atribuídos aos negros e aos brancos na produção de notícias e, assim, naturalizar e perpetuar o racismo e a discriminação racial.

Walter Lippmann (2008) analisa que, de todas as influências, as mais sutis e difundidas, aquelas que criam e mantêm o repertório dos estereótipos, discorrem sobre o mundo antes que ele possa ser visto. A maior parte das coisas é imaginada antes de ser experimentada e essas

preconcepções podem governar todo o processo de percepção, exceto se a educação tornar nossa consciência mais perspicaz. Dessa maneira, enfatizando a diferença, os estereótipos marcam determinado objeto como estranho ou familiar, e o que de alguma forma for estranho fica marcado como profundamente alienígena e o levemente familiar é nitidamente visto como muito familiar. O caráter e a credulidade com que são utilizados os estereótipos dependem dos padrões inclusivos que se constituem como filosofia de vida, supondo que, em determinada filosofia, o mundo é codificado de acordo com o código possuído pelas pessoas, que provavelmente farão o relato do que está ocorrendo descrevendo o mundo comandado pelo seu código. Porém:

[...] se nossa filosofia nos diz que cada homem é somente uma pequena parte do mundo, que nossa inteligência captura na melhor das hipóteses somente frases e aspectos numa rudimentar rede de ideias, então, quando utilizamos nossos estereótipos tendemos a saber que são simplesmente estereótipos, considerando-os brandamente, modificando-os alegremente. (LIPPMANN, 2008, p. 91-92)

Contudo, os sistemas de estereótipos também podem ser uma defesa de posição na sociedade. Não é surpreendente que qualquer distúrbio de estereótipos pareça ser um ataque aos fundamentos do universo. Não é fácil admitir uma distinção entre “o nosso universo” e “o universo” quando se arrisca grandes coisas, pois o padrão dos estereótipos está carregado de uma prisão de sentimentos, portanto, não é neutro.

## **2.2 Política de cotas e a visão da mídia**

O século 21 inaugurou uma até então inédita efervescência na mídia com os debates acerca dos projetos de ação afirmativa implementados no Brasil a partir de 2001, na esteira da agenda levantada pela Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Durban, na África do Sul. A discussão em torno das políticas compensatórias teve na política de cotas para estudantes negros nas universidades públicas brasileiras seu expoente maior. Outro projeto que ganhou destaque na imprensa foi o de autoria do então deputado federal Paulo



Paim<sup>16</sup>, que propunha, no ano de 2000, a quota de 25% do espaço destinado à produção televisiva, cinematográfica e teatral e 40% da publicidade para atores afrodescendentes. Popularmente conhecida como Lei Paim, o debate em torno das cotas para atores negros e pardos na mídia brasileira (publicidade televisiva e telenovela, sobretudo) foi a única das iniciativas diretamente relacionadas à mídia no debate sobre a participação de afrodescendentes em setores de fundamental importância para a sociedade civil brasileira.

Não por acaso, essas iniciativas ocorriam ao mesmo tempo em que crescia o debate em torno da participação de atores negros na TV brasileira, num momento em que era exibida a telenovela *Porto dos Milagres*<sup>17</sup>. Ambientada na Bahia e inspirada na obra de Jorge Amado, a trama tinha como pano de fundo uma comunidade pesqueira e sua ligação com o universo religioso afro-brasileiro, porém contava com a participação de apenas seis atores negros num elenco composto por quarenta e cinco atores. Entretanto, se o debate sobre a participação de afrodescendentes nas escolas de nível superior tomava tônica, o debate sobre a participação de afrodescendentes na mídia parecia ter se restringido ao plano de algumas poucas matérias à época da telenovela.

Um ano mais tarde, com o lançamento dos filmes *Cidade de Deus*<sup>18</sup>, *Madame Satã*<sup>19</sup> e a estreia da minissérie *Cidade dos Homens*<sup>20</sup>, o debate sobre a participação de atores negros e/ou não-brancos na mídia brasileira mais uma vez tomou corpo. Na publicidade, uma campanha da Fiat Automóveis<sup>21</sup> e a estreia, na televisão, da novela *Mulheres Apaixonadas*<sup>22</sup>, já em 2003, provavam que o debate em torno das questões raciais havia de algum modo despertado interesse entre produtores de publicidade e roteiristas de telenovelas brasileiras.

A campanha publicitária da Fiat retratava um casal multirracial. A esposa, branca, sentada no banco de trás, protegia um bebê numa cadeira-berço. O marido, negro, era quem dirigia o carro. Num estacionamento, a esposa era reconhecida por uma amiga, branca, que logo viu no marido um motorista. Ela comentava com a amiga (esposa) que esta devia estar bastante

---

<sup>16</sup> Então deputado federal pelo PT gaúcho, participou da Assembleia Constituinte e é autor do Estatuto da Igualdade Racial. Em 2003, foi eleito Senador da República.

<sup>17</sup> Exibida pela Rede Globo de Televisão entre fevereiro e setembro de 2001.

<sup>18</sup> Filme dirigido por Fernando Meirelles, lançado em 2002, e indicado ao Oscar de Melhor Filme Estrangeiro no ano seguinte.

<sup>19</sup> Filme dirigido por Karim Ainouz, lançado em 2002.

<sup>20</sup> Exibida em 2002 pela Rede Globo de Televisão.

<sup>21</sup> Campanha criada pela agência Leo Burnett em 2002.

<sup>22</sup> Exibida pela Rede Globo de Televisão a partir de fevereiro de 2003.

rica, já que podia contratar um motorista. A amiga (esposa) esclarecia que havia sentado no banco de trás apenas por conta do filho recém-nascido. Logo se via um bebê mestiço. Voz em *off* e grandes caracteres anunciavam a assinatura da campanha: “Está na hora de você rever seus conceitos”.

Na telenovela *Mulheres Apaixonadas*, os papéis e personagens classicamente destinados a atores negros reapareciam: empregadas e empregados negros, profissionais subalternizados. Houve até mesmo o caso de uma empregada negra que iniciaria sexualmente o filho do patrão branco. Contudo, sendo essa uma novela com quase inexistência de um núcleo que retratasse as classes populares, parte da classe média presente na trama também seria composta por personagens negros e pardos. Entre estes: uma médica, uma cantora e uma professora, que teriam como parceiros (maridos, ex-maridos, namorados, amantes etc.) homens brancos e bem-sucedidos profissionalmente. De uma forma ainda incipiente parecia, enfim, que a incisiva marginalização ou o abstencionismo reservado aos afrodescendentes na mídia brasileira começavam a diminuir.

Esse é o contexto dos debates em torno das cotas, recebido pelo jornalismo hegemônico a partir de uma visão bilateral ou invertida e contraditória de um suposto racismo às avessas. Segundo os opositores da política de cotas, as medidas provocariam uma suposta racialização da população brasileira pelo Estado, com vistas a amparar programas de ação afirmativa para o atendimento específico daqueles que se autodenominarem negros. Essa visão embasava dois dos argumentos mais reverberados por parte dessa corrente de pensamento: o risco do ressurgimento da noção de raça entre acadêmicos, políticos e militantes do antirracismo, bem como as dificuldades de se delimitar quem é negro no Brasil.

Um outro argumento dos que eram anti-cotas recaía sobre a qualidade dos cursos, que poderia ser rebaixada a partir das ações afirmativas. No sentido dado por Marcel Mauss à palavra “instituição”, como uma maneira de fazer ou de pensar independente do indivíduo, Sodré (1999) aponta que o racismo se aloja em novas modalidades institucionais e afirma que dessa maneira o racismo midiático é suscitado pelos seguintes fatores:

- 1) A negação da mídia sobre a existência do racismo, exceto quando este for “objeto noticioso”. Geralmente as “elites logotécnicas” consideram anacrônica a questão racial e contribuem para a reprodução desse fenômeno em bases mais extensas.

- 2) O recalçamento de aspectos identitários positivos das manifestações simbólicas de origem negra, tanto na indústria cultural, quanto no jornalismo. Com frequência, profissionais da mídia ignoram completamente o que diz respeito à história do negro nas Américas ou no Brasil.
- 3) A estigmatização, a partir da distinção que Goffman (1988) faz de identidade social virtual, aquela atribuída ao outro, e de identidade social real, que se confere por traços efetivamente existentes. O “estigma” ocorre na passagem do “potencial/virtual” ao “real/atual”, e é o ponto de partida para todo tipo de discriminação, consciente ou não, do outro, sua marca da desqualificação da diferença. A pele escura tende a tornar-se um estigma num país de dominação branca.
- 4) A indiferença profissional, fruto da organização empresarial da mídia motivadas pelo lucro e poder. A mídia contemporânea se pauta pelo que se dita na publicidade e no comércio, com pouco interesse em questões como a discriminação do negro ou de minorias, assim como seus profissionais que acabam insensíveis a essas questões. Além disso, a presença de negros na mídia brasileira é reduzida, e esses profissionais, longe da visibilidade pública, executam tarefas de bastidores.

Com o objetivo de mensurar a temática étnico-racial e a agenda de promoção da igualdade pela mídia, o Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades (CEERT) e o Observatório Brasileiro de Mídia publicaram o relatório “A mídia impressa no Brasil”<sup>23</sup>, em 2009, um trabalho minucioso de observação e análise de 1093 matérias jornalísticas (artigos opinativos, reportagens, editoriais) publicadas nos maiores jornais e revistas do país, no período de oito anos – de 2001 a 2008. Foram 972 matérias (extraídas dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo) e 121 de revistas de cunho político (Veja, IstoÉ e Época). O CEERT selecionou algumas palavras-chave que identificaram os textos de interesse. Dentre elas, estão: cotas nas universidades; ação afirmativa; quilombolas; estatuto da igualdade racial; diversidade racial (incluindo racismo, discriminação racial, etc.), Lei 10.639 de 2003<sup>24</sup> e religiões de matriz africana.

---

<sup>23</sup> Disponível em: <https://ceert.org.br/publicacoes/politicas-publicas/23/a-midia-impressa-no-brasil-e-agenda-da-promocao-da-igualdade-racial>. Acesso em: 23/06/2021

<sup>24</sup> Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

No estudo, a falta de equilíbrio na abordagem de temas que envolvem a agenda política da igualdade racial no país fica evidente (MALACHIAS, 2010). Dentre as principais conclusões, constatou-se:

- (1) as reportagens são mais plurais do que os textos opinativos (editoriais, artigos e colunas);
- (2) apenas 5,8% das matérias debateram dados de estudos e pesquisas, ainda que tenham sido utilizados dados e indicadores oficiais na produção de textos informativos evidenciando as desigualdades entre brancos e negros, e corroborando os argumentos daqueles que defendem a necessidade de políticas de ação afirmativa;
- (3) no jornal O Estado de S. Paulo, 100% dos textos opinativos que trataram da adoção de cotas nas Universidades, foram contrários às mesmas; em O Globo, 56,5% dos editoriais, artigos e colunas que discutiram o instrumento, posicionaram-se contra.
- (4) desagregando-se o tema das cotas nas universidades, os textos opinativos totalizaram, no caso da “Folha”, cerca de 28% do total de ocorrências, sendo evidente a frequência mais alta das reportagens em comparação com as opiniões, o que pode ser visto como positivo;
- (5) examinando-se os textos opinativos da “Folha” sobre cotas nas universidades, 46,7% posicionaram-se abertamente contrários, número elevado mas ainda longe de configurar a totalidade das opiniões;
- (6) o “Globo” sobressai em relação aos seus concorrentes no que se refere a uma orientação anti-cotas mais organizada e institucionalizada, sendo que os textos opinativos foram mais frequentes do que as reportagens – 53,1%;
- (7) examinando-se os textos opinativos do “Globo” sobre cotas nas universidades, 56,5% posicionaram-se abertamente contrários, ou seja, mais da metade da totalidade das opiniões;
- (8) a Folha de São Paulo publicou em 23/07/06 pesquisa Datafolha na qual 65% dos entrevistados afirmaram ser favoráveis à política de cotas para os afrodescendentes. Os textos opinativos (editoriais, colunas e artigos) publicados depois de 24/07/06 pelos jornais observados se mantiveram contrários à adoção do instrumento, mesmo após a pesquisa e depois dos primeiros resultados da implementação da política de cotas em algumas Universidades, quando se constatou que dois argumentos centrais do discurso anti-cotas não se confirmaram: cotas promoveriam racismo e baixariam o nível dos cursos.
- (9) o IBGE foi a fonte mais utilizada nos textos que apresentaram dados estatísticos sobre os negros brasileiros; no entanto, as pesquisas (estudos, dados estatísticos) ocuparam apenas 5% dos textos e são referidas quase que essencialmente nas reportagens (83%), aparecendo muito raramente nos textos opinativos (8,3%);

(10) a parcialidade da mídia impressa já foi objeto de preocupação inclusive de seus próprios mecanismos internos de fiscalização, o que pode ser ilustrado pela manifestação do Ombudsman da “Folha” publicada em 09/07/06, destacando que o jornal não estava tratando a discussão sobre as políticas de ação afirmativa – Lei de Cotas e o Estatuto da Igualdade Racial, com isenção”;

(11) o tema da aplicação da lei 10.639-2003 que obriga o ensino da história e da cultura dos africanos e dos descendentes de africanos no Brasil, quase não foi abordado (0,3%);

(12) os temas comunidades quilombolas e terra de quilombos foram os que mais apareceram (20,9%) depois de cotas e ações afirmativas (49,3%), ganhando visibilidade e ocupando a editoria política. Em 2001, apenas 5 matérias trataram a temática dos remanescentes de quilombos. Em 2005, 22 matérias; em 2008 foram 59. Observou-se uma tendência contrária à titulação das terras dos remanescentes, e pontualmente sua associação à "radicalização do MST", o que demonstra que a construção de sentido neste caso é única para sujeitos diferentes – quilombolas e MST;

(13) dentre os textos sobre religiões de matriz africana, foi destacado o fato de o Candomblé influenciar produções artísticas - 30,9%. Textos sobre as características do Candomblé respondem pelo segundo maior percentual de matérias, 23,8%. O debate sobre intolerância e tolerância religiosa esteve em 16,7% das matérias que tratavam do tema em questão. A influência do Candomblé sobre artistas foi noticiada em 14,3% dos textos.

(14) a observação das revistas analisou 121 matérias publicadas pelas revistas Época, IstoÉ e Veja. O semanário do Grupo Abril foi o que mais teve textos observados relacionados à agenda da promoção da igualdade racial, 60; seguido pela revista Época da Editora Globo, 33. A revista Isto É da Editora Três teve 28 textos analisados. A agenda não é de interesse permanente dos semanários. Na média, cada veículo publicou 15 matérias por ano.

(15) Todas as reportagens publicadas por Veja sobre políticas de cotas nas Universidades tiveram construções de sentido contrárias à implementação das mesmas. Os textos veicularam que as cotas estimulam o racismo e baixariam o nível dos cursos. Houve textos que criticaram o critério da autodeclaração.

O posicionamento da mídia sobre as políticas de ação afirmativa remete ao conceito de epistemicídio introduzido por Boaventura de Sousa Santos (2007). Há uma tensão entre essas formas de conhecimento na medida em que a ciência moderna e ocidental toma para si o status de detentora da verdade. O que Santos coloca é que tal tensão se concentra do lado Norte do globo, enquanto os conhecimentos produzidos nos territórios coloniais não são vistos como relevantes o suficiente para estarem além do universo do verdadeiro e do falso, pois é tido como inexistente (SANTOS, 2009, p. 25). Santos aponta que essa é a característica fundamental do pensamento produzido no Norte: a impossibilidade da copresença dos conhecimentos produzidos do outro lado

do globo. Para além do mundo euro-americano, há apenas invisibilidade, inexistência e ausência não dialética. Dessa forma, uma grande parte da população mundial é vista como incapaz a ponto de não se enquadrar na ideia de humanidade construída pelo ocidente. Como coloca o próprio autor:

Assim, a exclusão torna-se simultaneamente radical e inexistente, uma vez que seres sub-humanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social. A humanidade moderna não se concebe sem uma sub-humanidade moderna. A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal (SANTOS, 2009, p. 30-31).

Santos aponta que os teóricos modernos ajudaram a determinar o mundo colonial enquanto estado de natureza e incapaz de organizar instituições da sociedade civil. Dessa forma, a modernidade acabou invisibilizando a parte do mundo que se encontrava irreversivelmente em um suposto estado de natureza e apontou um futuro único, homogêneo e universal, na medida em que se baseou unicamente na experiência da metrópole. Para Santos, tal movimento não ficou restrito ao período colonial e continua atualmente nos pensamentos e nas práticas modernas ocidentais (2009, p. 28). O autor usa a analogia da monocultura para explicar como se dá o efeito de exclusão do conhecimento produzido na periferia global. Aponta que, assim como a monocultura, o pensamento abissal não dá espaço para outros conhecimentos serem produzidos e reconhecidos como válidos. Dessa forma, sobre o conhecimento produzido no Norte, diz ele: “ao constituir-se como monocultura, destrói outros conhecimentos, produz o que chamo ‘epistemicídio’: a morte de conhecimentos alternativos.” (SANTOS, 2007, p. 29)

Todas essas ausências produzem a subtração do presente, pois descartam muitas experiências sociais e produzem um presente bem menos complexo do que realmente é. Para mudar tal situação, o autor propõe a Sociologia das Ausências, onde se valorizam justamente os conhecimentos que são silenciados, os não objetos. Para produzir tal sociologia, é preciso previamente substituir as monoculturas pelas ecologias. Santos afirma ainda que é impossível haver uma epistemologia geral e universal, pois a realidade do mundo é muito diversa e, portanto, não há teoria capaz de abarcar toda essa diversidade. Dessa forma, propõe o universalismo negativo, que é justamente uma teoria que atesta a impossibilidade de uma teoria geral, deixando de lado, portanto, a busca por uma teoria geral e detentora da verdade.

Partindo do conceito de epistemicídio, Sueli Carneiro (2005) trata o tema na dimensão da articulação dos saberes, poderes e subjetivação:

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação do acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente. Como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo restitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. (2005, p. 97)

A autora alia a premissa tratada por Santos, de que o epistemicídio é a morte de algumas formas de conhecimento, à ideia de que, diante de uma perspectiva racial, o conceito anula formas de se entender enquanto ser capaz de produzir intelectualmente dentro da sociedade. Segundo a própria autora, “é um elo de ligação que não mais se destina ao corpo individual e coletivo, mas ao controle de mentes e corações” (Ibidem, p. 97). Dessa forma definido, o conceito de epistemicídio possibilita entender a situação dos negros com relação à educação, pois, além de permitir entender os problemas relativos à produção e reprodução do conhecimento, também permite entender como se dá o processo de construção do ser cognoscente diante de uma diferença cultural/racial tida como atestadora da sua inferioridade.

Carneiro mostra como diferentes pensadores ocidentais teorizaram no sentido de verificar o nível de racionalidade de cada grupo humano e assim delimitaram a possibilidade de tais grupos de produzir conhecimento e entendê-los. Dessa forma, a racionalidade ocidental se constituiu sob a afirmação de que alguns grupos seriam incapacitados de forma inata a produzir cultura e civilização, definindo assim o Não-ser em contraposição ao Ser constituído de razão. Em outras palavras, a epistemologia ocidental, através do racismo e do colonialismo, se constituiu enquanto parâmetro, controlando e definindo corpos, mentes e espíritos.

Processo histórico e secular, nos primeiros anos do século 21, o epistemicídio se reproduziu também a partir do posicionamento de boa parte da mídia sobre a política de cotas para negros em universidades: ao centrar a discussão muito mais nos artigos opinativos com mais destaque a posições contrárias à política, e estas, por sua vez, sob o ponto de vista de pessoas brancas sobre o

assunto, expressando e reproduzindo estereótipos e preconceitos nessas opiniões. Nas reportagens, poucas vezes foram ouvidas as opiniões de estudantes negros e pardos, os sujeitos diretamente afetados pelas medidas.

### **2.3 Democracia, Racismo e Mídia**

Cidadania é um termo cunhado desde a Grécia Antiga que, de lá para cá, como conceito, sofreu diversas mudanças, influenciadas pelas sociedades e suas demandas. Para além de ser compreendida como um direito, a cidadania está intrinsecamente ligada a uma qualidade de vida, a um status, a um ser cidadão. Tornar-se cidadão é ocupar o lugar de sujeito, participante e ativo, na sociedade em que se vive. Partindo da *polis* como lugar ontológico do homem, Muniz Sodré destaca a cidadania ligada ao conceito de política e de democracia desde a Grécia até os dias atuais. É cidadão aquele que participa do fato de governar e ser governado. A democracia, por sua vez, representa o poder das tribos e, na modernidade, pode ser entendida como um mecanismo de governo e também como uma construção simbólica posta a serviço da soberania popular. Para Sodré (2006), o conceito de cidadania é o que melhor expressa a democracia.

Nesse contexto, o espaço público se apresenta como o espaço mediador da cidadania em seus termos clássicos, realizando a mediação dos interesses particulares da sociedade civil. Assim, é cidadão – e exerce a cidadania – quem está visível na cena pública. Na Grécia Antiga, tornar-se visível no espaço comum estava na base da atividade política. Sodré (2006) enfatiza que a democracia é uma construção simbólica posta a serviço da soberania popular. Para Carlos Nelson Coutinho (2000, apud SODRÉ, 2006, p. 129), cidadania é “a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou [...] por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado”. Entretanto, não há nada de natural na política, nem na democracia nem na cidadania. Todas implicam relações de poder.

No Brasil, tomando como eixo central a questão do negro, a noção de cidadania começou a aparecer oriunda dos movimentos e ideias liberais europeus. Após a abolição da escravatura, as elites brasileiras estavam num processo de construção da nação pelo viés do embranquecimento e



valores europeus. Por outro lado, o negro, que já sofria uma marginalização por ter carregado o peso da escravidão, agora lutava por um espaço na sociedade brasileira e por afirmações de identidade, enfrentando o racismo e a exclusão social. Reflexo dessa longa história do Brasil, a mídia reproduz os valores vigentes na sociedade e, apesar das conquistas dos movimentos sociais e do reconhecimento das identidades, culturas e comunidades afro-brasileiras, ainda corrobora o racismo, mesmo que indiretamente. Sodré destaca que a mídia de massa tem função altamente estratégica na divulgação de inovações capazes de produzir efeitos de homogeneização, sendo dispositivo de administração da sociedade pela organização tecnoburocrática (Estado e grande empresa):

A mídia é um produto simbólico, indutora de hábitos, crenças e modos de percepção, com um projeto implícito de reorganização do espaço/tempo social. A mídia, em especial a televisiva, carrega um poder de telerrealidade, que reside na forma social por ela engendrada, que é um novo modo de estruturar as relações humanas. [...] novo espaço e tempo acelerado no sentido de globalidade, instantaneidade e simultaneidade. [...] Mídias (em especial, a televisão) refletem representações sociais geradas por instituições vigentes. (SODRÉ, 1992, p. 39)

Da mesma forma que Sodré, E. P. Thompson (2001) conclui que os sistemas simbólicos não são ideológicos por si mesmos. A ideologia é gerada a partir da maneira como os meios simbólicos são utilizados, constituindo assim o que o autor denomina de uso social das formas simbólicas (THOMPSON, 2001). Assim, os meios de comunicação podem se tornar ferramentas de reprodução e de transmissão das ideologias de grupos dominantes. Azevedo e Nohara (2008) enfatizam o papel essencial dos meios de comunicação na construção e reafirmação das identidades individuais, oferecendo modelos de pensamentos e de comportamentos a serem seguidos. As imagens das mídias, afirmam, produzem o efeito do real, fazendo com que os indivíduos creiam no que veem. A despolitização dos conteúdos das mensagens é corolário do sistema informativo-publicitário, uma vez que o fenômeno político se revela anti-homogeneizante, por implicar a expressão do conflito entre grupos divergentes e a escuta de minorias com seus gostos e tendências particulares. (AZEVEDO; NOHARA, 2008)

A mídia de massa, nesse contexto, se constitui como dispositivo de administração da sociedade pelo Estado e pelas empresas, estruturados a partir de uma nova cultura que se converte nos modelos e representações estáveis da vida social. Na mídia, os produtos simbólicos são repassados, transmitidos, comunicados, induzindo hábitos, crenças e modos de percepção do

sujeito. Entre o individual e o social, essas representações internalizam conteúdos realistas e imaginários relativos à vida cotidiana. A partir das representações, a sociedade midiaticizada interpreta os discursos do senso comum, aliados à força de mercado e assimilados pelo público. Essa forma discursiva não necessariamente comunica, mas reforça a representação. Sodré (1992) expõe que os meios de comunicação e as tecnologias da informação se colocam na sociedade contemporânea como um lugar central de produção do real. Dessa maneira, a informação seria uma maneira de organização (tanto administrativa quanto gerencial) desse espaço social contemporâneo. Isso, segundo Sodré, implica uma "dissolução da socialidade tradicional, hibridação das formas convenientes e montagem de novos dispositivos de controle" (1992, p. 80).

Nos meios de comunicação de massa, os cidadãos "discrimináveis" geralmente são apresentados em filmes, programas de entretenimento ou jornalísticos, ora como vilões, ora como cidadãos de segunda classe, com atividades socialmente inferiorizadas. Às vezes, são retratados apenas como excluídos, num contexto cultural em que cada vez mais estão presentes representações visíveis num espaço publicitário-mercadológico. Nesse espaço, a visibilidade do negro é essencialmente negativa, o discriminável é automaticamente o suspeito. A montagem dos meios de comunicação contribui para reforçar estereótipos presentes na memória coletiva da sociedade. São novos tipos de discriminação que se superpõem às formas tradicionais de exclusão social, geralmente abarcadas no termo racismo. Sobre isso, diz Sodré:

Por isso, ainda que fortemente individualizada, a consciência racista opera com representações comuns a um certo grupo, que se experimenta como "comunidade", no sentido originário de agregação humana constituída por laços de sangue, religiosos, profissionais e territoriais. Para tal consciência, haveria uma comunidade "europeia" autopercebida a partir de parâmetros simbólicos, territoriais e tecnológicos [...]. A cor da pele é o critério imediato da percepção; e o racismo, um suposto saber imediato sobre o outro, por sua vez oposto imaginariamente a um fetiche de homogeneidade construído pela também suposta comunidade étnico-nacional (1992, p. 119).

Apesar do início de transformações rumo a uma maior representatividade racial nos meios de comunicação contemporâneos, premidas pela mobilização da sociedade, o problema racial ainda não foi tratado na sua essência. O racismo foi modernizado, nas palavras de Sodré, pela mídia, que acrescentou à rejeição tradicional do outro novas formas de discriminação. Os estereótipos étnicos e representações excludentes dos indivíduos se perpetuam na mídia, como integrantes de uma cultura subalterna. "Os excluídos [...] quando incorporados, entram geralmente na categorização do grotesco" (SODRÉ, 1992. p. 120).

E se há um território frutífero em narrativas racistas e na exploração do negro como grotesco, é o formado pela intersecção entre o jornalismo e o entretenimento, flagrante nos programas diários de boa parte das emissoras e suas retransmissoras Brasil adentro, que tem como foco casos de violência protagonizados por pessoas pobres e negras. De acordo com a pesquisa “Fiscalização estatal sobre o conteúdo televisivo: violação de direitos em programas policiais na televisão”<sup>25</sup>, de 2011 a 2018 apenas cinco processos de apuração de infração foram instaurados contra emissoras de televisão que transmitiram conteúdo expondo as pessoas ao constrangimento ou promovendo algum tipo de discriminação. Diante de tal realidade, organizações que atuam em prol dos direitos humanos e da comunicação lançaram em 2016 uma plataforma on-line para receber denúncias de violações praticadas pelos programas policiais de televisão que transformam a violência em espetáculo para reter audiência. Na Plataforma Mídia sem Violações de Direitos<sup>26</sup>, qualquer cidadão pode fazer reclamações sobre possíveis abusos cometidos por emissoras de televisão. As denúncias são analisadas por um grupo de monitoramento e, na sequência, dão origem ao Ranking Nacional de Violações de Direitos Humanos na TV aberta. A partir da plataforma, os telespectadores poderão denunciar as seguintes violações: desrespeito à presunção de inocência; incitação ao crime, à violência e à desobediência às leis ou às decisões judiciais; exposição indevida de pessoas e famílias; discurso de ódio e preconceito; identificação de adolescente em conflito com a lei; e violação do direito ao silêncio, tortura psicológica e tratamento degradante.

A ferramenta on-line e a campanha nasceram do projeto Violações de Direitos na Mídia Brasileira<sup>27</sup>. Uma de suas etapas foi o monitoramento de 28 programas policiais de TV ou rádio, em dez capitais brasileiras. O estudo revelou a ocorrência de 4.500 violações de direitos e 15.761 infrações a leis brasileiras e a acordos multilaterais ratificados pelo Brasil. *Cidade Alerta*, da Record, que é exibido de segunda a sexta com alcance nacional, foi o programa que mais violou direitos no país nos primeiros anos de publicação do ranking. Pelas estimativas da Andi<sup>28</sup>, ele alcança simultaneamente pelo menos 2,3 milhões de pessoas.

---

<sup>25</sup> Tese de doutorado de Ticiane Perdigão Cabral, da Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38137>. Acesso em: 3 jun. 2021.

<sup>26</sup> Disponível em: <https://www.midiasesmviolacoes.com.br/>. Acesso em: 19/10/2021.

<sup>27</sup> Realizado pela organização Andi – Comunicação e Direitos, em parceria com a Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos (PFDC), o Intervozes e a Artigo 19. Disponível em: <https://www.midiasesmviolacoes.com.br/>. Acesso em: 3 jun. 2021.

<sup>28</sup> Dados disponíveis em: [https://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/09/policialescos\\_publicidade.pdf](https://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/09/policialescos_publicidade.pdf).

A iniciativa cobre uma lacuna regulatória. No Ministério da Justiça, uma portaria entende que os programas jornalísticos ou noticiosos não estão sujeitos à classificação indicativa – e os policiais estão inseridos nesse limbo fiscalizatório. Eles passariam por esse crivo caso fossem considerados como programas de entretenimento. A medida não necessariamente levaria à produção de conteúdo não racista, não homofóbico, não classista, mas poderia ser um instrumento de pressão. A partir de 2020, a pressão pela desmonetização, uma ação que vem se popularizando em várias frentes e que recentemente chegou ao apresentador Sikêra Jr.<sup>29</sup>, tem se mostrado uma estratégia importante por coibir não só conteúdos racistas, mas também aqueles que violem outros direitos humanos. Após uma campanha liderada pelo Sleeping Giants Brasil<sup>30</sup>, o apresentador do programa Alerta Nacional, exibido pela Rede TV! até junho de 2021, teve 43 contratos publicitários cancelados<sup>31</sup>.

## 2.4 Violência policial como fenômeno midiático

Ser jovem e negro no Brasil são marcadores sociais e identitários que funcionam como elementos institucionalizados de alvo da violência. De acordo com o Atlas da Violência 2021<sup>32</sup>, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2019, os negros representaram 77% das vítimas de homicídios no Brasil, com uma taxa de 29,2 por 100 mil habitantes. Entre os não negros, a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que o risco de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior ao de uma pessoa não negra. Entre os anos de 2009 e 2019, 623.439 pessoas foram vítimas de homicídio no Brasil. Destas, 333.330, ou 53% do total, eram adolescentes e jovens.

---

<sup>29</sup> Apresentador que ganhou popularidade no governo Bolsonaro, de quem é fervoroso apoiador, por proferir ataques homofóbicos. Apresenta o programa na TV A Crítica, em Manaus, e do Alerta Nacional, na Rede TV!

<sup>30</sup> Movimento de consumidores engajados em alertar empresas que financiam, muitas vezes sem saber, canais de fake news e discursos de ódio.

<sup>31</sup> AMADO, Guilherme. Sikêra Jr perdeu 43 patrocinadores após fala homofóbica. Metrôpole. 10 jul 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/sikera-jr-perdeu-43-patrocinadores-apos-fala-homofobica>.

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 19/10/2021

Em boa parte dos casos, os homicídios de jovens negros são cometidos pela própria força de segurança oficial do Estado. Casos de abordagens policiais consideradas racistas, comuns para a população negra, porém, vêm ganhando as redes e chamando a atenção da opinião pública de forma mais ampla. O uso massivo de telefones celulares conectados e com câmeras tornou-se um importante aliado para o registro dessas abordagens. A consequente postagem desses flagrantes, em sua maioria capturados em vídeo, nas redes sociais provocam repercussão e acabam, assim, ganhando a cobertura da mídia.

Em maio de 2021, dois casos de abordagens policiais racistas, em Goiás e em São Paulo, tiveram grande repercussão nacionalmente e ilustram esse fenômeno. No primeiro, o eletricitista Felipe Ferreira, de 28 anos, foi parado pela polícia em Cidade Ocidental, localizada no entorno de Brasília, no estado de Goiás, quando fazia manobras de bicicleta e as gravava com o celular. A câmera que ele usava para filmar os movimentos registrou a abordagem: os PMs descem do carro apontando armas contra ele, exigem que ele coloque as mãos na cabeça, mas o jovem questiona o motivo de estar sendo tratado daquela forma. O vídeo mostra o policial aos gritos respondendo: “Esse é o procedimento. Isso é uma abordagem. Se não obedecer, vai ser preso”.

Outra cena que ganhou destaque foi a abordagem por dois policiais militares de três rapazes em Caieiras, na Grande São Paulo, um dia depois do episódio com Felipe Ferreira. Os jovens questionam o motivo de serem parados. Em resposta, o policial diz: “Tá pensando que você é quem? Quem é você aqui, rapaz? Você não é ninguém. Baixa a bola, negão.” Em seguida, é possível ouvir no vídeo a voz de um dos jovens a alertar o agente: “Isso é racismo, hein!”. O policial, então, dá um soco no rosto de um dos rapazes, que cai no chão. Os jovens foram algemados e detidos após a agressão e depois liberados. O ouvidor da Polícia pediu que os policiais sejam investigados por abuso de autoridade, lesão corporal e racismo. O policial que deu o soco foi afastado do serviço operacional. No registro da ocorrência, os agentes afirmaram que os rapazes estavam em duas motos, com sinais de embriaguez, e não obedeceram. Até outubro de 2021, o caso seguia em apuração por parte da Polícia Militar.

Também em maio de 2021, foi lançada a campanha-pesquisa “Por que eu?” pelo Data Labe<sup>33</sup>, laboratório de informações e narrativas do Complexo da Maré, em parceria com o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD). A ideia da iniciativa é captar quantitativamente e com

---

<sup>33</sup> Organização de mídia e pesquisa com sede na favela da Maré, no Rio de Janeiro. No centro dos projetos desenvolvidos está o imaginário construído sobre a cidade e seus habitantes. Disponível em: <https://datalabe.org/>.

metodologia algo que é vivenciado diariamente pela população negra e pobre. O questionário ficou aberto por 30 dias no perfil do Data Labe na rede social Instagram e teve adesão espontânea de cerca de 2 mil participantes que responderam ao formulário, dos quais grande parte relatou ter sido abordada por policiais — dessa amostra, 79% é formada por pessoas negras. As armas são frequentes: 49% contam que tiveram um revólver apontado para si durante abordagem policial.

Os dados sobre violência racial em abordagens policiais são escassos no país. No Rio de Janeiro, o Instituto de Segurança Pública (ISP) não tem estatísticas a respeito e informou que estas deveriam ser solicitadas à Polícia Militar, segundo reportagem do jornal O Globo<sup>34</sup>. Já em São Paulo, a secretaria estadual de Segurança Pública registrou 11,9 milhões de abordagens em 2020, das quais menos de 1% resultou em prisão em flagrante. O percentual baixo indica que não há necessariamente uma conduta ilícita para que as pessoas sejam abordadas. Em contraponto a essa escassez de dados, a iniciativa do Data Labe chama a atenção. Entre os relatos – sempre anônimos e de todas as regiões do país – que aparecem na campanha “Por que eu?”, estão várias histórias trágicas, como as de jovens negros que tomaram choque elétrico na língua ao questionarem a abordagem, as dos muitos que tiveram que tirar toda a roupa ou ainda sofreram ameaças de morte durante o procedimento. Os dados compilados pela pesquisa do Data Labe serão analisados por um painel de especialistas, que conta com juristas e psicólogos, para traçar estratégias de políticas públicas, incluindo a elaboração de um procedimento padrão de abordagem, e de pressão para a criação de legislação específica sobre o tema.

Os mecanismos de repressão e controle reproduzidos por meio das forças policiais funcionam como aparelhos na visão de Althusser (1985). A análise do racismo sob essa perspectiva se dá, portanto, ao centralizar a problemática nas instituições materiais do Estado e suas articulações com o sistema econômico. Assim, o racismo configura-se enquanto uma ideologia que atua por meio de instituições concretas que visam legitimar o caráter racializado da divisão social de classes e dos interesses econômicos das classes dominantes em sua manutenção. O Estado, dessa forma, ao mesmo tempo em que estrutura uma repressão contra a população negra – começando pelas abordagens policiais violentas, além do encarceramento em massa e o genocídio da população negra –, constrói no imaginário social uma representação ideológica sobre

---

<sup>34</sup> FURLANETO, Audrei. Casos de abordagens policiais racistas ganham a mídia e são denunciadas na rede. O Globo. 4 jun. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/casos-de-abordagens-policiais-racistas-ganham-midia-sao-denunciados-nas-redes-1-25046984>. Acesso em: 25/07/2021

os negros, por meio dos aparelhos ideológicos, a fim de legitimar e naturalizar a violência e a exploração a que são submetidos.

No contexto da abordagem do caráter institucional do racismo, um outro elemento importante nessa construção de aparelhos ideológicos de Estado é a própria mídia. Por meio de narrativas, veículos hegemônicos historicamente forjaram uma representação sobre os negros que é conveniente aos interesses econômicos da classe dominante. Para Wood:

[...] embora a exploração de classe seja um componente do capitalismo, de uma forma que não se aplica às diferenças sexual e racial, o capitalismo submete todas as relações sociais às suas necessidades. Ele tem condição de cooptar e reforçar desigualdades e opressões que não criou e adaptá-las aos interesses da exploração de classe. (2003, p. 221)

Sendo assim, a fim de justificar as ações do aparelho repressivo de Estado contra a população negra, essas narrativas construídas pela mídia fundam o que Stuart Hall (2016) designou como os “regimes racializados de representação”, que, como efeito, “reduzem os negros a algumas características simplificadas, redutoras e essencializadas” (p. 124). A construção de imagens tropológicas sobre os negros no imaginário social não é feita somente com a exposição do público a conteúdos negativos sobre esses indivíduos, uma vez que a centralidade dessa construção narrativa não está no simples conteúdo, mas na repetição delas por meio das instituições concretas do aparelho ideológico de informação. Essas mensagens não são transmitidas através do discurso manifesto da mídia, mas através de rituais imagéticos que fixam no inconsciente coletivo representações ideológicas sobre os negros.

Segundo Stuart Hall, “a ‘naturalização’ é, portanto, uma estratégia representacional que visa fixar a ‘diferença’ e, assim, ancorá-la para sempre. É uma tentativa de deter o inevitável ‘deslizar’ do significado para assegurar o ‘fechamento’ discursivo ou ideológico” (2016, p. 171). Tanto nas teorias racialistas quanto nos meios de comunicação em massa, existe a associação, manifesta ou inconsciente, entre negros e criminalidade. Žižek, influenciado por Lacan, utiliza o conceito de “Grande Outro” em seu sentido político, como uma “fantasia ideológica” que tem por finalidade criar a imagem pseudo-concreta de um inimigo no qual se deposita toda a frustração social, a fim de desviá-la do que gerou as próprias contradições que influenciam sua insatisfação (a economia política). (ŽIŽEK, 2005)

Diante disso, pode-se inferir que com essas narrativas estereotipadas existe a construção de um “Grande Outro” racial, no qual problemas sociais, como a criminalidade ou as ondas de

violência, são associados a um inimigo a se combater – os negros –, o que impede uma digressão analítica que aborde esses problemas em sua complexidade. O fim desse processo é a impossibilidade de que a crítica chegue às contradições da própria estruturação desigual do mundo do capital. É preciso afirmar que existe uma grande oposição na forma como a literatura e, posteriormente, os meios de comunicação em massa representaram historicamente os brancos (sobretudo europeus e americanos) e os negros (sobretudo africanos). O romantismo, gênero burguês por excelência, tem como uma das suas características destrinchar os aspectos mais sutis do indivíduo, centralizando em suas questões pessoais (vida privada) em detrimento das grandes questões sociais e políticas (vida pública). Essa corrente conferiu ao homem branco europeu o direito à individualidade. Entretanto, o avesso foi conferido ao negro africano. No lugar das grandes narrativas da vida privada, a este foram conferidas narrativas tropológicas que reduzem suas áreas de atuação a imagens pejorativas moldadas no inconsciente coletivo. Em contraposição, a focalização de um indivíduo e de seus dilemas existenciais gera uma sensibilização entre este e o telespectador.

Nesse contexto, com relação ao sujeito negro, grande parte das “histórias contadas” na mídia se resumem a notícias ligadas à violência, sem contextualização, levando à banalização e normalização dessas situações extremas e excepcionais. Algumas reações recentes provocadas a partir de um protagonismo inédito de jovens negros que sofreram violência policial e conseguiram registrar esses momentos por meio de suas câmeras de dispositivos móveis, publicando-os em vídeos em suas redes sociais, começam a desconstruir padrões narrativos fixos.

O relatório “Racismo, motor da violência”<sup>35</sup>, publicado pela Rede de Observatórios da Segurança, aponta para a falta de problematização das dinâmicas raciais nas coberturas jornalísticas. A instituição analisou notícias relacionadas à segurança pública e à violência durante um ano em cinco estados, e, dos 12.559 registros sobre os temas em jornais, sites, portais noticiosos, perfis de redes sociais e grupos de WhatsApp, apenas 50, isto é, 0,4%, referiam-se a racismo e/ou injúria racial. O monitoramento, dirigido por pesquisadores dos cinco observatórios que formam a Rede, foi feito entre 1º de junho de 2019 e 31 de maio de 2020 nos estados de São

---

<sup>35</sup> Disponível em: [https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Rede-de-Observatorios\\_infográfico\\_14\\_07\\_20.pdf](https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Rede-de-Observatorios_infográfico_14_07_20.pdf). Acesso em 19/10/2021



Paulo, Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro. O pesquisador da Rede de Observatório de Segurança Pedro Paulo da Silva<sup>36</sup> alerta para o relatório:

O dado ‘não ter dado’ é muito importante por conta da forma como o racismo brasileiro se caracteriza. Diversos intelectuais pretos e pretas já estão há algumas décadas dizendo que o racismo à brasileira, para usar o termo da Lélia Gonzalez, é um racismo que se reproduz por não aparecer. Não é um racismo como nos Estados Unidos, onde as pessoas entendem claramente que o problema é racial. Então, era quase que óbvio que essa informação não apareceria tanto, porque não se tem a compreensão de que os problemas daqui, de que a violência do Estado daqui são raciais. A gente vive num país onde o racismo não é reconhecido (SILVA, 2020, s/p).

No estudo, a cobertura da imprensa e o discurso nas mídias sociais e outros meios sobre ações da polícia também apresentam outro dado alarmante: dos 7062 registros que envolvem policiamento, a expressão “negro” aparece só uma vez. As expressões “racismo”, “raça” e “racial” não foram citadas nem uma única vez. Em outro dado destacado pelo relatório, das 1348 menções à violência contra mulheres registradas no período, a cor da vítima não foi informada em 1230 delas, mais de 91%.

## 2.5 Representatividade e debate público

O debate público em 2020 não foi só guiado pela pandemia da covid-19. A luta antirracista ocupou também um importante espaço da agenda social. O combate à desigualdade racial e o genocídio da população negra teve seu chamado mais efetivo em maio, com a morte de George Floyd. O homem negro de 46 anos foi asfixiado por um policial branco até a morte. Fortes imagens filmadas por testemunhas mostraram que Floyd proferiu a frase “não consigo respirar” repetidas vezes enquanto estava sendo sufocado. Deflagradas pelo movimento Black Lives Matter, as manifestações por justiça ao homem negro foram registradas nas ruas de Minneapolis em plena pandemia e se espalharam rapidamente por outras cidades dos Estados Unidos e ao redor do mundo, em um movimento que durou cerca de duas semanas. A dimensão dos protestos

---

<sup>36</sup> BERTOLDO, Sanny. Monitoramento indica 'racismo à brasileira' na cobertura da mídia. *Gênero e Número*. 23 jul. 2020. Disponível em: <https://www.generonumero.media/monitoramento-indica-racismo-brasileira-na-cobertura-da-midia/>. Acesso em: 23/08/2021

antirracistas funcionou como matéria-prima para o debate político nos Estados Unidos já que ocorreram cinco meses antes das eleições presidenciais. A mobilização negra foi considerada determinante para a virada histórica do democrata Joe Biden contra Donald Trump na Geórgia<sup>37</sup>, um dos “estados-chave” da corrida presidencial estadunidense.

No Brasil, o levante antirracista também surtiu efeito nas eleições municipais, com casas legislativas que contaram com mais corpos negros. Erika Hilton<sup>38</sup> foi a vereadora mais votada nas eleições legislativas de 2020 em São Paulo (e no país inteiro), com 50.508 votos, marcando a estreia da primeira mulher trans a ocupar uma vaga na Câmara Municipal. Duda Salabert foi eleita em Belo Horizonte; Benny Briolly, em Niterói; e Linda Brasil, em Aracaju. Assim como Hilton, em comum, todas mulheres pretas e trans. Negras também quebraram o teto de vidro em Curitiba, com a eleição da primeira vereadora negra, Carol Dartora<sup>39</sup>. Viúva de Marielle Franco, Monica Benício se elegeu no Rio, junto com Tainá de Paula e Thais Ferreira. O coletivo Quilombo Periférico, em São Paulo, e diversas candidatas apoiadas pelo Instituto Marielle Franco se elegeram Brasil afora. Porto Alegre, que nunca chegou a ter mais de dois vereadores negros na mesma legislatura, ganhou cinco: quatro mulheres e um homem. O percentual de candidatos negros, que incluiu os que se identificam como pretos e pardos, em 2020, alcançou 49,9% e superou o de brancos pela primeira vez nas eleições.<sup>40</sup>

Esses resultados nos remetem ao conceito de justiça social, na perspectiva de Nancy Fraser. Enxergando a justiça social conforme três ângulos simultâneos, a autora nos ressalta a necessidade de pensar as opressões desde as suas bases, levando em consideração todos os seus aspectos – econômicos, culturais e políticos – para que assim possamos traçar estratégias que contemplem o problema como um todo. Nesse sentido, as reflexões de Fraser (2015) são de grande valia para a construção de uma maior representatividade não só de gênero, no caso das mulheres, mas também

---

37 Quem é Tracy Adams, ex-deputada negra que ajudou a virar Geórgia para Biden. *O Globo*. 7 Nov. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/quem-stacey-abrams-ex-deputada-negra-que-ajudou- virar-georgia-para-biden-24733279> . Acesso em: 23/08/2021.

38 VELEDA, Raphael. Vereadora mais votada Erika Hilton reage ao racismo: basta de nos matar. *Metrópoles*. 20 nov. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/vereadora-mais-votada-erika-hilton-reage-ao-racismo-basta-de-nos-matar>. Acesso em: 23/08/2021.

39 Pela primeira vez, Curitiba elege uma vereadora negra, conheça. *Folha de Londrina*. 15 nov 2020. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-eleicoes/eleicoes-2020/pela-primeira-vez-curitiba-elege-uma-vereadora-negra-conheca-3025916e.html>. Acesso em: 23/08/2021.

<sup>40</sup>LUPION, Bruno. O avanço da diversidade na eleição municipal de 2020. *DW*. 18 nov.2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-avanço-da-diversidade-na-eleição-municipal-de-2020/a-55641506>. Acesso em: 23/08/2021

racial, nos espaços de poder. Para a autora, “o significado mais geral de justiça é a paridade de participação” (FRASER, 2015, p. 39). Nesse sentido,

[...] a justiça requer acordos sociais que permitam a todos participar como pares na vida social. Superar a injustiça significa dismantelar os obstáculos institucionalizados que impedem a alguns de participarem em situação de paridade com os outros, como sócios com pleno direito na interação social. (2015, p. 39, tradução nossa)

Segundo a teoria de Fraser, é necessário que pensemos em uma concepção de justiça que abarque todas as dimensões que impeçam tal paridade. Para isso, propõe uma concepção tridimensional de justiça social, que abarca distribuição, reconhecimento e representação. A autora pontua que a dimensão da distribuição tem a ver com a estrutura econômica da sociedade. Em relação ao reconhecimento, ela afirma que as pessoas também são impedidas de interagir em condição de paridade devido a “hierarquias institucionalizadas do valor cultural que lhes negam uma posição adequada” (FRASER, 2015, p. 40, tradução nossa). Nas palavras de Fraser, a falta de reconhecimento, ou o reconhecimento equivocado constituem injustiças:

Que neguem a um indivíduo a categoria de interlocutor pleno na interação social e lhe impeçam de participar como igual na vida social, não como consequência de uma desigualdade distributiva (como não receber a parte justa de recursos ou de “bens primários”), mas pelo contrário, como consequência de padrões de interpretação e avaliação institucionalizados que constituem o indivíduo como alguém comparativamente indigno de respeito ou estima. Quando esses padrões de falta de respeito ou de estima estão institucionalizados – por exemplo, na lei, na assistência social, na medicina e/ou na cultura popular – impedem a paridade de participação, assim como, sem dúvida, fazem as desigualdades distributivas.” (Ibidem, p. 208-209, tradução nossa)

Assim, o que está em discussão não é a identidade dos grupos marginalizados, mas a hierarquia de status que subordina uns grupos aos outros e impede que tais grupos participem e interajam socialmente como pares uns dos outros: “a falta de reconhecimento é uma relação social institucionalizada, não um estado psicológico” (Ibidem, p. 209). A terceira dimensão da concepção tridimensional de justiça social proposta por Fraser é a de representação. Segundo a autora, essa dimensão está relacionada ao aspecto político. As injustiças oriundas da dimensão de representação são chamadas pela autora de falsa representação, na qual:

[...] as fronteiras políticas e/ou as regras decisórias funcionam de modo a negar a algumas pessoas, erroneamente, a possibilidade de participar como um par, com os demais, na interação social – inclusive, mas não apenas, nas arenas políticas. (FRASER, 2009, p. 21)

Assim, a concepção de justiça social cunhada pela autora aponta estratégias que contemplem todas as questões relativas à representatividade. No que tange ao aspecto racial e sua representação na mídia, há duas dimensões distintas: a da mídia como elemento central na construção de narrativas e histórias sobre a população negra e na abordagem de questões raciais; e a presença de homens e mulheres negros e negras em posições de protagonismo nos veículos de uma forma geral e no jornalismo em particular. Por conta de uma forte e longínqua mobilização dos movimentos sociais, a luta antirracista escreveu uma nova página de sua história em 2020 e, assim, exerceu pressão sobre a ausência e invisibilidade de pessoas pretas nos debates sobre o racismo na mídia que se sucederam à morte de George Floyd. O objeto desta pesquisa é exatamente o caso mais emblemático dessa cobrança. Durante a cobertura dos protestos contra a morte de George Floyd, o programa Em Pauta, da GloboNews, foi duramente criticado nas redes sociais por apresentar uma discussão sobre o tema que contava apenas com comentaristas brancos. Reconhecendo o equívoco, o canal levou a atração ao ar no dia seguinte, 3 de junho de 2020, apenas com jornalistas negros: Heraldo Pereira, Aline Midlej, Zileide Silva, Maju Coutinho, Flávia Oliveira e Lilian Ribeiro.

Os grandes grupos de mídia no Brasil são empresas controladas por famílias que fazem parte da elite econômica do Brasil. Para Muniz Sodré, falar de elite é nomear as instituições e os grupos com diferenciado acesso aos mecanismos que geram o poder, tais como força repressiva, emprego, renda e educação. Tanto nas posições de controle direto da mídia, quanto nas possibilidades de moldar o seu discurso, as elites no Brasil são especificamente de natureza familiar. Contudo, neste momento de hegemonia do capital financeiro, são essas elites que abrem mão de políticas soberanas nacionalmente e podem contribuir com a deterioração dos ganhos democráticos do povo brasileiro. A mídia é o intelectual coletivo desse poderio e busca assegurar o velho entendimento de povo como “público” e encontra-se pressionada a firmar compromissos públicos com a afirmação da diversidade da população brasileira.

Afinal, até aqui, o racismo do qual é parte estruturante cresce e se modula pela sombra do que Sodré (1999) afirma ser o “difusionismo culturalista euroamericano” e pelas rebarbas do entretenimento que a televisão e outros ramos industriais do espetáculo oferecem às massas. E pequenas elites intelectuais (jornalistas especiais, articulistas, editorialistas, colunistas, editores, criadores publicitários, âncoras de tevê, artistas) se especializam na “neo-retórica” elaborada pelo

discurso público. No sistema midiático – composto por agências de publicidade e pelos veículos de comunicação –, as elites “logotécnicas” se constituem e atuam como um filtro, coexistindo num contexto social e sintetizando formas variadas de cognição e ação presentes nas elites culturais, econômicas e políticas. Sodré (2009) também destaca que, funcionando como um grupo técnico da imaginação, tais elites são responsáveis pela absorção, reelaboração e retransmissão de um imaginário coletivo, cuja atuação se dá nas representações sociais.

Sendo assim, o discurso explicitado pela mídia se mostra extremamente fluido e aberto às novas demandas por representatividade exigidas por movimentos sociais, mas se contrapõem na sua capacidade de manipulação, a partir da prática dos rituais imagéticos que perpetuam representações estereotipadas. E o mais simbólico: suas estruturas de comando e controle continuam ocupadas essencialmente por homens brancos.

### 3 JORNALISMO PARTICIPATIVO E A FORÇA DAS NARRATIVAS NAS REDES SOCIAIS

A virada da terceira década do século 21 consolida uma transformação importante na forma como as pessoas consomem informações e conteúdos, configurando-se em uma verdadeira simbiose entre a atividade jornalística profissional e a participação dos usuários, traçando novos caminhos no processo informativo. Embora no contexto de comunicação de massa clássica, mediada por grandes conglomerados de mídia que detinham enorme capital político e mercantil para definir relações, narrativas e as agendas da sociedade, a interação do público também funcionasse como parâmetro, essa hierarquia mudou de configuração na contemporaneidade. Com a ascensão e o predomínio das grandes empresas de tecnologia, fomentadoras da interação e da produção de conteúdo gerado pelas diversas audiências, há uma fragmentação das relações de força tornando difuso o exercício de poder, anteriormente concentrado na mão dos veículos de comunicação hegemônicos. Neste capítulo, o foco será em analisar as novas dinâmicas comunicacionais à luz dessa mudança significativa na hierarquia de poder e a influência que as redes sociais permitiram a partir do surgimento de outras formas de participação do público na produção de conteúdo informativo, e como esse redimensionamento do fazer jornalístico evoluiu o papel da mídia do modelo de *gatekeeper* para o de *gatewatcher*.

O acesso à internet e às ferramentas mínimas de produção de conteúdo possibilita que pessoas com essas condições e interessadas em transmitir um conteúdo e/ou sua opinião sobre notícias produzidas pelos veículos de comunicação o façam, de forma acessível e sem barreiras. Van Dijck, Poell e Wall (2018) chamam a atenção para o fato de vivermos hoje em uma sociedade atrelada a um “ecossistema de plataformas em rede”, administradas por um conjunto particular de mecanismos que moldam práticas cotidianas e transformam a organização social. Os autores afirmam que, de modo crescente, as pessoas organizam suas atividades cotidianas a partir da interação nas mídias sociais, aplicativos e serviços de empresas que penetram em diversos setores da vida — educação, lazer, trabalho e transporte. Essas infraestruturas tendem a atuar como *gatekeeper* de quase todos os setores sociais, econômicos e atividades culturais — incluindo nossas esferas econômicas pessoais, assumindo para si uma função que originalmente cabia apenas às empresas de mídia.

Parte da importância do crescente papel da interação online mediada no campo político é que ela perturba os papéis estabelecidos desses novos *gatekeepers* institucionais. O poder das

organizações de mídia estabelecidas para moldar a agenda é diluído pelo surgimento de uma infinidade de novos atores no ambiente digital. Além disso, ao propiciar que qualquer ator na rede se comunique com os outros, o poder dos profissionais de mídia de moldar a agenda é atenuado. Eles devem agora competir com um número crescente de plataformas, fontes de informação e atores, que são capazes de se comunicar uns com os outros sem passar pela mediação das organizações de mídia tradicionais. As plataformas estabelecem as regras que determinam quem pode participar e sob quais condições; decidem quais tipos de comunicação são permitidas e quais não são; moderam – usando operadores humanos e processos automatizados –, removendo conteúdo considerado ofensivo, violento ou de alguma forma inadequado; desenvolvem algoritmos para antecipar os possíveis objetivos e interesses dos usuários com base em suas práticas e preferências anteriores e usam essa forma de conhecimento para moldar as notícias e outros conteúdos que aparecem nos *feeds*; fazem recomendações e tiram receitas da publicidade, entre outras coisas (THOMPSON, 2018).

A ascensão da cultura da internet trouxe consigo novas camadas de complexidade e transformou a teoria do *gatekeeping*. As redes sociais agora desempenham um papel expressivo no compartilhamento de informações, tanto para as pessoas comuns quanto para as empresas de mídia. Alguns autores afirmam que a mídia social eliminou o *gatekeeping* nos espaços online. No entanto, os algoritmos e softwares que governam as redes sociais são criados e monitorados por organizações que são *gatekeepers* por si mesmas (WALLACE, 2018). Os influenciadores online e a rede de seguidores e conexões em que os usuários de mídia social estão imersos também se tornaram eles próprios guardiões, impactando fortemente os conteúdos e notícias aos quais as pessoas são expostas (CHIN-FOOK; SIMMONDS, 2011).

*Gatekeeping* na sua forma clássica foi um resultado do sistema de produção, distribuição e consumo das notícias que existia durante o apogeu da época da mídia de massa. O pesquisador australiano Axel Bruns nos lembra que as práticas de *gatekeeping* eram simplesmente uma necessidade prática por dois motivos. O primeiro diz respeito ao fato de os jornais impressos e os noticiários na rádio e na televisão não poderem oferecer mais que uma seleção redigida com muito aperto das notícias do dia; as avaliações de quais eram as matérias mais importantes para o conhecimento das audiências estavam sujeitas ao espaço total disponível para conteúdo noticioso na publicação ou na transmissão pela rádio ou TV (BRUNS, 2011). Essas decisões eram especialmente críticas em uma época em que o número total de publicações noticiosas em uma

esfera de mídia regional ou nacional – o espaço total disponível para a indústria jornalística – estava também rigidamente limitado: quando apenas um pequeno grupo de jornais ou noticiários servia a audiência interessada.

O segundo elemento que permeia esse contexto colocado por Bruns é a possibilidade trazida pela mídia online de que seus usuários possam driblar as publicações noticiosas para conectar diretamente com as organizações, as instituições e os indivíduos que lhes interessam – para acompanhar em primeira mão os comunicados à imprensa e as afirmações públicas dos governos, dos políticos, das empresas, das ONGs e de outras figuras da vida pública. Além disso, esses usuários ativos podem atualmente compartilhar com outros aquilo que observam em tempo real, através de uma ampla gama de plataformas, variando das ferramentas colaborativas para marcar livros, passando pelos blogs pessoais e coletivos até os sites da mídia social, e de lá encontrar e conectar com outros usuários com interesse em temas semelhantes. Essas práticas podem não significar o jornalismo em um sentido ortodoxo, são um exemplo dos “atos aleatórios jornalísticos” descritos por J. D. Lasica (2003), mas fornecem um modelo para o que poderá ser descrito melhor como a curadoria colaborativa das notícias pelas comunidades de usuários: os usuários encontram, compartilham, e (muitas vezes) comentam as informações e os eventos que têm valor como notícias, e divulgam em vez de publicarem as matérias noticiosas. Realizados em escala – por uma comunidade suficientemente grande e diversificada de participantes dedicados – , esses esforços coletivos podem resultar em formas de cobertura noticiosa que são tão abrangentes como aquelas conseguidas pela indústria jornalística.

No âmago dessas mudanças que deixam o *gatekeeping* para trás está uma prática que Bruns descreve como *gatematching*. Naturalmente, os usuários envolvidos em organizar e fazer a curadoria de grandes volumes das matérias noticiosas disponíveis e das informações que têm valor como notícias atualmente disponíveis em uma multidão de canais, não têm condições de guardar – de controlar – os portões de quaisquer desses canais. Entretanto, o que eles têm condições de fazer é de participar em um esforço distribuído e organizado de observar e acompanhar quais as informações que passam por esses canais, quais os comunicados para a imprensa feitos pelos atores públicos, quais os relatórios publicados pelos pesquisadores acadêmicos ou pelas organizações da indústria, quais as intervenções feitas pelos lobistas e políticos.

Uma parte importante desse processo de *gatematching* é a transformação no sistema de publicação da notícia. Se em um momento anterior às plataformas digitais, o ciclo de uma matéria



praticamente terminava quando ela era publicada ou ia ao ar, na contemporaneidade, ela tem um novo começo neste momento, transformando-se a partir de sua repercussão, republicação, comentários e compartilhamentos, no que Bruns chama de etapa de resposta:

Comum também em quase todos estes modelos – de acordo com a abordagem de *gatewatching*, que focaliza principalmente na republicação, divulgação, contextualização e curadoria de material existente em vez do desenvolvimento de conteúdo jornalístico substancialmente novo – a etapa da resposta, anteriormente atrofiada, do processo convencional da publicação das notícias se tornou significativamente mais importante (BRUNS, 2011, p. 13, tradução nossa)

Esse aspecto do processo de *gatewatching* é altamente relevante para o objeto desta pesquisa, uma vez que a mudança ocorrida no programa Em Pauta, da Globonews, no dia 3 junho de 2020, se deu a partir de dois comentários críticos no Twitter por parte de telespectadores, no dia anterior, sobre o fato de uma bancada formada apenas por jornalistas brancos estar comentando um assunto cujas vítimas são os negros, o racismo. Vinte e quatro horas após esses comentários terem viralizado, o programa convocou uma bancada totalmente formada por jornalistas negros, e o foco do programa passou a ser, do início ao fim, uma conversa didática sobre racismo a partir da experiência pessoal das integrantes da bancada, todas jornalistas negras. Esse processo de ter as redes sociais como um dos elementos da pauta jornalísticas é uma realidade na contemporaneidade, pois elas funcionam como aceleradores das próprias notícias, segundo Bruns:

As plataformas da mídia social como o Facebook e o Twitter servem para acelerar ainda mais a velocidade em que as matérias noticiosas são compartilhadas, debatidas e às vezes desacreditadas; elas tornam sempre mais difícil que uma única organização noticiosa reivindique a propriedade de uma matéria ou que mantenha uma agenda noticiosa; elas atuam como um canal para as conversações imediatas mais ou menos públicas entre os jornalistas participantes, usuários das notícias e outros atores públicos associados a uma matéria, e ao fazerem isto fornecem um novo espaço vital e visível para trocas de opiniões relativas às notícias, fora do controle de qualquer organização noticiosa tradicional. (2011, p. 23, tradução nossa)

Uma das consequências dessas novas influências nas decisões é o desenvolvimento de estruturas de comunicação mais planas, menos hierárquicas e em rede entre os jornalistas e suas audiências. Abordagens adicionais, mais elaboradas, para a utilização das plataformas da mídia social para o ganho jornalístico dependem de soluções mais tecnológicas – por exemplo, o acompanhamento automático de termos e temas-chave a fim de identificar rapidamente a

repercussão (negativa ou positiva) das matérias emergentes, ou a extração e análise automatizadas (além da visualização) dos comentários na mídia social relacionados com reportagens específicas a fim de desenvolver novas formas de cobertura atualizada ou responder a questionamentos.

Essa massiva utilização das plataformas de redes sociais, em geral, e do Twitter, em particular, provocou, nos últimos anos, o surgimento de novos perfis de profissionais dentro das redações incorporando diferentes habilidades no fazer jornalístico, dialogando com a tecnologia e o uso de dados. Essas novas funções, abarcadas dentro do que se convencionou chamar de jornalismo de dados, foram criadas a partir de um contexto de não só monitorar em tempo real os assuntos mais comentados do momento, aferir a reverberação de matérias publicadas e/ou veiculadas, mas também para, em casos de grandes eventos, como desastres naturais e distúrbios públicos, poderem desempenhar um papel especial na curadoria e apuração das notícias, avançando sobre os esforços colaborativos que já estão ocorrendo dentro da própria comunidade da mídia.

### **3.1 Novos caminhos do processo informativo: o Twitter como mediador**

A tecnologia abriu caminho à participação de novos atores no jornalismo, podendo oferecer instrumentos para o exercício da cidadania e para a discussão pública, ao mesmo tempo em que lança desafios a esta atividade profissional. O foco aqui é equacionar a apropriação social das tecnologias digitais de comunicação no que diz respeito à dimensão jornalística, bem como os usos e práticas que o cidadão pode desenvolver nos espaços que lhe são oferecidos. Plataformas da mídia social, especialmente o Twitter, também chamado por alguns de microblog, servem para acelerar ainda mais a velocidade com que as matérias noticiosas são compartilhadas, debatidas e, às vezes, desacreditadas.

Mais do que qualquer outra nova tecnologia de comunicação anterior, a mídia social desagrega o processo noticioso e atomiza os seus participantes. No Twitter, por exemplo, todos os participantes, variando dos usuários particulares às organizações noticiosas oficiais, são representados simplesmente pelos seus perfis ou contas, forçados igualmente pelo limite atual de 280 caracteres da plataforma para as atualizações a compartilharem apenas mensagens curtas e

URLs (links), e sem condições de comandar inerentemente mais espaço comunicativo que qualquer outro. Nessa rede, não há espaços marcados para organizações específicas, nem qualquer maneira de controlar como, por quem e em que contexto as mensagens são lidas, respondidas ou passadas para frente. Os jornalistas com perfil no Twitter podem ser diretamente abordados, desafiados, criticados ou apoiados por qualquer indivíduo, seja ele seu colega de profissão, ator público objeto das suas matérias, ou membro da comunidade global de usuários. Eles correm o risco de escolher entre responder ou ignorar a realimentação. Nesse espaço, as logomarcas das suas publicações oferecem pouca proteção.

Desse modo, a descentralização da distribuição de conteúdo na rede modifica a função do jornalista, que passa a desempenhar também um papel de moderação, assumindo a função de analisar e hierarquizar a informação disponibilizada na rede. Ou seja, passa a desempenhar assim sua função de *gatewatcher*. Na contemporaneidade, um indivíduo não apenas participa de várias redes sociais como compreende as especificidades de cada uma delas, o que resulta no compartilhamento de conteúdo relevante e com significação para os usuários das diferentes redes. O desejo pelo instantâneo, fortalecido com o surgimento das redes, também teve impacto no fazer jornalístico. Se antes um profissional tinha horas e, às vezes, dias para apurar e publicar uma notícia, o atual consumo acelerado de informação por parte dos usuários das redes fez com que o tempo desse jornalista se tornasse cada vez mais exíguo e, exatamente por isso, insuficiente.

Uma vertente pessimista, como a levantada por Gradim, apresenta esses desafios como “éticos novos e difíceis de resolver porque a pressão da instantaneidade e da falta de tempo para investigar e refletir, aliada a um afrouxamento do controle editorial, levam à queda dos padrões de qualidade” (2003, p. 124). Autores como João Canavilhas, por outro lado, descrevem a atual situação do jornalismo online de maneira positiva. Para ele,

Numa sociedade com acesso a múltiplas fontes de informação e com crescente espírito crítico, a possibilidade de interação direta com o produtor de notícias ou opiniões é um forte trunfo a ser explorado pelas empresas que fazem jornalismo na era digital. (2001, p. 18)

Para Canavilhas (2010), para além dos próprios veículos de comunicação utilizarem esses canais, os leitores chamaram a atividade para si, funcionando como uma espécie de novos *gatekeepers*, comentando e selecionando as notícias mais interessantes para sua rede de conexões em plataformas de redes sociais, especialmente o Twitter. Pelo seu caráter de maior liberdade de

coletas de dados e menos barreira de acesso aos conteúdos produzidos pelos interagentes, a plataforma se configura como um ambiente cujo fluxo informativo se dá em duas etapas.

Outro uso corrente do Twitter por seus usuários é o de plataforma de segunda tela<sup>41</sup>, funcionando como ferramenta de centralização de comentários sobre a programação da TV enquanto ela acontece, em tempo real. Atualmente, 80% dos acessos à plataforma são via celular<sup>42</sup>, fato que simplifica e caracteriza esse tipo de interação. Para Santaella e Lemos (2010), o Twitter atua como um meio multidirecional de captação de informações personalizadas, um veículo de difusão contínua de ideias, um espaço colaborativo no qual questões que surgem a partir de interesses dos mais microscópicos aos mais macroscópicos podem ser debatidas e respondidas. Ao longo dos anos, a plataforma se consolidou também como meio para obtenção de conteúdo jornalístico devido às características que fazem da rede um canal propício para esse tipo de prática. Diversas coberturas jornalísticas se originaram e se difundiram através do Twitter, embora a rede inicialmente não tenha sido pensada para esse propósito. O fato de não ter travas ou barreiras como outras plataformas explica essa configuração.

Recuero (2008) esclarece que essa apropriação aconteceu em virtude das especificidades da ferramenta, que se mostram importantes para o jornalismo, como a rapidez na publicação de informação e o acesso via dispositivos móveis. Não são apenas as organizações jornalísticas tradicionais que utilizam o Twitter como meio para reportar acontecimentos, mas pessoas comuns ganham visibilidade e geram uma prática colaborativa de produção de conteúdos informativos que se torna frequente, seja publicando informações em contas pessoais, comentando notícias ou interagindo com veículos.

A frase “O que você está fazendo?” associada ao Twitter, substituída em 2017 por “O que está acontecendo?”, acaba por refletir um pouco a própria curiosidade jornalística. A pergunta, através da qual os jornalistas questionam políticos e órgãos do poder, promove também agora um maior escrutínio por parte dos cidadãos por meio da sua intervenção com recurso dessa ferramenta. A própria limitação do número de caracteres exige uma capacidade de síntese para transmitir o essencial da mensagem e prender a atenção do receptor, o que até certo ponto nos permite estabelecer algumas semelhanças com o lead jornalístico (FRANCO, 2008; NOGUERA, 2009).

---

<sup>41</sup> O conceito de Segunda Tela se refere à complementação de um dispositivo móvel usado pelos telespectadores para se conectar ao programa que é consumido, ajudando a promover *buzz* social multimídia. (Disponível em: <https://www.techopedia.com/definition/29212/second-screen>. Acesso em: 25/10/2021).

<sup>42</sup> Dados disponíveis em: <<https://about.twitter.com/company>>. Acesso em: 25 out. 2021.

Estamos perante uma mudança profunda no panorama midiático, sendo cada vez mais evidente a fragmentação do espaço público, diretamente relacionada com o crescente número de emissores e veículos de informação. Produzem-se mudanças estruturais ao nível da produção e do consumo de informação ajustadas à velocidade e à instantaneidade que caracterizam a sociedade interligada em rede. São muitos os desafios apresentados por essa nova realidade, nomeadamente ao nível do controle, da seleção e da interpretação de conteúdos. Face à valorização crescente da instantaneidade da informação e à pluralidade de opiniões e informações, a mediação, fundamental ao exercício do jornalismo, é colocada em xeque. Os jornalistas, tradicionais mediadores na produção de conteúdos, têm visto o seu papel dissolvido pela facilidade de qualquer pessoa publicar e difundir informação. Nesse contexto, diz Fidalgo: “A atividade de informar sobre a atualidade, no âmbito da esfera pública, já não é uma atividade exclusiva dos jornalistas e das empresas midiáticas nas quais a maior parte deles trabalha.” (2008, p. 81)

### **3.2 Jornalismo participativo e mobilizações sociais**

As novas formas de participação oferecidas pelas redes sociais e pela consolidação do jornalismo por meio das plataformas digitais abriu espaço para a interação mútua (PRIMO, 2004), em que o desenvolvimento do processo interativo é negociado entre os participantes. Devido a esse processo que valoriza o sujeito que age, neste trabalho, opta-se pelo termo interagente para definir os atores que têm um impacto recursivo sobre essa interação, seus participantes e conteúdos. À medida que o público ganhou mais autonomia, influência e acesso às organizações jornalísticas no mundo online, seu poder também cresceu. As tecnologias digitais e as plataformas de redes sociais permitiram que as pessoas passassem a exercer seu poder por meio de comentários online e interação com redações e seus repórteres nas redes sociais. O público vê esse poder como uma forma de alavancar o campo de jogo com essas instituições às vezes gigantescas. Essa reciprocidade, a capacidade de criar uma conversa multidirecional como nunca antes, está desenvolvendo conectividade e capital social entre comunidades que são geograficamente delimitadas e de natureza virtual (LEWIS et al., 2014). Assim, o “jornalismo recíproco” é cada vez mais importante e se baseia e se afasta do conceito típico de engajamento do público, porque há uma infinidade de maneiras pelas quais o público e os repórteres se beneficiam dessas interações

online (LEWIS et al., 2014). Dessa transformação da relação antes unidirecional e linear capitaneada pelas grandes empresas de mídia de massa nasceram os conceitos de jornalismo colaborativo e de jornalismo participativo, definições sobre as quais não há um consenso e que muitas vezes se confundem e também se entrecruzam.

O jornalismo colaborativo pode ser compreendido como a tarefa exercida por um público que se propõe a selecionar, captar e difundir informações. O entendimento dessa relação de coautoria emissora/público esbarra, inevitavelmente, na necessidade (ou não) de intervenção do jornalista profissional na checagem da veracidade das informações abordadas. Se para Trasel (2007), não há a necessidade de intervenção profissional no material amador enviado e os fóruns e comentários podem ser considerados jornalismo colaborativo, para Brambilla (2006) a participação ativa do público no jornalismo é fundamental, mas exige um jornalista profissional como editor. Para Bruns (2011), a definição de jornalismo colaborativo é a de um jornalismo em que o indivíduo exerce uma “curadoria” e de alguma forma disputa o espaço da discussão pública das notícias e dos eventos atuais com o jornalista profissional. Por seu caráter descentralizado, o jornalismo colaborativo é uma demanda conjunta.

Já o conceito de “jornalismo participativo” passa por uma revisão bibliográfica realizada por Suau e Masip (2014) e tem expostas suas diferenças básicas do conceito de jornalismo cidadão. Ao contrário de “jornalismo cidadão”, em que blogs com produções originais são a principal zona de atuação do não-jornalista, o quadro de ação do jornalismo participativo envolve a mídia como um todo, englobando “todas as interações que um membro do público pode ter nos ambientes online fornecidos pelos meios de comunicação” (p. 57). Exemplos desse tipo de participação, segundo os autores, são recursos como comentários sobre a notícia, o envio de histórias ou imagens para a mídia, ou compartilhar notícias em redes sociais usando as opções fornecidas no site dos veículos. Para os autores, que retomam os estudos de Singer (2011) na contemporaneidade, o consumidor de informações online não irá substituir o jornalista profissional como fonte hegemônica de informações. No entanto, mais recentemente, o foco voltou-se para o cidadão individual, devido à sua capacidade crescente para divulgar conteúdo midiático em suas comunidades próprias ou “audiências” particulares (JENKINS et al., 2013), atuando como *gatekeeper* secundário de mídia (SINGER, 2011). Em vez de “produzir conteúdos originais parecem estar mais interessados em práticas online, tais como a distribuição de conteúdos ou debates” (SUAU; MASIP, 2014, p. 58).

Ao longo da década de 2010, esse processo se sofisticou ganhando novos contornos por meio da evolução das plataformas digitais como mediadoras das relações, proporcionando mais ferramentas, não só de interação, mas também de produção de conteúdo e intervenção no debate público. A dinâmica do jornalismo foi diretamente atingida e o fluxo de notícias tornou-se mais plural e horizontal, feito por uma variedade maior de pessoas, de classes sociais distintas e de nichos específicos. A principal característica dessa lógica de produção noticiosa é a superação do modelo comunicacional emissor-meio-mensagem-receptor, tendo em vista que a convergência tecnológica propiciou a participação ativa dos cidadãos no processo, desempenhando um papel inerente na produção dos acontecimentos que interessam aos jornalistas, marcando a mudança de um modelo vertical e hierárquico da comunicação entre emissor-veículo-receptor para uma relação moderada por algoritmos. Van Dijck, Poell e Wall (2018) chamam a atenção para o fato de vivermos hoje em uma sociedade atrelada a um “ecossistema de plataformas em rede”, administradas por um conjunto particular de mecanismos que moldam práticas cotidianas e transformam a organização social.

Essa mudança de paradigma está na base de uma cultura da participação e da convergência de mídias, em que essa convergência é mais do que apenas uma mudança tecnológica. Como aponta Henry Jenkins, “a convergência altera a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos (...) refere-se a um processo, não a um ponto final (...)” (2009, p. 43). A partir da utilização da ambiência digital pelo jornalismo, pode-se fazer relação com os processos de propagabilidade e engajamento, descritos por Jenkins, Ford e Green (2014). Propagabilidade define o que se convencionou chamar de “viral”: o potencial técnico e cultural de compartilhamento de conteúdo pelos públicos por interesses próprios, com ou sem permissão dos autores. Já o engajamento está atrelado à disposição dos leitores em buscar conteúdos nos vários segmentos da narrativa, quando e onde quiserem. Segundo os autores, o engajamento estimula a propagação dos textos midiáticos, pois “audiências engajadas são mais propensas a recomendar, discutir, pesquisar, repassar e até gerar material novo em resposta” (JENKINS et al., 2014, p. 153). Logo, a propagação é potencializada quando os públicos estão engajados e o engajamento é motivado pela propagação.

A edição especial do programa Em Pauta com a inédita bancada negra exemplifica com maestria esses dois conceitos reforçando o impacto da participação do cidadão na pauta e na prática jornalística. Foi a partir de dois comentários que não partiram de ativistas e sim de cidadãos que

assistiam ao programa jornalístico que os editores do jornal da GloboNews decidiram mudar a bancada de comentaristas. Duas postagens no Twitter, de telespectadores que se incomodaram em assistir a uma bancada só de comentaristas brancos comentarem sobre racismo, ganharam forte repercussão e rapidamente viralizaram. Isso ocorreu porque houve reverberação levando ao fenômeno do *gatewatching* na prática jornalística. A visibilidade que a propagabilidade dos comentários atingiu colocou naquele momento a equipe editorial à prova e ampliou o tráfego de notícias sobre o programa nas redes sociais naquele momento. Por sua vez, os dois interagentes, por meio de seus comentários, geraram engajamento contribuindo para a expansão e atualização da narrativa.

A excepcionalidade dos protestos provocados pela morte de George Floyd que ganharam repercussão mundial após a transmissão ao vivo, no Facebook, de um vídeo captado por *smartphone* por uma jovem americana de 17 anos, no dia 25 de maio de 2020, que mostra um policial branco de Minneapolis, nos Estados Unidos, ajoelhado no pescoço da vítima enquanto ela repetia a frase “Eu não consigo respirar”, é um exemplo acabado da força do jornalismo participativo. Dessa forma, o contexto do programa da GloboNews era o dos protestos pela morte de Floyd, que também foi propagada em ambiente digital a partir de um vídeo postado nas redes sociais que também gerou enorme engajamento fazendo com que as manifestações partissem do online – com o uso da #BlackLivesMatter<sup>43</sup> – e se concretizassem no off-line no contexto histórico do isolamento social. A popularização da internet e dos dispositivos móveis reconfigurou as formas de ativismo e o papel do cidadão no noticiário, colocando-o como um agente importante na construção e distribuição de conteúdos. Na era da conexão e da mobilidade, internautas fortalecem mobilizações sociais na nova esfera pública: o ciberespaço (JENKINS, 2009; WEINBERGER, 2008; LEMOS, 2005).

Segundo Jenkins (2009), o internauta é capaz de controlar as narrativas por meio de suas experimentações, interagindo com qualquer pessoa e criando alternativas às mídias tradicionais. Em plena quarentena, recomendada por órgãos mundiais de saúde para combater a pandemia da Covid-19, a sociedade se mobilizou ao redor do mundo, a partir das mídias sociais, e saiu às ruas para pedir o fim da violência contra vidas negras. A dimensão dos protestos ao longo dos dias

---

<sup>43</sup> O uso do símbolo da hashtag (#) nas mídias sociais antes da palavra facilita a pesquisa de um termo específico. Nesse caso, trata-se de um coletivo internacional que surgiu nas redes sociais virtuais e está atrelado à luta contra a violência, além de cobrar justiça da prática rotineira da polícia em relação aos negros americanos.



seguintes ao assassinato de Floyd chamou a atenção da mídia, que só então passou a pautar o tema alçando-o a uma escala inédita. Em um cenário anterior à plataformização das relações, as redações tinham não apenas controle sobre o conhecimento da sociedade, mas também sobre como a própria sociedade era estruturada. Isso era especialmente verdadeiro quando a mídia era formatada exclusivamente para os meios impresso, televisão ou rádio. Com o advento da internet, sua onipresença e apropriação social, o jornalismo mudou para sempre e, portanto, mudou também sua arquitetura. Eventos globais anteriores ao próprio *Black Lives Matter*, como a Primavera Árabe<sup>44</sup> e *Occupy Wall Street*<sup>45</sup> mostraram que as notícias viajam rápido, amplamente e com mais possibilidades de participação do público online (WALLACE, 2018). Os canais tradicionais de disseminação da informação não são mais a única forma de divulgar notícias para o mundo.

Nesse contexto, o ciberativismo – identificado pelo engajamento do público conectado em fóruns digitais – estimula atividades humanas que produzem capital no ambiente virtual e podem gerar a necessidade de mudanças sociais (JUNGBLUT, 2015). Para Jungblut, fatores como a rapidez informacional, a ausência de mecanismos de censura que sejam eficientes e o poder de difusão e mobilização caracterizam a cibernobilização. No caso específico do assassinato de Floyd, o movimento organizado a partir do ambiente digital levou tantos civis às ruas com o mesmo discurso que, dois dias após o fato, a cidade declarou estado de emergência por conta dos protestos (LABORDE, 2020). Vale reforçar o potencial das mídias sociais na divulgação do episódio e na adesão à #BlackLivesMatter, que gerou comoção mundial a partir de histórias compartilhadas por personagens que defendem as mesmas causas. Afinal, segundo Peruzzo, movimento social “pressupõe a existência de um processo de organização coletiva e se caracteriza pela consistência dos laços, identidades compartilhadas, certa durabilidade e clareza” (2008, p. 27). Essa revolução tecnológica e sua apropriação representam um marco para o jornalismo participativo e sinalizam novas maneiras de propor uma relação entre a mídia e a audiência.

---

<sup>44</sup> Onda revolucionária de manifestações e protestos que ocorreram no Oriente Médio e no Norte da África a partir de 18 de dezembro de 2010. O movimento teve nas redes sociais seu ponto central de mobilização.

<sup>45</sup> Movimento de protesto contra a desigualdade econômica e social, a ganância, a corrupção e a indevida influência das empresas – sobretudo do setor financeiro – no governo dos Estados Unidos. Deflagrado em setembro de 2011.

### 3.3 “Eu não consigo respirar”: o fenômeno George Floyd

No dia 6 de abril de 2020, cerca de um mês após a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar a pandemia do coronavírus, enquanto o planeta ainda elaborava os efeitos da doença e seus inéditos impactos globais, o filósofo camaronense Achille Mbembe publicou um artigo intitulado “O direito universal à respiração”<sup>46</sup>. Nele, o autor que popularizou a expressão necropolítica, que expressa as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte, refletia sobre o fato de a Covid-19 ser “expressão espetacular do impasse planetário no qual a humanidade se encontra, trata-se, nada mais nada menos, de recompormos uma Terra habitável, e assim ela poderá oferecer a todos uma vida respirável”. No texto, Mbembe também chamava a atenção para o florescimento de um novo período de tensão e brutalidade:

É de temer que, finda esta calamidade, longe de santificar todas as formas do estar vivo, o mundo infelizmente não evite um novo período de tensão e brutalidade. No plano geopolítico, a lógica da força e do poder continuará a prevalecer. Na ausência de infraestruturas comuns, uma feroz divisão do globo acentuar-se-á e as linhas de segmentação intensificar-se-ão. Muitos Estados procurarão reforçar as suas fronteiras na esperança de se proteger da exterioridade. Lutarão igualmente por reprimir a sua violência constitutiva, que descarregarão, como de costume, nos mais vulneráveis entre os seus. A vida atrás de écrans e em enclaves protegidos por segurança privada tornar-se-á a norma. (2020, p. 54)

O fato de a Covid-19 atingir diretamente a capacidade de respirar das pessoas remonta ao mais básico direito humano. Esse mesmo direito foi tirado de George Floyd. No dia 25 de maio de 2020, a jovem afro-americana Darnella Frazier, então com 17 anos, usou seu *smartphone* para registrar o episódio que culminou na morte do homem abordado pelo policial Derek Chauvin. Frazier foi a autora do vídeo que viralizou e transformou os gritos e o rosto de Floyd no então novo símbolo da luta por igualdade racial e justiça social. O filme captado por Darnella causou grande comoção logo que foi publicado em sua página do Facebook. Um dia após o evento, a repercussão ganhou força dando origem a manifestações violentas em várias metrópoles americanas. De certa forma, o movimento insuflou os ânimos políticos e contaminou as eleições federais americanas. As campanhas dos então candidatos já estavam em curso, faltavam apenas cinco meses para o sufrágio. O clima que já não era amistoso ficou ainda pior quando Trump, então candidato à

---

<sup>46</sup> Disponível em: <https://aoc.media/opinion/2020/04/05/le-droit-universel-a-la-respiration/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

reeleição, deu pouca atenção ao caso. O país, que carrega um pesado histórico de segregação racial, entrou numa inflamada disputa ideológica.

Ao revisitar o local, um dia após o episódio, Frazier fez um breve discurso para os presentes que ali estavam em protesto contra os abusos policiais. A maioria ainda não sabia quem Frazier realmente era até que ela resolveu se manifestar. Alguns presentes registraram o discurso da jovem com suas próprias câmeras de bolso. É através desse discurso de Frazier que conhecemos a autora de um dos vídeos mais importantes do ano de 2020. Pela breve descrição feita pela jovem, captada e disseminada em vídeo, recebemos muito mais informações do que a projeção do cenário do crime. Transcrevo aqui as palavras de Frazier (2020):

I watched this man die  
I'm the one who recorded the whole thing  
I've seen him die  
Oh my God  
I posted the video last night, and it just went viral  
And everybody's asking me how I feel. I don't know how to feel  
'Cause it's so sad, bro  
This man was literally right here, 8 pm yesterday  
I [was] walking my cousin to the store,  
And I just see him on the ground  
I'm like, What's going on?  
I pull my camera out  
This man cannot fucking breathe at all  
He's like, "Please, I can't breathe, I can't breathe."  
And they did not care  
They killed this man  
And I was right there  
I was like 5 feet away  
It's so traumatizing<sup>47</sup>

---

<sup>47</sup> Eu assisti este homem morrer. Sou eu quem gravou tudo. Eu o vi morrer. Oh, meu Deus. Eu postei o vídeo ontem à noite e ele se tornou viral. E todo mundo está me perguntando como eu me sinto? Eu não sei como me sentir. Porque é tão triste, mano. Esse homem estava literalmente bem aqui, às 20h de ontem. Eu [estava] levando meu primo até a loja e acabei vendo-o no chão. Eu fico tipo, o que está acontecendo? Pego minha câmera. Esse homem não consegue respirar nem fudendo. Ele fica tipo, "Por favor, não

Assim como aconteceu com Floyd, a Frazier faltou ar pelo simples fato de evocar as imagens da memória. Ela pausa, respira fundo, suspira, se move intensamente. Sem perceber, incorpora em gesto e em dor o sujeito Floyd. Em sua volta há uma multidão em coro que tenta se juntar à sua dor. Ouve-se: “No justice, no peace — No justice, no peace — No justice, no peace...”<sup>48</sup>. E um novo capítulo do *Black Lives Matter* nasceu ali.

As investigações da imprensa americana confirmaram a veracidade dos fatos relatados pela jovem Darnella Frazier. A garota passava no local e fortuitamente se viu de frente com o episódio. Com apenas 17 anos, Frazier executou com precisão a função de um habilidoso fotojornalista. Até mesmo em seu imperfeito resultado ela foi perfeita. Todo seu ruído, vibrações e “irregularidade” contribuíram para tornar seu vídeo ainda mais potente para a sua própria realidade, de uma mulher negra do subúrbio de Minneapolis. Atuou assim como uma testemunha indignada com o fato que transcorria à sua frente, tornando-se fonte primária do ocorrido.

Infelizmente, abordagens policiais violentas contra negros não são nem recentes nem raras. O que tem mudado no relato desses fatos é a força das imagens gravadas em vídeo por pessoas comuns, como Darnella Frazier. O fato de naquele momento os Estados Unidos e o mundo viverem a fase mais aguda da pandemia com políticas rígidas de isolamento social e barreiras sanitárias deu ao fato ainda mais força. A despeito da política de quarentena que vários estados norte-americanos impuseram à população para diminuir a contaminação, milhares de pessoas saíram às ruas durante quase duas semanas para protestarem contra algo que, após meio século, não mudou e que ainda incomoda a grande maioria das pessoas: a violência policial contra negros. E ao longo de 2020 os Estados Unidos viram suas forças policiais resistirem aos pedidos de reforma, à medida que mais vídeos apareciam mostrando policiais abusando de seu poder por meio de força desnecessária contra afro-americanos. As imagens de abuso flagradas por pessoas comuns e postadas nas redes sociais encontraram eco em uma parcela da sociedade que pede mudança na maneira como as pessoas veem o policiamento e as relações raciais.

Foi preciso se organizar virtualmente, por meio de coletivos de redes sociais, como o *Black Lives Matter*, para realizar manifestações e protestos presenciais contra essa prática. O racismo e

---

consigo respirar, eu não consigo respirar.” E eles não se importaram. Eles mataram esse homem. E eu estava bem aí. Eu estava a 5 pés (um metro e meio) de distância. É tão traumatizante. (FRAZIER, 2020, tradução nossa)

<sup>48</sup> Sem justiça, sem paz.

o preconceito racial, que passaram a ser questionados com o apoio de personalidades negras e brancas de diversos segmentos – do esporte à política –, preencheram páginas de jornais para debater raça, cor da pele e seus perniciosos efeitos em todas as estruturas da sociedade (ALMEIDA, 2018). A morte de Floyd, captada e compartilhada em tempo real a partir de um dispositivo móvel conectado à internet, permitiu que bilhões de indivíduos tivessem acesso ao caso em questão de segundos. Concordando com Weinberger (2008), é fácil compreender como as mídias sociais exercem influência e podem modificar os hábitos da sociedade, transformação potencializada no contexto da pandemia. Esse novo modelo evidencia a naturalidade tanto da vida quanto da morte no cotidiano, assim, a força das imagens passam a afetar o cidadão, afirma Sodré, para quem é necessário o resgate do agir ético-político:

Profundamente imersos num processo civilizatório em que as imagens exercem um poder inédito sobre os corpos e os espíritos, começamos de fato a nos inquietar com o mistério da realidade sensível de todos esses signos visíveis e sonoros que administram o afeto-coletivo e também a indagar sobre o encaminhamento político das emoções. É aqui então que o agir ético-político, quando acontece, faz emergir o ser comum como possibilidade de inscrição do diverso na trama das relações sociais para além das medidas fechadas da razão instrumental e da lei estrutural do valor, o capital. (2006, p. 15)

Em junho de 2021, o Conselho do Prêmio Pulitzer concedeu uma “menção especial” para Darnella Frazier, então com 18 anos. Frazier foi homenageada na cerimônia em que foram anunciados os prestigiosos prêmios de jornalismo de 2021. Ela foi premiada por “gravar corajosamente o assassinato de George Floyd, um vídeo que desencadeou protestos contra a violência policial no mundo todo e que destacou o papel fundamental dos cidadãos na busca dos jornalistas por verdade e justiça”<sup>49</sup>, disse o comitê do prêmio.

Em artigo publicado no site da NBC News, Syreeta McFadden, escritora e professora da Borough of Manhattan Community College, destaca que o Pulitzer de Frazier é significativo porque, em mais de um século, o conselho nunca reconheceu um ato de jornalismo realizado sem a assinatura de uma empresa de mídia, mesmo quando os jornalistas cidadãos e o jornalismo cidadão se consolidaram para preencher o vácuo deixado pelas redações, especialmente no contexto do jornalismo local, bastante enfraquecidos pelas pressões econômicas diante da queda das receitas publicitárias e a ascensão das plataformas digitais. Para McFadden:

---

<sup>49</sup> Teen who filmed George Floyd's murder given journalism award. BBC News. 11 jun 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-57449229>. Acesso em: 23 jun. 2021.

O reconhecimento de que o que Frazier fez é um ato de jornalismo também ressalta a relação crucial entre um público engajado e informado e os chamados *gatekeepers* no jornalismo – cujos portões estão se desintegrando rapidamente – e sua capacidade de acessar e coletar informações vitais para ajudar na prestação de serviços. O fato de ela ter as ferramentas para publicar seu vídeo por conta própria fez dela mais do que apenas uma testemunha. Mas sem testemunhas como Frazier, que estavam dispostas a falar contra o sistema, o jornalismo investigativo (especialmente no nível local) sempre teria sido quase impossível. (2021, s/p., tradução nossa)<sup>50</sup>

### 3.4 O impacto da recirculação no fazer jornalístico

O ato de comentar e replicar informações nas redes é chamado de recirculação por Zago (2011), sendo uma subetapa da circulação, que ocorre após o consumo, quando o usuário utiliza “espaços sociais diversos da internet e contribuindo para divulgar não só o link das notícias, mas sua opinião sobre o ocorrido” (ZAGO, 2011, p. 63). Assim, segundo a autora, uma informação pode recircular “a partir da apropriação e ressignificação de seu conteúdo nas mãos dos interagentes” (2013, p. 230). De acordo com Recuero, há duas relações entre jornalismo e redes sociais na internet que são diretamente ligadas à circulação, ou melhor, à recirculação de informações. Segundo a autora, os interagentes podem atuar como filtros e reverberadores de informação. O primeiro caso, a filtragem de informações, ocorre quando os usuários coletam e republicam as informações de veículos jornalísticos ou mesmo da rede social e a republicam (RECUERO, 2009b, p. 9), sendo a forma mais comum de difusão de informações. Ao repassar a informação postada por um perfil de uma organização jornalística, os usuários estão, segundo Recuero, dando credibilidade a esse veículo.

O segundo caso, reverberação, caracteriza-se quando os sites das redes sociais são usados como espaços de discussão de informações, a partir de menções ou comentários. A reverberação, conforme a autora:

---

<sup>50</sup> MCFADDEN, Syreeta. What giving a Pulitzer Prize for filming George Floyd's murder to Darnella Frazier really means. NBC News. 14/06/2021. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/think/opinion/what-giving-pulitzer-prize-filming-george-floyd-s-murder-darnella-ncna1270778>. Acesso em: 23 jun. 2021.

Está relacionada também com o fato de que as redes sociais são espaços de circulação de informações. Com isso, tornam-se também espaços de discussão dessas informações, onde as notícias, por exemplo, são reverberadas [...] Com isso, a ferramenta permite não apenas a difusão das informações, mas igualmente o debate em cima das mesmas (RECUERO, 2009b, p. 9-10).

Deve-se levar em conta, no entanto, que atualmente, com a influência dos algoritmos, a capacidade de reverberação passa por parâmetros que não estão no controle dos veículos ou dos interagentes, mas das próprias plataformas de redes sociais. A partir das definições de Recuero, Zago (2011) categorizou as ações participativas de recirculação de informação no Twitter como filtro e comentário: o primeiro acontece quando o usuário reproduz o conteúdo do veículo, com ou sem alterações, e/ou direciona o leitor para a matéria original, através de links, e o segundo, quando há uma manifestação pública de opinião sobre um acontecimento ou sobre a situação do mesmo.

O fato de o programa Em Pauta, da GloboNews, no dia 3 de junho de 2020 ter feito uma grande mudança no seu enquadramento sobre a abordagem do assunto daquele momento – toda a problemática racial trazida à tona pelos protestos contra a morte violenta de George Floyd – a partir do comentário de dois telespectadores no Twitter exemplifica como esse processo tornou mais complexo o próprio fazer jornalístico e o processo de *gatewatching*. Assim, as relações entre redações, suas reportagens e as pessoas impactadas pela cobertura têm se tornado um processo de retroalimentação. O movimento *Black Lives Matter*, por se tratar de um movimento que arregimentou boa parte da sociedade em torno dos direitos civis, exigiu uma cobertura jornalística mais cuidadosa e menos superficial.

#### 4 CASE BANCADA NEGRA DO GLOBONEWS EM PAUTA

Dentre as muitas marcas que o ano de 2020 deixará na sociedade, uma delas ao menos tem implicações positivas. As pautas ligadas a questões raciais entraram definitivamente na agenda da mídia no Brasil. Ao se revelar como um componente estrutural e, como tal, intrinsecamente ligado ao sistema capitalista, que viveu o agravamento de uma tripla crise, sanitária, econômica e política, o racismo tem sofrido um recrudescimento. Soma-se a isso o fato de que no contexto político tanto os Estados Unidos quanto o Brasil têm, com Trump (quando ainda estava no poder) e Bolsonaro, governos de extrema-direita, os quais, além de intrinsecamente racistas, apostam na combinação de ruas deflagradas e violência policial como motriz de desestabilização do sistema e de enfraquecimento do Estado de Direito.

Não por acaso, uma situação de violência policial contra um homem negro deflagrou reações e protestos de grandes proporções exigindo uma nova abordagem na cobertura por parte da mídia. Em 25 de maio de 2020, George Floyd, um americano negro de 46 anos, foi sufocado por um policial branco, que se ajoelhou sobre seu pescoço por mais de 8 minutos, em Minneapolis, nos Estados Unidos. Capturada em vídeo por uma testemunha, a imagem do policial com o joelho sobre o pescoço da vítima, que, deitada na rua e imobilizada, dizia “não consigo respirar”, foi o estopim da onda de indignação que tomou o país e provocou manifestações em mais de 75 cidades na maior onda de protestos desde 1968, após o assassinato do líder de direitos civis Martin Luther King Jr. Em mais de 40 delas, as autoridades decretaram toque de recolher. A Guarda Nacional foi acionada com 16 mil soldados despachados para 24 estados, além da capital, Washington. Deflagradas pelo movimento *Black Lives Matter*, além da proporção, as manifestações também foram inéditas pelo fato de terem arregimentado pessoas brancas, em especial jovens, que mesmo em meio à pandemia da Covid-19 saíram às ruas diariamente por quase duas semanas. O movimento teve alcance mundial, e diversas capitais em diferentes continentes também assistiram a manifestações que pediam o fim da violência policial contra a população negra.

Neste quarto e último capítulo, a investigação será sobre o contexto que levou à decisão do programa GloboNews Em Pauta de convocar uma bancada totalmente formada por jornalistas negros na semana seguinte ao assassinato de George Floyd, ainda sob efeito da dimensão inédita



dos protestos que se seguiram após sua morte. Como parte dessa pesquisa, há uma análise das matérias publicadas na imprensa dada sua alta repercussão. Em seguida, são detalhadas as entrevistas feitas com profissionais envolvidas no episódio e com a direção de jornalismo do Grupo Globo sobre representatividade, posicionamento editorial em relação a questões raciais e a cobertura editorial em relação ao tema.

A maneira como as manifestações contra a morte de George Floyd foram retratadas pela mídia é central para analisar o ponto de virada que ilustra a transformação ocorrida na cobertura sobre a pauta racial por parte do programa GloboNews Em Pauta. Nos dias que se seguiram aos protestos contra a morte de Floyd, uma edição do programa tinha, como de hábito, a bancada de comentaristas formada inteiramente por jornalistas brancos. No entanto, duas postagens de telespectadores no Twitter críticas ao programa ganharam forte repercussão e rapidamente viralizaram. No dia 2 de junho, o tuíte de Irlan Simões (@irlansimoes) dizia “Rapaziada... O assunto é racismo” com a foto da bancada formada por seis jornalistas brancos e brancas. E seguia dizendo que não era apenas sobre convidar alguém negro, mas de lançar mão de profissionais que já estavam no quadro da emissora. Mais de 23 mil pessoas interagiram com a publicação. Em outra postagem no Twitter, dessa vez do advogado Joel Luiz (@joel Luiz\_adv), a chamada era “A pauta é racismo no Brasil. A pauta é racismo no Brasil”, com a mesma foto. A publicação teve mais de 140 mil interações.

**Figura 2 – Post do telespectador Irlan Simões**



Fonte: captura de tela feita pela autora do Em Pauta do dia 03/06/2020

No programa do dia 3 de junho de 2020, o apresentador do Em Pauta, Marcelo Cosme, abriu a edição fazendo uma autocrítica inédita para um telejornal brasileiro ao reconhecer que havia algo de errado em um programa jornalístico que coloca um time de brancos para discutir o racismo do qual os negros são vítimas.

*“No Em Pauta de ontem, os jornalistas que dividiram comigo a cobertura, de alto nível, eram todos brancos. Eu estaria mentindo se eu dissesse que foi um acidente. A Globo tem a diversidade como um valor e se orgulha dos profissionais negros que tem, em frente às câmeras e por trás delas, profissionais de altíssimo nível, que comandam, alguns, a apresentação de telejornais aqui na GloboNews e na TV Globo, e continuará buscando ampliar essa diversidade. Mas, por razões históricas e estruturais de nossa sociedade, também na Globo os colegas negros ainda não são tantos quanto desejado.”*

Antes de dizer essas palavras, Cosme não se esquivou de mostrar na própria tela o comentário em tom crítico do telespectador nas redes sociais. “Nós entendemos o recado”, disse ele. Após essa introdução, o jornalista “cedeu” seu lugar a Heraldo Pereira, apresentador do Jornal das Dez, que passou a apresentar a bancada composta totalmente por comentaristas negras: Maria Julia Coutinho, que então era apresentadora do Jornal Hoje; Aline Midlej, à época apresentadora do Edição das Dez da Manhã da Globonews; Flávia Oliveira, comentarista de Economia; Lilian Ribeiro, repórter e apresentadora da GloboNews; e Zileide Silva, repórter em Brasília e ex-correspondente da Globo em Nova York.

**Figura 3 – Painel composto pelos seis jornalistas negros**



Fonte: captura de tela feita pela autora do Em Pauta do dia 03/06/2020

O GloboNews Em Pauta estreou no dia 16 de agosto de 2010 como uma aposta da emissora na faixa das 20h às 22h<sup>51</sup>. No ano anterior, o então diretor do canal, Luiz Cláudio Latgé, quis testar um programa jornalístico que pudesse entrar no ar no horário eleitoral do ano seguinte. Índices de audiência mostravam que muitas pessoas mudavam para a GloboNews para não assistir às propagandas do horário eleitoral gratuito, conteúdo obrigatório na TV aberta. Após meses de estudo, desenhou-se o Em Pauta. Latgé chamou para apresentá-lo o jornalista Sérgio Aguiar, que estava desde 1996 na bancada dos telejornais Em Cima da Hora.

Desde o início, o formato do Em Pauta consistia em um apresentador, no Rio, que chamava comentaristas em São Paulo, Brasília e Nova York, discutindo três assuntos do dia. Um entrevistado no estúdio também participava da edição. A ideia de Latgé era aproveitar melhor a ligação via satélite com essas cidades, que, em sua opinião, era subutilizada. Na fase inicial do programa, os comentaristas não interagiam entre si, barreira quebrada com a evolução das

---

<sup>51</sup> Fonte: Memória Globo. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/globonews/em-pauta/historia/#:~:text=O%20GloboNews%20Em%20Pauta%20estreou.com%20Sergio%20Aguiar%20na%20apresenta%C3%A7%C3%A3o> . Acesso em: 05 fev. 2022.

tecnologias de comunicação, implementadas em poucos anos. Em 2019, Sérgio Aguiar foi substituído pelo jornalista Marcelo Cosme como âncora do programa.

#### **4.1 “Rapaziada... O assunto é racismo”**

Ao assistir os relatos das comentaristas e do próprio apresentador ao longo do programa do dia 3 de junho, fica claro que há um cruzamento de experiências que se referem muito mais a preconceito e discriminação racial do que ao racismo em si. Como já mencionado no capítulo 1, preconceito, discriminação e racismo são temas relacionados, mas não sinônimos. O preconceito racial envolve o julgamento ou a internalização de imagens que as pessoas alimentam a respeito umas das outras, com base em atributos raciais. Implica tecer juízos de valor apriorísticos, como considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avarentos ou orientais “naturalmente” preparados para as ciências exatas. Discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado e desigual a pessoas ou grupos em razão das suas origens, pertencas ou aparências raciais. Isso ocorre, por exemplo, quando países proíbem a entrada de negros, judeus, muçulmanos ou pessoas de origem árabe, quando lojas se recusam a atender pessoas de determinado grupo e mesmo quando bares, restaurantes e hotéis conferem tratamento diferenciado aos clientes conforme sua aparência e origem racial. Se o preconceito opera no plano do pensamento, por meio de ideias estereotipadas, a discriminação se caracteriza pela ação – excluir, preterir, marginalizar (ALMEIDA, 2018).

Já o racismo, como assevera Almeida, é definido por seu caráter sistêmico. Consiste em “um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais, se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas” (ALMEIDA, 2019, p. 37). O racismo é estrutural e, a rigor, se difere do preconceito racial e da discriminação racial. Porém, o racismo não se restringe a comportamentos preconceituosos ou atos discriminatórios de indivíduos ou grupos. Antes, diz respeito a uma estrutura social (relações políticas, econômicas, jurídicas, institucionais e até familiares) fundada em uma dinâmica que confere desvantagens e privilégios com base na ideia de raça.

A decisão editorial do programa Em Pauta é emblemática sobretudo por jogar luz a essas questões raciais, marcando um processo de ruptura da narrativa até então vigente na cobertura desses temas por parte do jornalismo brasileiro, como explorado no capítulo 2. No contexto global,

a campanha *Black Lives Matter*, criada nos Estados Unidos em 2014, com origem na comunidade afro-americana para chamar atenção sobre a violência direcionada às pessoas negras, impulsionou a construção de um conjunto de circunstâncias que culminaram no escancaramento da questão racial como um tema urgente e histórico. Nos Estados Unidos, de forma muito mais contundente do que aqui, o movimento gerado pela morte de George Floyd funcionou como um rastilho de pólvora em muitas redações. Na Filadélfia, o editor-executivo do jornal *The Philadelphia Inquirer* deixou o cargo depois de fazer uma zombaria infame com o Black Lives Matter, ao publicar uma manchete na qual se lia “Edifícios também importam”<sup>52</sup>. A redação do *Washington Post* entregou à direção do jornal um documento assinado por 454 empregados em que pediam a adoção de políticas contra a discriminação e a desigualdade na hora de contratar e promover e também a atualização do manual de redação para adequar o vocabulário usado em reportagens que tratam de raça e gênero<sup>53</sup>.

Na Condé Nast, que publica títulos como *Vogue*, *Vanity Fair* e *The New Yorker*, jornalistas passaram a reclamar publicamente do racismo dentro da empresa. O barulho cresceu a tal ponto que a diretora editorial do grupo, Anna Wintour, que há décadas responde pela *Vogue*, a marca mais elitista da empresa, teve que reconhecer “erros” ao “publicar imagens e histórias” que podem ter sido “dolorosas ou intolerantes” para os negros<sup>54</sup>. A redação do *New York Times* reagiu quando o editor de Opinião do jornal, James Bennet, publicou – sem ter lido previamente – o artigo de um senador republicano propondo convocar os militares para reprimir as manifestações contra o assassinato de Floyd. Os jornalistas reagiram de modo estratégico: deslocaram a questão do campo racial para o da segurança no trabalho, informando a direção do jornal que o artigo do senador colocava em perigo a vida dos próprios jornalistas do *New York Times*, sobretudo os negros. O

---

<sup>52</sup> 'Buildings matter': Philadelphia newspaper editor resigns after headline sparks uproar. *The Guardian*. 6 jun. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/media/2020/jun/06/philadelphia-inquirer-editor-resigns-buildings-matter-too>. Acesso em: 23 ago. 2020.

<sup>53</sup> BEAJUN, Andrew. Washington Post Unveils Suite of Initiatives to “Build a Stronger Culture of Diversity and Equity”. *Washingtonian*. 18 jun. 2020. Disponível em: <https://www.washingtonian.com/2020/06/18/washington-post-unveils-suite-of-initiatives-to-build-a-stronger-culture-of-diversity-and-equity/>. Acesso em: 23 ago. 2020.

<sup>54</sup> KOUL, Scaachi. Anna Wintour Isn't Going To Cancel Herself. *BuzzfeedNews*. 12 jun. 2020. Disponível em: <https://www.buzzfeednews.com/article/scaachikoul/anna-wintour-apology-vogue-conde-nast-racism>. Acesso em: 23 ago. 2020.

artigo, mantido no site do jornal, recebeu uma nota de esclarecimento. O editor de Opinião deixou o cargo<sup>55</sup>.

As redações nos Estados Unidos ficaram em ebulição porque se abriram, ainda que parcialmente, aos repórteres negros que passaram a desafiar o acordo tácito feito pela imprensa local de silenciar sobre o racismo. Há alguns anos, a geração forjada nas recentes coberturas de morte de negros por violência policial incorporou à discussão questões que repórteres brancos não conseguem ou não se interessam em trazer à tona, pelo menos não com a devida ênfase. São elas: o racismo que pauta a brutalidade policial, as mentiras racistas ditas por autoridades públicas e a adoção de regras inconstitucionais para sufocar manifestações antirracistas. Exercem assim seu lugar de fala (RIBEIRO, 2019) e reivindicam que a imprensa jogue fora os eufemismos de imparcialidade e chame as coisas pelo nome: racismo, mentira, violência.

É necessário salientar que se trata também de uma disputa de narrativas. A pretensa objetividade da imprensa foi fundada sobre o racismo e sua normalização como práticas hegemônicas. Os desafios atuais trazidos pelos fatos relevantes de 2020 nos alertam sobre a necessidade de abertura à diversidade e multiplicidade das práticas sociais em contraponto à credibilidade exclusivista das convenções até aqui praticadas (SOUZA, 2008) que vem se desgastando a cada dia.

#### **4.2 E quando o assunto não é racismo?**

Se por um lado o GloboNews Em Pauta do dia 3 de junho quebrou um paradigma ao convocar uma bancada formada totalmente por jornalistas negros, por outro, incorreu na mesma lógica vigente no jornalismo brasileiro de colocar as pessoas negras como “especialistas” apenas no tema racismo, como se não fossem capazes de falar e de serem fontes para outros assuntos. A ausência de negros é, ao lado da reprodução de estereótipos, uma forma também de inviabilizar a diferença, apagá-la. Há o “trabalho do silêncio” (ORLANDI, 1997), que se produz pela não presença de negros nas produções audiovisuais, no jornalismo, nas posições de poder. Ausência essa que é, em alguma medida, deliberada, visto que seguimos vivendo no regime da

---

<sup>55</sup> TRACY, Mark. James Bennet Resigns as New York Times Opinion Editor. *New York Times*. 7 Jun. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/06/07/business/media/james-bennet-resigns-nytimes-op-ed.html> . Acesso em: 23 ago. 2020.

normatividade branca, da branquitude como padrão. Dessa forma, o negro é ausentado, já que sua cor marca uma presença que produz estranhamentos dentro dessa normatividade branca.

No jornalismo, são raros os casos de especialistas negros entrevistados em matérias de economia e política. A lógica dos comentaristas segue sendo a da meritocracia: escrevem sobre um tema ou respondem sobre determinadas questões apenas aqueles que alcançaram um nível de elevada qualidade “técnica” ou “intelectual” – nada mais conveniente para uma sociedade que sempre alijou seus negros do acesso a essa suposta qualificação. Em entrevista ao UOL, o professor Dennis Oliveira destaca o fato de o jornalismo brasileiro viver em uma “bolha de fontes”:

Os jornalistas, a maioria brancos, vivem determinados circuitos de relacionamento, em geral, próximos a estas instâncias de poder e reproduzem isto na escolha das suas fontes. [...] Há fontes negras com competência para discutir qualquer tema: política, economia, esportes, ciência. Mas o racismo brasileiro estabelece lugares fechados de concessão de fala a negras e negros. Antes os únicos espaços concedidos eram os de atividades lúdicas (música e futebol). Agora, acrescentaram também o tema do racismo.<sup>56</sup> (OLIVEIRA, 2020, s/p.).

Essa análise se constata também nas matérias de cotidiano, que pautam família, educação, transporte, saúde, moradia etc., onde quase nunca os negros são personagens das situações ordinárias. Contraditoriamente, estão sempre estampando os cadernos policiais e as imagens deletérias dos programas policiais que promovem autoritarismo na TV, associando violência, pobreza e negritude. E assim a repetição do estereótipo vai negando a articulação da ideia de raça como elemento cultural, histórico, identitário, permitindo que esta apareça tão somente em sua fixidez como racismo (BHABBA, 2007).

### **4.3 Repercussão na mídia: amplificando o debate**

Uma importante fonte de dados da pesquisa foi a análise quantitativa das matérias publicadas na imprensa repercutindo o ineditismo da decisão editorial do programa GloboNews Em Pauta exibido no dia 3 de junho de 2020. A coleta de dados se deu por meio do monitoramento

---

<sup>56</sup> DIAS, Guilherme Soares. "Imprensa tem dificuldade de reconhecer seu racismo", diz professor da USP. UOL Ecoa. 10 ago, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/08/18/imprensa-tem-dificuldade-de-reconhecer-seu-racismo-diz-professor-da-usp.htm>. Acesso em 23 fev. 2021.

através de *clipping* de citações em notícias e reportagens, técnica utilizada nas assessorias de imprensa para mensurar os resultados. O levantamento não contemplou matérias veiculadas em mídia eletrônica (TV e rádio) e reuniu 129 publicações sobre o assunto no mês de junho de 2020. Foram observados fatores que serão analisados sob a perspectiva crítica das teorias e conceitos, utilizando-se a análise de conteúdo sugerida por Bardin (1977). Houve uma categorização desse material após seleção do mesmo e leitura flutuante, na qual se identificou palavras-chave que mais se repetem nas matérias publicadas. São elas, por ordem de citação:

1. Racismo
2. Jornalistas negros
3. Globo Repórter
4. Gloria Maria
5. Ineditismo
6. Representatividade
7. Polêmica
8. Questão racial
9. Momento histórico
10. Movimento antirracista
11. Mulheres negras
12. Bancada negra
13. Autocrítica

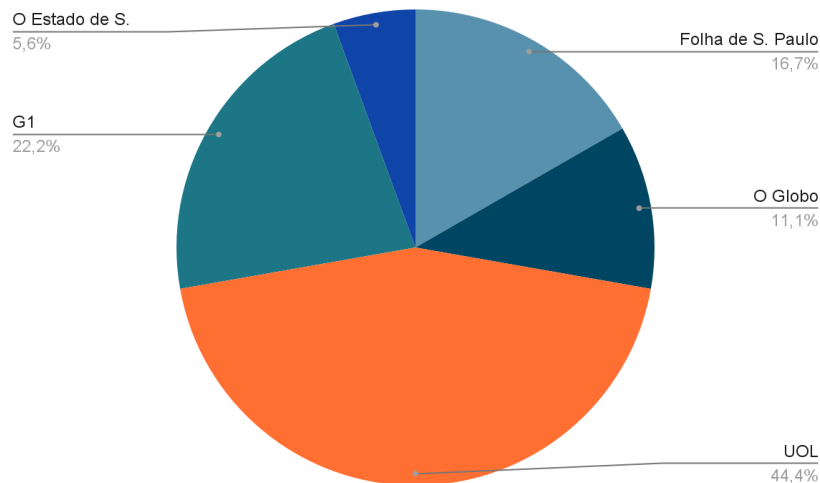
Com base nessas palavras-chave, após leitura, análise e filtro das matérias, foram definidas cinco categorias: atenção dos grandes veículos; reexibição no Globo Repórter; a pioneira Gloria Maria; resposta à polêmica da falta de representatividade; e análises mais aprofundadas sobre mídia e questões raciais.



#### 4.3.1 Atenção dos grandes veículos

A análise de *clipping* estabelece graus de relevância para o perfil dos veículos nos quais são publicadas notícias e reportagens sobre assuntos/temas pesquisados, classificando-os em *Tier 1*, *Tier 2* e *Tier 3*, a partir de uma hierarquia de importância das publicações. No caso desta pesquisa, o critério dessa atribuição foi o de relevância dos veículos que publicaram matérias sobre o programa *Em Pauta* com a inédita bancada negra. Dessa forma, o *Tier 1* engloba os principais veículos de massa, como portais, canais abertos de TV, rádio e jornais de grande circulação. O *Tier 2* costuma englobar veículos de menor audiência, mas ainda sim relevantes, como sites e revistas segmentadas. O *Tier 3* reúne publicações pequenas, blogs e outros registros online que não têm grande impacto, dado suas audiências específicas e muitas vezes regionais. O assunto da decisão da Globonews foi alvo de 18 matérias em veículos do *Tier 1*.

**Figura 4 – Distribuição das matérias no Tier 1**



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

O UOL, com oito matérias sobre o tema, e o G1, com quatro, e Folha de S. Paulo, com três, destacam-se dentre os veículos do *Tier 1*, indo além do factual, trazendo análises de colunistas sobre o tema, seguidas por O Globo, com duas matérias, e O Estado de S. Paulo, com uma matéria. Algumas dessas matérias foram publicadas ainda na noite do próprio dia 3, poucas horas após o programa *Em Pauta* ir ao ar, devido à forte repercussão da decisão nas redes sociais.

Na Folha de S. Paulo, o destaque fica para o texto da então ombudsman Flávia Lima<sup>57</sup>, publicado em 7 de junho de 2020, onde destacou que apenas naquela semana a morte de George Floyd “fez muito mais pelo debate na imprensa brasileira acerca do racismo do que ela mesma se dispôs a fazer em décadas”. A jornalista, a primeira negra a ocupar esse cargo no jornal, ao citar o episódio da GloboNews, elencou o esforço de alguns outros veículos em retratar os atos para além de uma cobertura episódica, buscando análises e fontes e especialistas negros e negras.

Se vermos mudanças mais profundas nas redações, ainda é muito cedo para dizer. Mas deveria estar claro o quão importante é termos profissionais com experiências distintas participando de todas as etapas da produção jornalística e falando também de política, economia, saúde e segurança pública [...] É certo que razões históricas e estruturais nos trouxeram ao lugar em que estamos, mas elas têm sido descortinadas já há algum tempo e, portanto, não podem ser usadas eternamente como justificativa para o imobilismo da mídia. (LIMA, 2020, p. 9)

**Figura 5 – Quadro com matérias no Tier 1**

	Títulos	Veículos	Data
1	Globonews faz auto crítica inédita sobre brancos discutindo racismo e escala só negros para o Em Pauta	Folha de S. Paulo	03/06/20
2	Após polêmica, Globonews escala profissionais negros para debater racismo no Em Pauta	Folha de S. Paulo	03/06/20
3	Sim, somos racistas	Folha de S. Paulo	07/06/20
4	Jornalistas negros debatem questão racial em programa histórico na Globonews	O Globo	04/06/20
5	Edição do Em Pauta só com jornalistas negros repercute nas redes	O Globo	04/06/20
6	Globo Repórter reexibirá Em Pauta com jornalistas negros	Estadão	04/06/20
7	Jornalistas debatem racismo no Em Pauta	G1	03/06/20
8	Globo Repórter especial debate o racismo com Gloria Maria e time de jornalistas	G1	04/06/20
9	Glória Maria: ‘Racismo é algo que vivi desde sempre e a gente vai apreendendo a se defender’	G1	05/06/20
10	Um debate sobre racismo com Gloria Maria e mais jornalistas da Globo: assista ao programa	G1	06/06/20
11	Globo Repórter exhibe edição sobre racismo do Em Pauta da Globonews	UOL	04/06/20
12	GloboNews escala jornalistas negros para debater racismo após críticas	UOL	03/06/20
13	Globonews ouviu o recado e escala jornalistas negros para debater racismo	UOL	03/06/20
14	Paulo Gustavo, Djamila e jornalistas negros: um dia para ficar na memória	UOL	06/06/20
15	Com Gloria Maria, Globo Repórter terá reprise de edição histórica	UOL	04/06/20
16	Tomara que minhas filhas não precisem viver o que o negro vive hoje, diz Gloria Maria	UOL	05/06/20
17	Gloria Maria lembra quando gerente de hotel a barrou por ser negra	UOL	05/06/20
18	Maju, Flavia e Aline celebram representatividade com Wakanda Forever	UOL	11/06/20

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

<sup>57</sup> LIMA Flávia. Sim, somos racistas. Folha de São Paulo. 07/06/2020. Ombudsman. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2020/06/sim-somos-racistas.shtml> Acesso em: 15 fev. 2021.

No mesmo dia em que a GloboNews virou alvo de cobranças pelo programa essencialmente branco, a CNN Brasil foi questionada ao vivo pela jornalista e ex-consulesa da França no Brasil, Alexandra Loras, por ter escalado o jornalista e apresentador William Waack para comentar sobre os protestos antirracistas nos Estados Unidos. Em 2017, o apresentador acabou demitido da GloboNews e da TV Globo após vazamento de um áudio em que proferia comentários racistas<sup>58</sup>. No ano seguinte, em artigo publicado na Folha de S. Paulo, ele pediu desculpas pelo que chamou de “gracejo circunstanciado” e afirmou não ser racista. No texto, Waack também afirmava que as empresas de mídia se tornaram “refêns das redes mobilizadas, parte delas alinhadas com o que ‘donos’ de outras agendas políticas definem como ‘correto’”<sup>59</sup>. “Hoje vejo o William Waack, mandado embora por um episódio de racismo, debater tanto tempo sobre racismo... A CNN e toda mídia brasileira têm o poder de convidar acadêmicos negros para conversar sobre essa temática [racial]”, criticou Loras no programa CNN 360°.<sup>60</sup>

Essa situação esteve presente em boa parte das matérias, devido ao perfil mais analítico dos veículos do *Tier 2* que publicaram matérias sobre o programa Em Pauta. No total, foram 21 matérias nos seguintes veículos: Exame, El País, Hypheness, Metrôpoles, Revista Fórum, Catraca Livre, BuzzFeed, Terra, Diário do Centro do Mundo, Brasil 247 e IstoÉ, Correio Braziliense e Carta Capital.

As 90 matérias restantes se concentram no chamado *Tier 3*, onde estão agrupados blogs e sites regionais, que individualmente têm menor alcance, mas pela pulverização e capilaridade angariam uma abrangência, embora fragmentada, representativa (ver Apêndice 1).

---

<sup>58</sup> William Waack deixa Globo após caso de racismo. *F5*. 22 dez. 2017. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2017/12/globo-demite-william-waack-apos-caso-de-racismo.shtml>. Acesso em: 06 fev. 2022.

<sup>59</sup> WAACK, William. Não sou racista, minha obra prova. *Folha de S. Paulo*. 14 jan. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2018/01/1950180-nao-sou-racista-minha-obra-prova.shtml>. Acesso em: 06 fev. 2022.

<sup>60</sup> Alexandra Loras detona William Waack ao vivo no CNN 360° pela cobertura de protestos nos EUA. YouTube. Canal Márcio Medeiros. 3 jun. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5QZEbqG7h2I>. Acesso em: 06 fev. 2022.

**Figura 6 – Quadro com matérias no Tier 2**

	Títulos	Veículos	Data
1	GloboNews corrige erro e jornalistas negros emocionam em debate sobre racismo	Yahoo	04/06/20
2	Após críticas, Globonews coloca jornalistas negros para debater racismo	Metrópoles	03/06/20
3	Globonews vai ao ar com todos os jornalistas negros pela primeira vez	Catraca Livre	03/06/20
4	Globonews escala só jornalistas negros em programa após críticas por representatividade	Hypeness	04/06/20
5	Após críticas, Globonews põe negros para falar sobre racismo	Brasil 247	03/06/20
6	Globo Repórter exibirá Em Pauta com jornalistas negros	Terra	04/06/20
7	Vidas negras (dos EUA) importam. GloboNews e CNN na cobertura do racismo	Diário do Centro do Mundo	04/06/20
8	<u>Miriam Leitão se emociona ao falar da bancada negra na Globonews: “Confesso que chorei”</u>	Revista Forum	04/06/20
9	Estes jornalistas negros não começaram a fazer história	BuzzFeed	04/06/20
10	Vidas negras importam chacoalha parcela de brasileiros entorpecida pela rotina racista	El Pais	06/06/20
11	Globo Repórter exibirá Em Pauta com jornalistas negros	IstoÉ	04/06/20
12	GloboNews corrige erro e jornalistas negros emocionam em debate sobre racismo	Yahoo	04/06/20
13	No Globo Repórter, Glória Maria conta quando sofreu racismo em hotel	Catraca Livre	08/06/20
14	Em reedição de programa, Gloria Maria desabafa quem nasce negro sabe muito bem o que sano obstáculos	Meia Hora	06/06/20
15	Gloria Maria lembra de discriminação e fala sobre racismo no Globo Repórter	Metrópoles	06/06/20
16	Gloria Maria se emociona ao falar sobre racismo: Vive desde sempre	Caras	06/06/20
17	Gloria Maria se emociona ao falar sobre racismo: Vive desde sempre	Ana Maria	06/06/20
18	Globo Repórter desta sexta reexibe edição do Em Pauta da Globonews sobre racismo	Sero Hora	05/06/20
19	Apresentadora engajada	Exame	18/06/20
20	Artigo: Jornalismo e cobertura policial	Correio Braziliense	20/06/20
21	Emissoras de TV seguem silenciando as vozes negras sobre racismo	Carta Capital	24/06/20

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

#### 4.3.2 Reexibição no Globo Repórter

No calor diário da comoção provocada pela escalada dos protestos contra a morte de George Floyd e devido à forte repercussão da exibição do programa Em Pauta na quarta-feira 3 de junho, a direção de jornalismo do Grupo Globo decidiu ainda no final daquela noite reprisar a edição histórica no Globo Repórter, exibido há 47 anos pela TV Globo, que iria ao ar na sexta-feira, dia 5. Ao fazer isso, amplificou exponencialmente o debate em torno das questões raciais que a edição trouxe, pois rompeu a barreira do público mais restrito que assiste aos canais de TV fechada, em especial os de notícias, para escancarar a pauta no programa de maior audiência da

principal faixa da linha de shows da Globo. Ao fazer isso, a maior emissora de TV do país não só ampliou a resposta para a crise que originou a mudança no GloboNews Em Pauta como também atingiu um público que não necessariamente tinha sido alcançado pelas denúncias na internet daquela semana. O que se tem a partir daqui são dois públicos: o que cobra que a emissora seja antirracista e lê nessa resposta uma mensagem; e o público que nem fazia ideia da polêmica que aconteceu no decorrer daquela semana – e não necessariamente prestou atenção na introdução do programa, e enxergou a iniciativa como inovadora e histórica da empresa. Afinal, o programa passou a ser um especial sobre o assunto mais quente daquela semana: a pauta racial.

Ao entrar no terceiro mês de isolamento social e, mesmo com a então recente estreia da concorrente CNN Brasil, a GloboNews viria a comemorar o melhor mês de junho de sua história em audiência, com crescimento de 58% na comparação com o mesmo período de 2019<sup>61</sup>, com uma média de 0,798 pontos. Cada ponto na medição da TV paga na Grande São Paulo equivale a cerca de 28 mil domicílios (84 mil indivíduos, em média)<sup>62</sup>. Mesmo com esse desempenho acima da média provocado pela mudança de hábito no consumo de notícias provocado pela pandemia, quando comparado com a audiência do Globo Repórter, fica evidente a diferença da dimensão de audiências alcançadas pelos programas Em Pauta e Globo Repórter. De acordo com os dados da Kantar Ibope, na Grande São Paulo<sup>63</sup>, a atração consolidou 25,4 pontos de média de audiência ao longo do mês de junho de 2020. Na TV aberta, cada ponto de audiência representará 74.666 domicílios (205.755 indivíduos)<sup>64</sup>.

Essa maior exposição que a edição histórica alcançou quando foi catapultada pelo Globo Repórter se refletiu também nas notícias publicadas pela imprensa sobre a decisão. Das 129 matérias publicadas sobre o assunto no mês de junho de 2020, 33 (ou 26%) traziam como destaque no título a reprise do Globo Repórter do programa Em Pauta levado ao ar dois dias antes, reproduzindo o comunicado oficial emitido pela área de comunicação do Grupo Globo sobre a

---

<sup>61</sup> GloboNews conquista melhor mês de junho de sua história. *PropMark*. 2 jul.2020. Disponível em: <https://propmark.com.br/globonews-conquista-melhor-mes-de-junho-de-sua-historia/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

<sup>62</sup> Saiba quanto vai valer um ponto do Ibope vale a partir de 1º de janeiro de 2021. *Notícias da TV*. 31 dez. 2020. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/saiba-quanto-um-ponto-no-ibope-vai-valer-partir-de-1-de-janeiro-de-2021-48706>. Acesso em: 05 fev. 2022.

<sup>63</sup> Globo Repórter tem melhor audiência nos últimos 40 dias. *Na Telinha*. 3 ago 2020. Disponível em: <https://natelinha.uol.com.br/televisao/2020/08/03/globo-reporter-tem-melhor-audiencia-dos-ultimos-40-dias-148825.php> Acesso em: 05 fev. 2022.

<sup>64</sup> Kantar Ibope atualiza ponto de audiência para 2022. *Meio & Mensagem*. 3 jan. 2022. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2022/01/03/kantar-ibope-atualiza-ponto-de-audiencia-para-2022.html> Acesso em: 05 fev. 2022.

decisão em notas curtas. Nenhuma continha análise mais aprofundada sobre as motivações da decisão. Um exemplo é trecho da matéria publicada pelo Diário do Grande ABC:

Segundo comunicado divulgado pela emissora nesta quinta-feira, 4, a ideia é "ampliar o alcance do debate sobre racismo exibido ontem na Globo News". O programa discutiu as manifestações decorrentes do assassinato de George Floyd por um policial e a questão racial brasileira. "O debate será exibido na íntegra, apenas sem as reportagens ao vivo dos repórteres nas ruas dos Estados Unidos", informa a nota. Haverá uma introdução ao tema por Sandra Annenberg e a participação especial de Gloria Maria.<sup>65</sup>

#### 4.3.3 A pioneira Gloria Maria

Outro fator que fez com que a reprise do Em Pauta no Globo Repórter ganhasse ainda mais força, além da sua própria audiência potencializada, é o fato de ter como uma de suas apresentadoras Gloria Maria, primeira jornalista negra do telejornalismo brasileiro, que estreou na própria TV Globo, no início da década de 1970. A apresentadora estava afastada da atração desde novembro de 2019, quando precisou passar por uma cirurgia para a retirada de um tumor no cérebro<sup>66</sup>, mas, devido à importância do tema, fez questão de participar daquela edição. Diretamente de sua casa, Gloria abriu o Globo Repórter visivelmente comovida.

*“Vocês vão ver um debate esclarecedor e também emocionante, porque foi feito com coração, com verdade. Eu não pude participar porque ainda estou me recuperando de um tratamento de saúde, como todo mundo sabe, um tratamento difícil, mas eu superei. Quem nasce orgulhosamente negro, sabe muito bem o que são obstáculos. Então, como é que eu poderia ficar de fora desse momento tão especial do Globo Repórter? Como não apresentar essa conversa tão aberta e reveladora dos meus colegas? Vocês vão ver que tudo começa com uma pergunta: ‘como é a experiência dos meus amigos com o racismo no Brasil?’”*, introduziu a jornalista, ao contar um episódio onde foi vítima de racismo por um gerente de hotel.

---

<sup>65</sup> Globo Repórter exibirá Em Pauta com jornalistas negros. *Diário do Grande ABC*. 4 jun. 2020. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/3440498/globo-reporter-exibira-em-pauta-com-jornalistas-negros>. Acesso em 05 fev. 2022.

<sup>66</sup> Gloria Maria fala sobre seu quadro de saúde após cirurgia no cérebro. *Estadão*. 28 nov. 2019. Disponível em: <https://emais.estadao.com.br/noticias/gente,gloria-maria-fala-sobre-seu-quadro-de-saude-apos-cirurgia-no-cerebro,70003106411>. Acesso em: 05 fev. 2022.

A jornalista foi a primeira mulher negra do país que usou a Lei Afonso Arinos, que punia o racismo como contravenção. *“Eu tenho orgulho de ter sido a primeira pessoa no Brasil a usar a Lei Afonso Arinos, que punia o racismo não como crime, mas como contravenção [penal]. Fui barrada em um hotel por um gerente que disse que negro não podia entrar. Chamei a polícia e levei esse gerente aos tribunais. Ele foi expulso do Brasil”*, contou. Na sequência, Gloria Maria citou as filhas e relatou uma pergunta feita por elas envolvendo George Floyd. *“O difícil para mim agora é contar para as minhas filhas, explicar para elas o que é racismo, num momento em que elas estão assistindo a essas manifestações nos Estados Unidos e em vários países. Elas perguntam: ‘Mãe, isso tudo tá acontecendo, ele morreu, foi assassinado porque ele era negro?’, e eu tenho que dizer: ‘É, foi por isso’”*, disse.

A apresentadora confessou que não era otimista, mas revelou uma torcida: *“Não sou muito otimista, mas eu acredito que um dia todo mundo vai ser visto como igual. Ninguém vai ser discriminado por causa da cor da pele. Tomara que as minhas filhas não precisem viver o que a gente, negro, vive hoje”*.

Essa abertura incomum para o programa que reprisou o Em Pauta causou proporcionalmente um aumento para a já inédita grande repercussão para a abordagem do tema das questões raciais, primeiro pelo Em Pauta e depois pelo Globo Repórter, com o adicional da participação especial de Gloria Maria, dando ainda mais peso à discussão. Por ser uma celebridade, várias chamadas das matérias, especialmente as do *Tier 3*, destacaram o desabafo da jornalista sobre sua experiência com o racismo. Do total das 129 reportagens sobre o Em Pauta, 35 destacaram a presença da jornalista e o seu desabafo sobre racismo, como mostram alguns exemplos das manchetes:

Site Shotoe: Com Glória Maria, Globo Repórter tem reprise de edição histórica do Em Pauta<sup>67</sup>

Site Área Vip: Glória Maria relembra caso de racismo que sofreu em hotel<sup>68</sup>

---

<sup>67</sup> Com Glória Maria, Globo Repórter terá reprise de 'edição histórica' do Em Pauta. *Shotoe*. 4 jun 2020. Disponível em: [https://br.shotoe.com/aline-midlej-st\\_211359/news/com-gloria-maria-globo-reprter-ter-reprise-de-edio-histrica-do-em-pauta-sn\\_1931134/](https://br.shotoe.com/aline-midlej-st_211359/news/com-gloria-maria-globo-reprter-ter-reprise-de-edio-histrica-do-em-pauta-sn_1931134/). Acesso em: 05 fev. 2022.

<sup>68</sup> Gloria Maria relembra caso de racismo que sofreu em hotel. *AreaVip*. 4 jun 2020. Disponível em: <https://www.areavip.com.br/famosos/gloria-maria-relembra-caso-de-racismo-que-sofreu-em-hotel/>. Acesso em: 05 fev. 2022.

G1: Glória Maria: ‘Racismo é algo que vivi desde sempre e a gente vai aprendendo a se defender’<sup>69</sup>

Catraca Livre: No Globo Repórter, Glória Maria conta quando sofreu racismo em hotel<sup>70</sup>

Notícias da TV: Tomara que minhas filhas não precisem viver o que o negro vive hoje, diz Gloria Maria<sup>71</sup>

Meia Hora: Em reedição de programa, Gloria Maria desabafa quem nasce negro sabe muito bem o que são obstáculos<sup>72</sup>

#### 4.3.4 Resposta à polêmica da falta de representatividade

Um dos aspectos destacados nas matérias sobre a edição do Em Pauta de 3 de junho de 2020 publicadas na imprensa foi a qualidade da resposta que a GloboNews deu ao se ver no centro de uma crise causada pela polêmica potencializada pelos comentários negativos. Do total de 129 matérias sobre o assunto monitoradas pelo *clipping*, 11 destacaram esse aspecto, ou seja, 8,5%. Por contar com ferramentas de monitoramento, detectou em tempo real as críticas diretas sobre representatividade em seu telejornal que viralizaram nas redes sociais no dia anterior a partir de duas postagens principais. Como explicou o jornalista Marcelo Cosme na abertura da edição, a emissora acatou uma sugestão da jornalista Márcia Gonçalves, da equipe de produtores do Em Pauta, e criou um plano de ações para lidar com a crise que estava instalada.

Pautou um novo jornal com o mesmo foco principal da noite anterior: “o racismo e a tensão racial” vivida pelos EUA em resposta à morte de George Floyd, assassinado por um policial branco

---

<sup>69</sup> Glória Maria: 'Racismo é algo que vivi desde sempre e a gente vai aprendendo a se defender'. *G1*. 5 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2020/06/05/gloria-maria-racismo-e-algo-que-vivi-desde-sempre-e-a-gente-vai-aprendendo-a-se-defender.ghtml>. Acesso em: 05 fev. 2022.

<sup>70</sup> No Globo Repórter, Gloria Maria conta quando sofreu racismo em hotel. *Catraca Livre*. 5 jun. 2020. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/entretenimento/no-globo-reporter-gloria-maria-conta-quando-sofreu-racismo-em-hotel/>. Acesso em: 05 fev. 2022.

<sup>71</sup> Tomara que minhas filhas não precisem viver o que o negro vive hoje', diz Gloria Maria. *Notícias da TV*. 5 jun. 2020. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/tomara-que-minhas-filhas-nao-precisem-viver-o-que-o-negro-vive-hoje-diz-gloria-maria-37676>. Acesso em: 05 fev. 2022.

<sup>72</sup> Em reedição de programa, Glória Maria desabafa: 'Quem nasce negro, sabe muito bem o que são obstáculos'. *Meia Hora*. 5 jun. 2020. Disponível em: <https://www.meiahora.com.br/geral/2020/06/5929710-em-reedicao-de-programa--gloria-maria-desabafa--quem-nasce-negro--sabe-muito-bem-o-que-sao-obstaculos.html>. Acesso em: 05 fev. 2022.



em Minneapolis, mas dessa vez com um elenco formado apenas com profissionais negros. Em sua abertura, pediu desculpas ao público da emissora pelo dia anterior, admitiu o erro, e deu-se a ocupação. A linguagem empática e informal dos relatos do programa contribuiu para humanizar perfis individuais num espaço em que normalmente jornalistas brancos têm abertura para fazer justamente isso.

Com o título “Globonews mostra, após críticas, que é possível se reinventar para enfrentar o racismo”, o jornalista Diego Francisco publicou no site do Observatório da Imprensa um artigo onde analisa essa resposta, destacando o programa como um marco:

Durante o programa, que durou pouco mais de duas horas, as jornalistas e o jornalista debateram sobre os protestos nos Estados Unidos e a situação racial no Brasil, com dados, informação de qualidade, análises precisas e relatos de experiências de serem jornalistas negros neste espaço privilegiado de reportar a informação e de produção da notícia. Deixaram as mensagens para a empresa em que trabalham, sobre a necessidade de maior presença negra em todos os cargos, falaram sobre a necessidade de que pessoas negras fossem convidadas para abordar todos os assuntos e não apenas racismo. Deram uma aula de jornalismo e de cidadania, produziram um material que deve ser replicado nos espaços de formação e deve ser visto por todos aqueles e todas aquelas que almejam uma sociedade mais justa e igualitária, onde a cor da pele não defina o trajeto pelo qual se pode trilhar rumo a uma vida digna.<sup>73</sup>

#### 4.3.5 Análise mais aprofundada sobre mídia e questões raciais

É inegável que a onda global de protestos antirracistas desencadeada pelo assassinato de George Floyd significou um marco em muitos setores da sociedade ao representar uma virada na forma como questões raciais são discutidas na esfera pública. No jornalismo, trouxe à tona a falta de representatividade das redações, o despreparo da imensa maioria dos jornalistas com relação ao debate sobre questões raciais e como esses fatores podem fragilizar as coberturas e o enquadramento das matérias a respeito do tema. Esses aspectos endógenos da atividade jornalística no Brasil, no entanto, encontram uma grande parcela da população consciente e mobilizada sobre essa pauta, exigindo mudança de narrativas e abordagens. Foi a pressão oriunda das redes que levou o programa Em Pauta a realizar uma edição protagonizada apenas por jornalistas negros.

---

<sup>73</sup> FRANCISCO, Diego. Globonews mostra, após críticas, que é possível se reinventar para enfrentar o racismo. *Observatório da Imprensa*. 9 jun. 2020. <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/equidade-racial/globonews-mostra-apos-criticas-que-e-possivel-se-reinventar-para-enfrentar-o-racismo/>. Acesso em: 05 fev. 2022.

Uma resposta sem precedentes a algo estrutural, que funcionou como uma ação de reparação e uma oportunidade rara de ir além da superfície para discutir temas que normalmente são invisibilizados.

O Grupo Globo vem tentando dar respostas à questão racial há alguns anos. O caso do jornalista William Waack foi uma das primeiras vezes em que o grupo teve de oferecer uma resposta clara diante da mobilização nas redes sociais. E foi com a demissão do jornalista, em 2017, que decidiram escalar um jornalista negro, Heraldo Pereira, com vasta experiência, repórter em Brasília e acostumado a fazer os plantões do Jornal Nacional, para ancorar o Jornal das 10, na mesma GloboNews.

O aspecto do ineditismo da decisão do Grupo Globo no início de junho de 2020 foi objeto de análise em 8% das matérias publicadas sobre o assunto (10 matérias no total), algumas, inclusive em formato de artigos. No *Correio Braziliense*, por exemplo, as jornalistas Aida Feitosa e Cecília Bezerra, ao comentarem em artigo sobre o jornalismo e a cobertura da violência policial, destacaram duas questões de fundo que a ampla presença na mídia dos protestos levanta: 1) Por que aqui o jornalismo não diz a cor de quem é morto pela brutalidade da polícia no Brasil? 2) Por que há tão poucos jornalistas negros no jornalismo brasileiro? Segundo as autoras, “passou da hora de deixar explícito nos manuais de redação dos veículos que a cobertura noticiosa tem que nomear e mostrar em dados o racismo a que a população negra brasileira é submetida”. Dizem:

Além da cobertura dos protestos, aumentou o número de pessoas negras convidadas a comentar as manifestações e seus desdobramentos nas discussões raciais nos mais variados aspectos. A crescente pauta da questão racial será apenas fachada momentânea ou este critério será considerado em outros momentos, em outros debates sobre temas além do racismo e, especialmente, na ocupação de espaços de decisão de nossas redações, não apenas de visibilidade?<sup>74</sup>

---

<sup>74</sup> FEITOSA, Aida; BEZERRA, Cecília. Jornalismo e a cobertura da violência policial. *Correio Braziliense*. 20 jun. 2020. Disponível em: [https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2020/06/20/internas\\_opiniao,865397/artigo-jornalismo-e-cobertura-da-violencia-policial.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2020/06/20/internas_opiniao,865397/artigo-jornalismo-e-cobertura-da-violencia-policial.shtml) . Acesso em: 06 fev. 2022.

#### 4.4 Análise das entrevistas

Como parte dos procedimentos metodológicos desta pesquisa, também foram realizadas entrevistas com três profissionais do jornalismo da GloboNews e do Grupo Globo: Ali Kamel, diretor de Jornalismo do Grupo Globo, e duas jornalistas que participaram da bancada do dia 3 de junho de 2020 do Em Pauta, Lilian Rodrigues e Zileide Silva. Assim, há pontos de vista complementares sobre o programa objeto da pesquisa seguindo um roteiro semiestruturado (Ver Apêndice 2). Para o primeiro entrevistado, o roteiro teve como foco o contexto da decisão de trocar a bancada do programa e o posicionamento editorial do Grupo Globo em relação a questões raciais. Para as duas jornalistas, o roteiro abordou mais o aspecto da trajetória e experiência de cada uma de ter participado da edição histórica.

As entrevistas foram realizadas por e-mail em outubro e novembro de 2021. Os assuntos foram agrupados em categorias, de modo a organizar os aspectos que contenham alguma semelhança. Como o roteiro elaborado para a entrevista com Ali Kamel é diferente, as três primeiras categorias contêm apenas as respostas dadas pelo executivo. São elas: mudança de posicionamento editorial sobre questões raciais; influência das redes sociais no processo de produção do telejornalismo; e entendimento simplista do racismo. A seguir, são expostas as categorias que reúnem as respostas dadas pelas jornalistas Zileide Silva e Lilian Ribeiro, a saber: experiência inédita; trajetórias pessoais atravessadas pelo racismo; e resposta à mudança de postura da sociedade sobre questões raciais. Por fim, com relação à categoria maior representatividade nas redações, optou-se por uma separação – visão das jornalistas e visão da direção – dada a diferença hierárquica dos entrevistados. Como a entrevista foi feita por e-mail, não houve a oportunidade de devolver o roteiro das entrevistas para reforçar alguns pontos não respondidos ou pouco desenvolvidos nas respostas, embora a autora tenha tentado algum detalhamento maior.

#### 4.4.1 Mudança de posicionamento editorial sobre questões raciais

Em razão do mito da democracia racial, há uma negação generalizada do racismo brasileiro e muitos ainda levam um “susto” quando se deparam com o assunto. Para o brasileiro, racista é quem separa e “não o que nega a humanidade de outrem” (GUIMARÃES, 2009, p. 87). Dessa forma, a negação acaba se tornando uma estratégia central de reprodução da hegemonia. Ela pode ser notada explicitamente no livro “Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor” (2006), de Ali Kamel, à época diretor da Central Globo de Jornalismo e hoje diretor de jornalismo do Grupo Globo. O livro é uma resposta à discussão corrente naquele momento sobre a questão das cotas para negros nas universidades brasileiras.

O autor defende argumentos fundamentados no mito da democracia racial, pautados na falsa crença de que a sociedade brasileira não é racista, e refuta pesquisas de sociólogos como Oracy Nogueira e Fernando Henrique Cardoso, que comprovam a existência do racismo no Brasil. Para Kamel (2006), o Movimento Negro se apropriou da tese “equivocada” de que o Brasil é um país racista e por isso é o responsável pelo racismo. Ele contesta as teses de Nogueira e FHC e define a aplicação da política de cotas como uma espécie de institucionalização do racismo.

De acordo com Van Dijk (2008):

[...] o consenso branco que nega a existência do racismo constitui um elemento bastante poderoso para a sua reprodução, especialmente porque uma resistência bem-sucedida requer atenção pública, cobertura da mídia e pelo menos um reconhecimento parcial das reivindicações. (VAN DIJK, 2008, p. 167-169)

O autor considera a negação “uma estratégia central de gerenciamento sociopolítico”, pois contribui para o controle da resistência. Ao negar a existência do racismo, a mídia e os líderes políticos podem restringir o debate amplo das questões raciais e, dessa forma, favorecer a permanência das relações de poder vigentes (OLIVEIRA, 2017).

Sodré (2011) explica um dos motivos para a invisibilização da questão racial na mídia:

A mídia organiza-se empresarialmente, com motivações de lucro e poder semelhantes às de outras iniciativas industriais. Diferentemente da imprensa tradicional, que podia bater-se por causas públicas ou políticas, a mídia contemporânea pauta-se pelos ditames do comércio e da publicidade, pouco interessados em questões como a discriminação do negro ou de minorias. Os profissionais midiáticos acabam dessensibilizando-se com problemas dessa ordem. Por outro lado, é reduzida a presença de negros nas fileiras profissionais da mídia brasileira. Quando indivíduos de pele escura conseguem empregar-

se em redações de jornais ou em estações de televisão, mesmo que possam eventualmente ocupar uma função importante, são destinados a tarefas ditas “de cozinha”, isto é, aquelas que se desempenham nos bastidores do serviço, longe da visibilidade pública. (SODRÉ, 2011, p. 2)

É possível afirmar que o discurso de Kamel é apenas parte da estratégia de reprodução da hegemonia disseminada por muito tempo na mídia hegemônica brasileira. Na entrevista, o diretor de jornalismo do Grupo Globo reforça que a obra e a coluna que manteve no jornal O Globo até 2009 representava “tão somente minhas opiniões pessoais, jamais as da Globo”.

A ênfase do livro é a leitura, a meu ver mais correta, das estatísticas que, se expressam as desigualdades entre negros e brancos, não conseguem, por si só, explicar essa desigualdade pelo racismo (é preciso ler o livro para entender a explicação). No livro, digo que é mais agudo no Brasil o que chamei de classismo - o também odioso preconceito contra pobres. O que mudou no meu posicionamento? Costumo dizer que debati o assunto com grande honestidade intelectual. E que eu e os que defendiam ideias semelhantes não obtivemos êxito. (KAMEL, 2021, informação verbal)

Ao comentar sobre o fato de, na abertura do programa Em Pauta com a bancada negra, o jornalista Marcelo Cosme ter lido um editorial no qual admite a sub-representação de jornalistas negros e negras nas redações, justificando essa condição por questões estruturais como uma mudança de postura editorial do Grupo Globo sobre o racismo, Kamel admite uma revisão de postura à luz da realidade dos acontecimentos. Na entrevista, o diretor de jornalismo explica que o Grupo Globo se posicionou contra as cotas durante os anos 2000 por compreender que “não considerava as cotas raciais o remédio mais eficaz para enfrentar o problema da desigualdade de cor no Brasil”, mas que uma vez que essa política pública se tornou realidade, essa discussão está superada.

Considerava que, se o país desejasse cotas, seria melhor adotar cotas sociais, porque estas beneficiariam os negros, sem deixar de lado os pobres brancos. Mas, uma vez que as cotas raciais se tornaram, já há anos, consenso, o Grupo Globo considerou o assunto encerrado, porque respeita decisões majoritárias da sociedade, votadas livremente pelo parlamento. O Grupo Globo está sempre em sintonia com a sociedade. Participou do debate no tempo certo, de forma franca, mas já o considera superado há muitos anos. Note que a TV Globo jamais emitiu opinião a respeito do tema, porque não publica editoriais em seus telejornais. À época, publicou reportagens com defensores contra e a favor. Mas, também há muitos anos, não faz mais reportagens debatendo o tema de cotas por considerá-lo superado. Já também há muitos anos, quando aborda o assunto, retrata as cotas raciais como um fato desejado pela sociedade. Há cerca de um mês, por exemplo, quando lançaram uma campanha para recolher assinaturas a favor da prorrogação por mais dez anos de cotas em universidades públicas, não ouviu ninguém contra a iniciativa. (KAMEL, 2021, informação verbal)

#### 4.4.2 Influência das redes sociais no processo de produção do telejornalismo

Na contemporaneidade, o telejornalismo encara um outro tipo de telespectador. Aquele que assiste TV não mais para acreditar em tudo o que nela é mostrado, mas, com um *smartphone* nas mãos, utiliza suas redes sociais para em tempo real comentar, corrigir, xingar, compartilhar e, dessa forma, interferir diretamente no ponto de vista das notícias mostradas na TV. Se ao longo da segunda metade do século passado, as preferências e convicções do telespectador pouco interferiam na linha editorial dos telejornais, o contexto atual requer um novo olhar não só sobre o que é notícia e o que o público aceita como notícia, mas também sobre como essas mesmas notícias são abordadas. Um equilíbrio entre o que é de interesse público e o que interessa ao público.

A televisão e o telejornalismo trabalham na construção, produção e circulação de formas simbólicas, a partir de discursos que permeiam as relações e tensões sociais, políticas, culturais e econômicas. O jornalismo analisado por esta perspectiva conceitual é um dos campos – tomada aqui a definição de campo de Bourdieu (1997) – existentes que influenciam e contribuem para a construção social da realidade. Outro ponto necessário de se observar é que os jornalistas não estão fora deste “mundo dos acontecimentos”, mas fazem parte dele, o constroem e sofrem influência dentro do processo estabelecido pela realidade social cotidiana.

No sistema construtivo da notícia, ocorre também o “processo de intertextualidade” do acontecimento relatado com outros já verificados, tido como um modo de confirmação da escolha e do enquadramento realizados a partir do mundo de referência adotado. Com isso, o acontecimento narrado torna-se verossímil, ou seja, possível. Dentro desse processo narrativo, deve-se considerar ainda as regras, critérios de noticiabilidade, linguagem, normas organizativas do meio presentes nas práticas e cultura profissional, que influenciam essa construção social da realidade de um mundo possível.

Neste contexto, a rápida resposta da produção do programa Em Pauta a uma postagem crítica nas redes sociais chama a atenção também pela dimensão e pelo impacto. Kamel comenta que as redes sociais são de grande utilidade e importância “quando nos apontam erros, acertos, indicam tendências, revelam fatos que não conhecíamos”.

A GloboNews vinha de uma belíssima cobertura. Foi o único canal de notícias que derrubou, já na sexta-feira à noite, sua programação para acompanhar ao vivo, em diversos pontos, os protestos que tomavam conta das ruas dos Estados Unidos. Foram horas de cobertura. No sábado, no domingo, na segunda e na terça, sempre ouvindo professores no assunto, muitos deles negros, trabalhando aqui e nos Estados Unidos. Infelizmente, na quarta-feira, o elenco do dia no Em Pauta era todo branco, e o editor não se deu conta. Ao amanhecer, alguém me mandou o comentário a que você se refere. Já ali, eu e meus colegas vimos que foi um erro e que precisávamos não somente pedir desculpas, mas, no espírito dos temas levantados pelos protestos, discutir o racismo. Decidimos pelo painel. E foi muito positivo, com colegas negros, abertamente, discutindo o assunto. (KAMEL, 2021, informação verbal)

#### 4.4.3 Entendimento simplista do racismo

De acordo com pesquisa realizada pelo instituto do Senado Federal DataSenado, em conjunto com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), 56% da população brasileira concorda com a afirmação de que “a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte de um jovem branco”<sup>75</sup>. Esse dado mostra o grau de indiferença de boa parte dos brasileiros a respeito da questão racial. Silvio Almeida (2018) ressalta que o silêncio torna o indivíduo ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo e alerta para a urgência da conscientização sobre o tema como parte da estrutura social brasileira, pois além de promover entretenimento e informar, os meios de comunicação são capazes de dar visibilidade para debates importantes e, assim, influenciar opiniões e identidades.

De acordo com a professora norte-americana Robin Diangelo, embora ocorram atos individuais racistas, eles fazem parte de um sistema mais amplo de dinâmicas entrelaçadas.

Manter o foco em incidências individuais mascara a análise pessoal, interpessoal, cultural, histórica e estrutural que é necessária para contestar o sistema mais amplo. A ideia simplista de que o racismo está limitado a atos individuais intencionais cometidos por pessoas rudes está virtualmente na base de toda a atitude neste tópico. Para ir além da atitude defensiva, temos de abandonar essa crença comum. (DIANGELO, 2020, p. 98)

Perguntado sobre qual tem sido o direcionamento das pautas sobre racismo e o que tem embasado as decisões editoriais de abordagens sobre o tema dentro do Grupo Globo, a resposta lacônica de Kamel evidencia o entendimento simplista sobre o racismo a que Diangelo se refere.

---

<sup>75</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/pesquisa-sobre-a-violencia-contra-a-juventude-negra-no-brasil>. Acesso em: 20 ago. 2021.

A Globo sempre combateu o racismo. De forma vigilante e visceral. Não é de hoje, mas de sempre. Basta uma pesquisa em nosso acervo. Racismo é intolerável. É crime. Será sempre denunciado, com especial atenção. (KAMEL, 2021, informação verbal)

A declaração também deixa explícito que o diretor de jornalismo do Grupo Globo terceiriza o racismo, mostrando que a emissora o denuncia, mas em nenhum momento avalia que a mídia também precisa mudar o enquadramento da vítima e do criminoso.

#### 4.4.4 Experiência inédita

O diferencial do programa Em Pauta do dia 3 de junho de 2020 não se deve apenas à convocação da inédita bancada negra, mas também ao formato do episódio. Ao invés das comentaristas falarem sobre assuntos de destaques do dia, a edição foi totalmente dedicada a relatos pessoais, sem um roteiro prévio. Decidida no calor dos acontecimentos, a experiência inédita irrompeu com o que é comum de se ver, com os estereótipos e gerou muitos frutos à emissora. De um lado deu visibilidade aos pecados do jornalismo, de outro, deu visibilidade a esses jornalistas, muitos dos quais pouco aparecem nas bancadas de telejornais.

Em entrevista, Lilian Ribeiro destaca o quão surpreendente foram as repercussões que o programa gerou:

Foi enriquecedor e surpreendente. A ideia do programa surgiu no calor dos protestos nas redes e lembro que, quando entramos no ar, não tínhamos uma noção muito concreta de como seria (muito menos da enorme repercussão). De certa forma, o roteiro foi sendo escrito ao vivo, no encadeamento das nossas experiências e percepções. Isso deu ao programa um tom muito natural. Foi um desabafo coletivo. (RIBEIRO, 2021, informação verbal)

Zileide Silva salienta a comoção emocional que o compartilhamento de experiências pessoais sobre o preconceito racial gerou nela e no time de colegas comentaristas:

Foi muito bom fazer parte de uma bancada apenas com jornalistas negros comentando o racismo. Cinco mulheres e um homem negros. Foi considerado um momento histórico e foi uma tremenda oportunidade para falarmos sobre o preconceito em nossas trajetórias profissionais e no nosso cotidiano. Foi emocionante. (SILVA, 2021, informação verbal)



#### 4.4.5 Trajetórias pessoais atravessadas pelo racismo

Cada uma das participantes do programa relatou suas próprias experiências surpreendentes de preconceito racial e racismo. Ao longo das duas horas do programa, o apresentador Heraldo Pereira enfatizou algumas vezes o quanto lhe era inédita aquela imagem, de um painel composto apenas por negras, todas falando por videoconferência e formando um interessante e histórico mosaico de representatividade. Durante a exibição, Heraldo Pereira se emocionou ao lembrar de sua trajetória. Vindo de uma família simples de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, ele contou que começou a trabalhar aos oito anos de idade, depois arranhou emprego como office boy e guarda, antes de se tornar um jornalista consagrado. “O trabalho me levou para a profissão de jornalista, radialista, e com o trabalho eu cheguei aqui na Globo, cheguei no Jornal das Dez, tive essa possibilidade”, afirmou. “Fico pensando a cada momento que apresento os telejornais nos meninos e meninas negros e negras, que são tantos por esse imenso Brasil, à espera de uma oportunidade que será dada. Vamos construir uma nação”, completou.

Aline Midlej recordou que, no começo de sua carreira jornalística como produtora, ouviu do chefe que precisava mudar o cabelo crespo para ser “assimilado pela audiência”. “A vida dá voltas. Depois de uns anos eu fui chamada para voltar para essa emissora e não voltei”, lembrou. Em entrevista, Lilian Ribeiro chama a atenção para o fato de que o jornalista não é treinado para falar sobre si próprio.

Um jornalista não é treinado para dividir suas dores, em ser o foco. Não é nossa zona de conforto. Mas acredito que ali, naquele momento, esse compartilhamento era importante. E como o racismo é estrutural, contamos histórias que se repetem aos milhares, todos os dias, pelo país. Muitas pessoas se viram e se ouviram na gente. (RIBEIRO, 2021, informação verbal)

Durante o programa, Zileide Silva também lembrou de um episódio de discriminação racial na profissão. Ela contou que foi à Fiesp entrevistar o presidente da entidade, com um cinegrafista branco. Chegando lá, foi ignorada pela secretária. “Entramos e a secretária não se dirigiu a mim. Ela só conversou com o cinegrafista Ricardo. De repente a porta abriu, saiu o presidente da Fiesp, me deu um abraço e falou 'Zileide, que ótimo você aqui'. Olhei para a cara dela, e ela completamente constrangida”, relembrou, sem citar nomes ou datas. “O que eu fiz? Eu levantei o nariz, porque não dá para aceitar esse tipo de situação em nenhum momento. Falo isso porque quero que colegas negras e negros como eu saibam que não dá jamais para abaixar a cabeça, em

nenhum momento, em nenhuma hipótese. Nunca esqueci esse momento”, completou. Em entrevista, a jornalista reforça a importância de se falar sobre racismo.

É sempre importante escancarar o racismo, não escondê-lo, não escamoteá-lo. Um racismo que, infelizmente, ainda faz parte do nosso dia a dia. (SILVA, 2021, informação verbal)

#### 4.4.6 Resposta à mudança de postura da sociedade sobre questões raciais

A despeito dos recentes retrocessos em importantes conquistas sociais da população brasileira causados pela infeliz combinação da pandemia da Covid-19 e um governo opressor e contrário a essa agenda, há uma maior visibilidade das questões raciais na sociedade brasileira hoje. Se a dinâmica das plataformas limita debates aprofundados, as repercussões costumam ser intensas. O impacto positivo de políticas públicas de ações afirmativas de caráter amplo, a mais conhecida delas a das cotas para negros e indígenas nas universidades públicas, é incontestável até para aqueles que eram contrários a esse tipo de medida. Esse movimento, cuja mobilização vem do início dos anos 2000, coincidiu com a ascensão das plataformas digitais, que provocou maior democratização na participação das pessoas no ambiente público, ao propiciar discussões de temas relevantes, o surgimento de novas vozes e de questões que muitas vezes estão distantes do dia a dia da imprensa. A circulação de conteúdo no Facebook, Instagram, Twitter e Youtube fez emergir novas e novos agentes que têm potencializado a discussão étnico-racial.

Cobranças em torno de questões raciais – basilares da formação da nossa identidade –, construídas de forma organizada pelos movimentos negros, já vinham sendo feitas consistentemente há várias décadas por parte de grupos organizados da sociedade civil. Dessa forma, foi se construindo um tecido social que propiciou a criação de um ambiente no qual as inquietações em torno do assunto deixaram de ser latentes para se manifestarem como movimento e em mudanças que fizeram com que o tema ganhasse uma visibilidade até então inédita. Lilian Ribeiro comenta que uma bancada formada totalmente por jornalistas brancos discutindo temas raciais não chamaria a atenção alguns anos atrás, mas que hoje esse tipo de postura gera reação:

Muitas vezes, naturalizamos posturas, comportamentos, modos de fazer as coisas. Quando o público está a um tuíte de distância de você, ele pode facilmente te lembrar sobre a necessidade constante de autoavaliação. Foi isso que aconteceu. Uma bancada totalmente branca, falando sobre racismo, talvez não fosse alvo de tantas críticas anos atrás. Ou, se era, isso ficava disperso. Agora, isso se transforma num movimento. E os veículos de comunicação precisam estar de olhos e ouvidos atentos. Errou? Reconhece, muda e avança. (RIBEIRO, 2021, informação verbal)

Zileide Silva tem visão semelhante sobre o que mobilizou a mudança editorial do programa Em Pauta.

Por que decidiram fazer o programa? Porque antes uma bancada apenas com comentaristas brancos comentou o racismo, a morte de George Floyd e as manifestações. Houve uma série de críticas e a direção assumiu o erro e decidiu fazer o da bancada negra. Todos aprendemos. (SILVA, 2021 - informação verbal)

#### 4.4.7 Maior representatividade nas redações – a visão das jornalistas

O levantamento “Perfil Racial da Imprensa Brasileira”, realizado pelo portal Jornalistas & Cia, em novembro de 2021<sup>76</sup> constatou que apenas 20,1% dos jornalistas nas redações brasileiras são negros. O estudo contemplou também entrevistas em profundidade com jornalistas negros e negras para identificar com mais detalhes situações de discriminação racial e racismo que os profissionais passam ou passaram ao longo de suas trajetórias profissionais. Ainda que 86% dos entrevistados afirmem não terem sido vítimas de ações racistas no veículo em que atualmente trabalham, na história profissional, a maioria, 57%, identifica essa marca em sua trajetória na imprensa brasileira. Essa diferença de proporção nas duas dimensões pesquisadas pode ser pensada tanto como um indicador de conquistas – já que a luta antirracista está mais intensa e presente nos tempos atuais, com crescentes conquistas em quase todas as dinâmicas sociais, indicando que hoje as empresas jornalísticas atuam com orientação antirracista mais do que antes – como também que a busca por organizações mais plurais e não discriminatórias orienta o profissional negro no seu desenvolvimento de carreira e, portanto, encontram-se atualmente alocados, majoritariamente, em empresas com essas características.

---

76 Disponível em: <https://www.jornalistasecia.com.br/files/perfilracialdaimprensabrasileira.pdf> . Acesso em 12/12/2021.

Entretanto, 35% dos entrevistados afirmam que o desenvolvimento da carreira no atual veículo em que trabalham encontra mais dificuldades em relação aos brancos por serem pretos ou pardos. Quando essa dificuldade é relacionada à carreira na imprensa no Brasil, o número dos que afirmam esse obstáculo atinge a impressionante marca de 98%, representando um verdadeiro bloqueio à ascensão de negros aos patamares mais altos da estrutura dessas empresas. Ainda que a luta antirracista tenha ganhado mais espaço na sociedade nos últimos anos com conquistas importantes, a marca da discriminação está registrada em praticamente toda a base entrevistada, e, provavelmente, em quase todos os negros no jornalismo no Brasil.

O episódio envolvendo o programa *Em Pauta* é emblemático e levanta a necessidade de intencionalidade quando o assunto é mudar estruturas historicamente racistas, como são os espaços de destaque nas grandes empresas de mídia. Integrante da primeira geração de jornalistas negras no telejornalismo brasileiro, Zileide Silva comenta, no entanto, que poucas coisas mudaram desde o início de sua trajetória no que se refere à maior presença de negros à frente das câmeras.

Ainda hoje o número de jornalistas negros na TV é pequeno. Não mostra a realidade do país, de uma maioria negra. Com Gloria Maria, Heraldo Pereira e Dulcineia Novaes, faço parte do grupo de primeiros negros da TV. Sempre foi uma responsabilidade. Ouvi e ainda ouço de muitos negros que sou um exemplo, uma referência para os filhos: “se ela está aí, vocês podem também”. Enfim, foi e ainda é uma questão de representatividade. Uma jornalista negra na TV brasileira. (SILVA, 2021, informação verbal)

Ao funcionar como uma verdadeira ação afirmativa do Grupo Globo, o programa *Em Pauta* com a bancada negra mais do que levantar a bandeira da representatividade, pela sua repercussão, vai ao encontro de um processo que já está em curso na sociedade e nos espaços corporativos: a necessidade de promoção de diversidade racial nas redações em todos as posições. O processo, no entanto, está apenas começando, como afirma a jornalista Lilian Ribeiro:

Acredito que precisamos avançar na representatividade no vídeo, mas também fora dele. É fundamental aumentar a presença negra na produção, edição, nos postos de comando das redações. E, como compromisso, isso vai além de abrir oportunidades aos profissionais. Uma equipe diversa tenderá, naturalmente, a produzir conteúdos mais diversos. Não dá pra desvincular o produto de quem o produz. (RIBEIRO, 2021, informação verbal)

#### 4.4.8 Maior representatividade nas redações – a visão da direção

Em um tom bem mais otimista, Ali Kamel diz na entrevista que os esforços em torno de maior representatividade foram acentuados nos últimos anos. Ele explica que a Globo realizou recentemente o seu primeiro censo, que reuniu os indicadores de diversidade nos pilares não só dos marcadores raciais (focado em negros e negras), mas também de gênero, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência. A partir desse mapeamento, foi desenvolvido um plano de trabalho para os próximos três anos, organizado em dois eixos: cultura inclusiva e representatividade.

[...] acentuamos os nossos esforços para que essa diversidade seja ainda mais visível em nossas telas e em nossas redações. Um trabalho longo, que já dá muitos frutos e dará ainda mais. A diversidade nos torna mais potentes, ainda mais em sintonia com a sociedade. Ajuda-nos a conhecer os problemas de nossa sociedade, suas necessidades, mas também suas virtudes. É isso o que nos move. [...] Temos a convicção de que esta é uma jornada na qual ainda temos muito para avançar. Como sociedade e como empresa. Seguiremos em busca do fortalecimento de uma empresa cada vez mais diversa e de uma cultura cada vez mais inclusiva, para gerar um ambiente de confiança, engajamento e credibilidade para nossos colaboradores e parceiros. (KAMEL, 2021, informação verbal)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sexta-feira, 5 de junho de 2020, após ainda estar há mais de sete meses de licença médica para tratar um tumor no cérebro, a jornalista Gloria Maria foi às suas redes sociais para dizer que voltaria naquele dia ao Globo Repórter para fazer uma participação no programa especial no qual se reuniria com TODOS os seus colegas negros. O fato de todo o elenco de jornalistas negros e negras do Grupo Globo se esgotar em um único programa diz muito sobre a representatividade racial no telejornalismo brasileiro. Exatamente por isso, a decisão do GloboNews Em Pauta de convocar a inédita bancada negra chamou tanto a atenção da opinião pública. Além de ilustrar o poder de articulação das redes, o episódio é também adequado para analisar por que ainda é necessária pressão pública para que o maior grupo de mídia brasileiro aborde as consequências do racismo de forma aprofundada e contínua, e não só em situações especiais.

O racismo é estrutural e estruturante. Mas as elites econômicas do país, as mídias comerciais incluídas, historicamente alimentam a ideia de que o racismo opera pontualmente. Isso significa considerar que o racismo no máximo atinge indivíduos, ignorando os desdobramentos coletivos da tragédia que foram os cerca de 300 anos de escravidão no Brasil. O racismo, portanto, assegura a “função assassina do Estado”, ou seja, a condição para que um Estado que funciona nesse regime possa exercer o direito de matar, ou ainda, a “condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização” (FOUCAULT, 2010, p. 123).

Por estarem diretamente ligadas à produção de tais representações, é forçoso questionar o papel das práticas diárias de produção da notícia. O jornalismo diário, especialmente o televisivo, acaba por produzir um noticiário que enfatiza a relação entre questão racial e segurança pública, reforçando preconceitos sobre criminalidade. Entretanto, a cobertura sobre os protestos contra a morte de George Floyd inaugurou um caráter de denúncia contra o racismo, representando uma nova etapa no posicionamento de parte da mídia brasileira sobre o tema.

Os protestos que se seguiram à morte de Floyd foram de fato um divisor de águas no jornalismo com relação ao maior espaço reservado às questões raciais e mais representatividade de negros e negras em posições de protagonismo. Algo que até então ocorria geralmente em torno de datas como 13 de maio e 20 de novembro. Após o caso, houve um aumento de notícias citando a palavra-chave “racismo” nos sites dos jornais Folha de São Paulo, Estado de S. Paulo e no portal

G1. Entre março e maio de 2020, foram publicadas ao todo 91 matérias, enquanto nos dois meses posteriores ao caso Floyd, os conteúdos dos três veículos somaram mais de 300 matérias (COSTA, 2020).

Seis meses depois de Floyd, o assassinato de João Alberto Freitas nas dependências do supermercado Carrefour, em Porto Alegre, por um funcionário da empresa de segurança terceirizada da rede, encontrou o jornalismo mais sensível e aberto à agenda do combate ao racismo. Isso não impediu que a cobertura também fosse criticada pela audiência, reação que levou a correções de rota. Tão logo os protestos foram deflagrados em diversas capitais simultaneamente, os manifestantes invadiram lojas do Carrefour. Em um primeiro momento, a cobertura da rede CNN Brasil, em São Paulo, colocou como legenda para mostrar as cenas dos manifestantes “vândalos depredam mercado em São Paulo”.

Após forte reação de telespectadores no Twitter criticando o uso da palavra vândalos para pessoas que foram protestar democraticamente contra a violência dos seguranças da rede que levou à morte de um homem, a emissora mudou em poucos minutos a legenda para “manifestantes invadem mercado em São Paulo”.

Um fator chave para essa mudança de postura por parte da mídia na cobertura sobre o racismo a partir dos protestos de 2020 foi a pressão social. Como se tivessem sido atropelados pela realidade, jornalistas se viram como parte de um processo que exige posicionamento e postura crítica para que a realidade possa ser transformada. Em tempo real, manifestações de telespectadores sobre as coberturas foram feitas em plataformas como Twitter, tiveram ampla repercussão e foram rapidamente assimiladas nas coberturas. Um processo dinâmico de interação mútua, no qual os interagentes se afetam mutuamente em relações flexíveis (PRIMO, 2007).

A questão do racismo na mídia não se limita à porcentagem de negros e negras que ocupam posição de visibilidade nestes espaços. Ela vai além. Torna-se fundamental apurar de que forma a população negra é representada pela mídia. Essa é uma questão para a qual certamente não há respostas simples ou únicas, mas que tende a apresentar estereótipos e um predomínio de caracterizações negativas<sup>77</sup>. Mudanças dessa magnitude não ocorrem sem resistência e dor. O racismo e a brutalidade policial resultam na recorrente violação dos direitos, sobretudo civis, da

---

<sup>77</sup> CALEIRO, Mauricio. **O agravamento do racismo e o papel da mídia**. *Observatório da Imprensa*. 01 set. 2020. Disponível na internet: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/equidade-racial/o-agravamento-do-racismo-e-o-papel-da-midia/>. Acesso em: 12/01/2022

população negra. E demonstram que a cidadania liberal é incapaz ou indisponível para funcionar de maneira universalista. Na entrevista que deu ao programa Roda Viva, poucos dias após a morte de George Floyd, Silvio Almeida criticou o que ele denominou “micareta racial”<sup>78</sup>. Na ocasião, ele falou que não poderíamos aceitar que o interesse fora de época pelas questões raciais, produzido pelos protestos pela morte de George Floyd, se transformasse em um evento pontual do qual a mídia tira proveito, mas depois descarta.

Nesse sentido, o discurso sobre a diversidade na mídia e outros espaços de poder ainda se distancia da prática por ser construído sobre bases frágeis, muitas vezes se limitando a simplesmente colocar uma pessoa não branca em um espaço que antes era completamente branco. Ao retomar a pergunta problema desta pesquisa - se a mudança de abordagem em relação à cobertura sobre assuntos relacionados à questão racial foi apenas uma resposta pontual à uma pressão externa ou representa de fato uma mudança de posicionamento editorial? - fica evidente que uma transformação dessa envergadura vai além do aumento da representatividade racial nas redações. Envolve mudanças de abordagens e de enquadramento sobre a cobertura de questões raciais, a começar pela pauta de violência policial.

Apesar do impacto e das discussões dentro e fora das redações sobre este tipo de pauta, seis meses depois da morte de George Floyd, a cobertura do assassinato de João Alberto Freitas por parte da mídia ainda retratou cidadãos revoltados com o racismo como vândalos. E aqui de novo, só houve reparação a partir da participação do público por meio das redes sociais. O que demonstra que não se muda a cobertura jornalística sobre temas raciais apenas aumentando o número de jornalistas negros e negras e sua aparição na tela.

O número de matérias na imprensa sobre a bancada negra da GloboNews foi relevante e o tom na maioria delas bastante positivo, abrindo assim uma janela. A autocrítica proposta pelo programa, no entanto, precisa ir além. Precisa se traduzir em ações contínuas que começam com um letramento racial das redações para que todos, principalmente, os brancos e os que ocupam posições de liderança, entendam a complexidade do racismo estrutural e seu papel nesse processo de transformação. Assim como aconteceu com relação às cotas, os jornalistas e o jornalismo terão que ceder aos apelos sociais. O esgarçamento das relações e das representações enviesadas está colocado uma vez que a participação social produz esse movimento.

---

<sup>78</sup> Disponível na internet: <https://www.youtube.com/watch?v=L15AkiNm0Iw>. Acesso em: 12/01/2022



A representatividade só pode efetivamente produzir efeito na reparação das desigualdades quando consegue caminhar no sentido de promover uma representação proporcional da população brasileira nos mais diversos espaços. E se o racismo dá nome à estrutura sobre a qual fundamos a nossa sociedade, não é só a segurança pública que exige uma resposta nova da imprensa. A quem interessa pensar em um Estado mínimo quando existem, como nos ensinou a pandemia, 38 milhões de brasileiros fora do radar das políticas públicas, invisíveis ao olhar do Estado, numa herança direta da escravidão?

Como as redações brasileiras são espaços que reproduzem, do ponto de vista racial, a composição de classes mais altas, a miopia para o problema da desigualdade racial é generalizada. Ainda não se entende a diversidade como um meio capaz de ampliar a visão e a perspicácia dos meios de comunicação nas coberturas. Se a mídia tradicional não enxerga o problema (ou não quer vê-lo), as redes sociais já mostraram que estão prontas para pautá-la. Foi nas redes que circularam os vídeos em que ativistas em ações pacíficas desafiaram a narrativa da grande imprensa inclinada a criminalizar o movimento antirracista. Ainda assim, como escreveu a jornalista da Folha de S. Paulo, Flávia Lima, George Floyd fez pela cobertura sobre raça na imprensa brasileira muito mais do que a própria imprensa se dispôs a fazer ao longo de décadas<sup>79</sup>. Serão necessários anos ainda para entender se a centralidade obtida pela questão racial com a morte de Floyd é apenas retórica ou se vai resultar em mudanças mais profundas e estruturais.

---

<sup>79</sup>LIMA Flávia. Sim, somos racistas. Folha de São Paulo.07/06/2020. Ombudsman. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2020/06/sim-somos-racistas.shtml> Acesso em: 15 fev. 2021.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. **Imprensa e Racismo – Uma análise das tendências da cobertura jornalística**. Brasília, 2012. Disponível em: [https://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Imprensa-e-Racismo\\_FINAL\\_14dez-2012.pdf](https://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Imprensa-e-Racismo_FINAL_14dez-2012.pdf) . Acesso em 23/08/2021

ALEXANDER, Jeffrey C. **A tomada do palco: performances sociais de Mao Tsé-Tung a Martin Luther King, e a Black Lives Matter hoje**. Sociologias, v. 19, n. 44, p. 198-246, 2017.

ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: encarceramento em massa na era da neutralidade racial**. São Paulo: Boitempo, 2017

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2018.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro. (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVES, J.A. Lindgren. **A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 45, pp. 198-223, 2002.

AZEVEDO, C. R; NOHARA, J. J. **Interpretações sobre os retratos dos afro-descendentes na mídia de massa**. RAC, Curitiba, Edição Especial 2008, p. 119-146. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rac/v12nspe/a06v12ns> . Acesso em: 03 jul. 2021.

BARICHELLO, E.M.R. **Visibilidade midiática**. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2004.

BHABHA, Homi K. **A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo**. In: \_\_\_\_\_. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2016.

BRAMBILLA, A. M.. **Jornalismo open source: discussão e experimentação do OhmyNews International**. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

BENTO, Maria Aparecida; CARONE, Iray (Organizadoras). **Branqueamento e branquitude no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BIKO, Steve. **I Write What I Like. A Selection of His Writings**. Oxford: Heinemann, 1987.

BOTOSSO, Tatiana Cavalcanti de Oliveira. **Negros na universidade: a cobertura da mídia sobre as políticas de inclusão sócio-racial no Brasil**. Dissertação de Mestrado - Escola de Artes Ciências e Humanidades de São Paulo, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria prática**. In: Pierre Bourdieu, Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Ática. 1992.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 8. Ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRUNS, Axel. **Gatekeeping, gatewatching, real-time feedback: new challenges for journalism**. Brazilian Journalism Research, Volume7, Número1I, 2011

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela: A produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAMPOS, Luis Augusto. **O pardo como dilema político**. Revista Insight Inteligência, p.80. Rio de Janeiro, 2013.

\_\_\_\_\_; DAFLON, Verônica Toste & JÚNIOR, João Feres. **Ação afirmativa, raça e racismo: uma análise das ações de inclusão racial nos mandatos de Lula e Dilma**. In: Revista de C. Humanas, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 399-414, jul./dez. 2012

CANAVILHAS, J. **Webjornalismo – considerações gerais sobre jornalismo na web**. Universidade da Beira Interior. I Congresso Ibérico de Comunicação, 2001. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornal.pdf>. Acesso em: 07/01/2022.

CANAVILHAS, J. Do gatekeeper ao gatewatcher: o papel das redes sociais no ecossistema midiático. In: II Congresso Internacional de Comunicação 3.0 Anais. Espanha, 2010.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, etnia e estrutura social**. Livraria Pioneira Editora: São Paulo, 1976.

CARNEIRO, Aparecida Sueli, & Fischmann, R. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CHAVES, L.G. Mendes. **Minorias: seu estudo no Brasil**. Revista de Ciências Sociais, v.2, n. 1, p. 149-168. 1971.

CHIN-FOOK, L., & SIMMONDS, H. **Redefining gatekeeping theory for a digital generation**. *The McMaster Journal of Communication*, 8(1), 7-34, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLVARA, Lauren Ferreira. **Tecnototemismo: identidades múltiplas e nova subjetividade**. *Conexão-Comunicação e Cultura*, v. 6, n. 11, 2007.

COSTA, Hallana Moreira Ramalho. **Caso George Floyd: uma análise do enquadramento das notícias de casos de racismo e injúria racial na imprensa brasileira**. Monografia. Faculdade Jornalismo, Universidade de Brasília, 2020.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci, estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

COUTO, Caroline Peres Couto. **Políticas de ações afirmativas de corte racial no brasil: um panorama histórico**. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/historia/politicas-acoes-afirmativas-corte-racial-no-brasil-um-panorama-historico.htm> . Acesso em: 03 jul. 2021.

DAVIS, Angela. **Are Prisons Obsolete?** Nova York: Seven Stories Press, 2003.

DIANGELO, Robin. **Não basta não ser racista. Sejamos antirracistas**. São Paulo: Faro Editorial, 2020.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e Poder**. São Paulo.Contexto, 2008.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. In: Tempo [on-line]. 2007, vol.12, n.23, p.100-122, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07> Acesso em: 03 jul. 2021.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2a ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.

\_\_\_\_\_. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo, Ática, 1978.

\_\_\_\_\_. **Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Expressão Popular, 2017

FIDALGO, J. **O jornalista em construção**. Porto: Porto Editora. 2008.

FIGUEIREDO, Otto Vinicius Agra. **Ações Afirmativas no Brasil: Uma discussão política**. Comunicação na X SEMOC – Semana de Mobilização Científica da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, Salvador/Bahia - Brasil, 2007. Disponível em: [http://www.portalanterior.uneb.br/cepaia/docs/acoes\\_afirmativas\\_no\\_brasil.pdf](http://www.portalanterior.uneb.br/cepaia/docs/acoes_afirmativas_no_brasil.pdf)

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade. Curso no Collège France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FRASER, Nancy. **Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado**. Lua Nova, São Paulo, 77: 11-39, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452009000200001&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452009000200001&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em: 05 jan 2022.

\_\_\_\_\_. **Fortunas del feminismo: del capitalismo gestionado por el Estado a la crisis neoliberal**. Traficantes de sueños: Espanha, 2015.

FRAZIER, Darnella. **Woman Who Captured George Floyd Killing**, Darnella Frazier, Returns To Scene. Now This News in Facebook. **Youtube**, 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1105429163164489>. Acesso em: 06 mar. 2021.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 21 ed. Rio de Janeiro, Brasília: José Olympio, 1981.

GARNER, Steve. **Racism, an introduction**. Londres: Sage, p. 19-33, 2010.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34, 2001.

GRADIM, A. **O jornalista multimídia do século XXI**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Ed. 34. 1999.

\_\_\_\_\_. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

\_\_\_\_\_. **Cor e Raça.** In: Raça: novas perspectivas antropológicas. 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 9. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

\_\_\_\_\_. **Cultura e representação.** Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil,** 2ª edição, Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HJARVARD, S. (2014). **Midiatização: conceituando a mudança social e cultural.** MATRIZES. V. 8 - Nº 1 jan./jun. São Paulo, 2014.

HOOKS, Bell. **Olhares Negros: raça e representação.** São Paulo: Elefante, 2019

KAMEL, Ali. **Não somos racistas:** uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

KELLOUGH, Edward. **Understanding Affirmative Action: Politics, Discrimination, And the Search for Justice Broché.** Washington, DC: Georgetown University Press, 2006.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência.** 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009

\_\_\_\_\_; FORD, Sam; GREEN, Joshua. **Spreadable Media.** New York: New York University, Press, 2013.

JUNGBLUT, Airton Luiz. **Práticas ciberativistas, agência social e ciberacontecimentos.** Vivência: Revista de Antropologia, n. 45, p. 13-22, 2015.

LABORDE, Antonia. **Minneapolis declara estado de emergência por protestos contra o racismo policial.** Internacional. El País, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-05-29/minneapolis-declara-estado-de-emergencia-por-protestos-contra-o-racismo-policial.html?rel=listapoyo>. Acesso em: 05 out. 2021.

LASICA, J. D. **Random acts of journalism: Beyond ‘is it or isn’t it journalism?’:** How blogs and journalism need each other. jd’s blog: New media musings, 2003. Disponível em [http://www.jdlasica.com/blog/archives/2003\\_03\\_12.html](http://www.jdlasica.com/blog/archives/2003_03_12.html). Acessado em 27 jan 2022.

LEMOS, André. **Cibercultura e mobilidade: a era da conexão.** In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 2005.

LEWIS, S. C., HOLTON, A. E., & CODDINGTON, M. **Reciprocal journalism: A concept of mutual exchange between journalists and audiences.** *Journalism Practice*, 8(2), 229-241, 2014.

LIMA, Márcia. **Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula.** *Novos Estudos CEBRAP*, n. 87, p. 77-95, 2010.

LIPPMANN, W. **The Phantom Public.** New Jersey: Transaction Publishers, 2008.

LOPEZ, Ian Henry. **The social construction of race: some observation of illusion, fabrication and choice.** *Harvard Civil Rights, Civil Liberties Law Review*, v. 29, n. 1, p 1-62, 1994.

MARTINO, Luis Mauro Sá. **Métodos de Pesquisa em Comunicação: projetos, ideias, práticas.** Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2018.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** São Paulo: N-1, p. 88, 2018.

MENEZES, Kalyne; TUZZO, Simone Antoniaci. **Cidadania, racismo e mídia: a identidade do negro.** *comunicação & amp; Informação, Goiânia, Goiás*, v. 16, n. 1, p. 156–170, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/26655>. Acesso em: 01/02/2022.

MIELKE, Ana Claudia. **Negros e mídia: invisibilidades.** *Le Monde Diplomatique*. 27 de mar. de 2017. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/negros-e-midia-invisibilidades/> . Acesso em: 01/11/2021.

MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.** 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo.** São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.

\_\_\_\_\_. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** In: BRANDÃO, A. (Org) Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Ed. UFF: Niterói-RJ, 2005.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** São Paulo: Autêntica, 3 ed, 2007.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

\_\_\_\_\_. e NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil (1938-1997)**, em *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*, editado por Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo e Huntley, Lynn. São Paulo: Paz e Terra. 2000.

NOGUERA, J. M. (2009). **Comunidades conectadas brevemente: Tendencias periodísticas en el microblogging**. Actas do 6o Congresso da Sopcom, pp. 3806-3814. Disponível em [http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom\\_iberico/sopcom\\_iberico09/paper/viewFile/327/308](http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/viewFile/327/308). Acessado em 27/01/2022.

OLIVEIRA, Daniele. **Não somos racistas: a negação do racismo no discurso da mídia corporativa brasileira**. International Journal of Language and Linguistics. Bahia, 2017 . Disponível em: <https://www.finersistemas.com/atenaeditora/index.php/admin/api/artigoPDF/18452>. Acesso em 28/08/2021.

OMI, Michael; Winant, Howard. **Racial Formation in the United States: From the 1960s to the 1990s**. Nova York: Routledge, 2014.

ORLANDI, Eni. **As formas dos silêncios: no movimento dos sentidos**. Campinas: Unicamp, 1997.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 4. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAINTER, Nell Irvin. **The history of white people**. Nova York, North & Company, 2010.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

PAIXÃO, Marcelo. **Aprendizes de corpo inteiro: desigualdade nas questões racial e social. Cadernos de Textos Saberes e Fazeres: modos de ver**. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, Coleção A Cor da Cultura, 2006.

PANTA, Mariana; PALISSER, Nikolas. **“Identidade nacional brasileira” versus “identidade negra”: reflexões sobre branqueamento, racismo e construções identitárias**. Revista Espaço Acadêmico, vol. 17. n. 195, p. 116-127, 2017.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação**. Revista Fronteiras. São Leopoldo: UNISINOS, v.11, n.1, p.33-43, 2008. Disponível em: <http://www.frenteiras.unisinos.br/pdf/64.pdf>

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”**. Matrizes: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, n.2, 2013, pp.75-93. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/matrizes/article/view/69407/71976>.



PRIMO, Alex. **Interação mútua e reativa: uma proposta de estudo**. Revista da Famecos, n. 12, p. 81-92, jun. 2007.

RECUERO, Raquel. **Redes de Filiação e Redes Emergentes: Análise do Twitter**. 2009. Disponível em: [http://www.raquelrecuero.com/arquivos/redes\\_de\\_filiacao\\_e\\_redes\\_emergentes\\_analise\\_do\\_Twitter.html](http://www.raquelrecuero.com/arquivos/redes_de_filiacao_e_redes_emergentes_analise_do_Twitter.html). Acesso em: 07/01/2022.

\_\_\_\_\_. **A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2019.

\_\_\_\_\_. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROUDOMETOF, V. **Transnationalism, cosmopolitanism and glocalization** *Current sociology* vol. 53, no.1, p. 113-135, 2005.

RONSINI, Veneza Mayora. **Sementes Híbridas em Campos Cercados**. In: I Colóquio Interamericano de Ciências da Comunicação: Brasil - Canadá, 2003. Anais. Salvador:UFBA, 04. set. 2003.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Vanessa de. **Ativismo negro: afirmação étnica e a reprodução do racismo na mídia**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul – Passo Fundo – RS, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0092-1.pdf>. Acesso em 28/08/2021.

SANTAELLA, L.; LEMOS, R. **Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTOS, Sales Augusto dos. Introdução, Org.. In: **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Edição Eletrônica. Brasília: Ministério da Educação - UNESCO, 2005.

\_\_\_\_\_. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas**. Soc. estado. [online]. vol.23, n.1, pp. 187-188. ISSN 0102-6992. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922008000100010>, 2009.

SANTOS, Márcio André. **Política Negra e Democracia no Brasil Contemporâneo: Reflexões sobre os Movimentos Negros, em Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na superação**

**das desigualdades raciais no Brasil**, editado por Heringer, Rosana e Paula, Marilene de. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll e ActionAid, pp. 227-258, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.) **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2ª edição, 2010.

\_\_\_\_\_; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São. Paulo; Editora Cortez. 2009.

\_\_\_\_\_. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, H. et al. **Políticas públicas para a população negra no Brasil**. Relatório ONU, 1999.

SANTOS, Fabiana Crispino; OLIVEIRA, Elaine Vidal; MAGALHÃES, Mirian Martins da Motta; DIAS; Yasmin Machado de Lima. **O jornalista como *gatewatcher* e curador: uma análise do Moments no Twitter**. 40o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, Curitiba - PR, 2017.

SANSONE, Livio. **Negritude sem etnicidade**. Rio de Janeiro e Salvador: Pallas e EDUFBA, 2006.

\_\_\_\_\_.SANSONE, Livio, PINHO, Osmundo (Orgs). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2 ed. rev. Salvador : Associação Brasileira de Antropologia : EDUFBA, 2008

SUAU, J e MASIP, Pere. **Exploring Participatory Journalism in Mediterranean Countries**, Journalism Practice, 8:6, 2014. pp.670-687.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, p.56, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SHOEMAKER, P. J., & VOS, T. **Gatekeeping theory**. Routledge, 2019.

SILVA, Juremir Machado. **Raízes do Conservadorismo brasileiro**: a abolição na imprensa e no imaginário social. São Paulo: Civilização Brasileira, 2017.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, n. 117, novembro/2002. pp. 219-246, 2002.

\_\_\_\_\_. **As cotas para negros no tribunal: a audiência pública do STF**. São Carlos: Edufscar, 2012

SINGER, Jane B., et all. **Participatory Journalism**. New York: Wiley-Blackwell, 2011.

SODRÉ, Muniz. **O social irradiado: violência urbana, negrotesco e mídia**. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. **A máquina de narciso**. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. **Sobre Imprensa Negra**. Universidade Federal de Juiz de Fora: Lumina, 1998.

\_\_\_\_\_. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

\_\_\_\_\_; PAIVA, R. **O império do grotesco**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

\_\_\_\_\_. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **Reinventando a Educação – Diversidade, Descolonização e Redes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. **A ciência do Comum: notas sobre o método comunicacional**. 1ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes; 2014.

\_\_\_\_\_. **Pensar Nagô**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

TELLES, E. **Racismo à brasileira: uma perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Delume Dumará, 2003.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. NEGRO, Antonio Luigi & SILVA, Sergio (org.). Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, John B. **A interação mediada na era digital**. MATRIZES, V.12 - No 3 set./dez. São Paulo - Brasil, 2018.

TRÄSEL, M. **A pluralização no webjornalismo participativo**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007. Disponível: [http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/wiki\\_kuro.pdf](http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/wiki_kuro.pdf) . Acesso 10/01/2022.

VALLE SILVA, Nelson do; HASENBALG, Carlos; LIMA, M. **Cor e estratificação social no Brasil**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; WAAL, M. DE. **The Platform Society**. New York: Oxford University Press, USA, 2018.

VARJÃO, Suzana. **Micropoderes, macroviolências: Mídia impressa, aparato policial**. Salvador: EDUFBA, 2008.

VOS, T., & HEINDERYCKX, F. (Eds.). **Gatekeeping in transition**. Routledge, 2015.

WADE, Peter. **Race, nature and culture: an anthropological perspective**. Manchester: Pluto Press, 1999.

WALLACE, J. **Modelling contemporary gatekeeping: The rise of individuals, algorithms and platform digital news dissemination**. Digital Journalism, 6(3), 274-293, 2018.

WALKER, Alice. **Prisoners of Image: Ethnic and Gender Stereotypes**. Nova York: Alternative Museum, 1989.

WEINBERG, David. **Everything is Miscellaneous: The power of the new digital disorder**. Harvard: Times Book, 2008.

WOOD, Ellen. **O império do capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

ZAGO, Gabriela. **Da circulação à recirculação jornalística: filtro e comentário de notícias por interagentes no Twitter**. In: PRIMO, Alex (org.). Interações em rede. Porto Alegre: Sulina, 2011.

\_\_\_\_\_. **Recirculação jornalística no Twitter: filtro e comentário de notícias por interagentes como uma forma de potencialização da circulação**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Comunicação UFRGS, 2013 (Dissertação de Mestrado).

ŽIŽEK, Slavoj. **Žižek crítico: política e psicanálise na época do multiculturalismo**. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

